Revista de Ensino e Cultura

v. 03, n. 01, 2020 - ISSN 2595-7643

Centro Universitário Natalense
Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte

REVISTA DE ENSINO E CULTURA - REC

É a Revista do Centro Universitário Natalense (UNICEUNA), mantida pela ASPER/PB, criada com o objetivo de incentivar e instigar nossos alunos a buscarem através da pesquisa empírica e da análise de dados, juntamente com seus professores orientadores, a produção de artigos completos para periódicos e de resumos para Anais.

REVISTA ONLINE:

Editora: Iara Miller (UNICEUNA).

CONSELHO EDITORIAL:

Drª Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi
Drª Daliana Caldas Pessoa da Silva
Dr. Élio Pessoa Cazuza
Drª Elizabeth Cristina Gomes dos Santos
Dr. Emmanuel de Sousa Campos
Dr. José Pedro da Silva Júnior
Drª Larissa Ramalho Dantas Varella
Drª Lorenna Marques de Melo Santiago
Drª Luanda Bárbara Ferreira Canário de Souza
Drª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros
Dr. Rêncio Bento Florêncio
Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra
Dr. Sérgio Alexandre de Morais Braga Júnior
Drª Vanessa Almeida Otelo

REVISÃO DE TEXTO EM PORTUGUÊS:

Drª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).
Drª Maria de Fátima Silva dos Santos Sena (UFRPE).

EQUIPE DE PARECERISTAS *AD HOC*:

Drª Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi (UNICEUNA).

Drª Catharinne Angélica Carvalho de Farias (UFRN).

Drª Daliana Caldas Pessoa da Silva (UFRN).

Dr. Élio Pessoa Cazuza (Secretaria da Educação a da Ciência e Tecnologia da Paraíba.).

Drª Elizabeth Cristina Gomes dos Santos (UFRN).

Dr. Emmanuel de Sousa Campos (UNIP).

Dr. Fabrício Germano Alves (UFRN).

Drª Francisca de Souza Miller (UFRN)

Dr. João Felipe Bezerra (UFPB).

Dr. José Pedro da Silva Júnior (Secretaria da Educação a da Ciência e Tecnologia da Paraíba.).

Drª Larissa Ramalho Dantas Varella (UNICEUNA).

Drª Lorenna Marques de Melo Santiago (UFRN).

Drª Luanda Bárbara Ferreira Canário de Souza (UNIFACEX).

Drª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).

Drª Maria de Fátima Silva dos Santos Sena (UFRPE).

Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra (UFRN).

Dr. Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).

Dr. Sérgio Alexandre de Morais Braga Júnior (UFRN).

Dr. Luciano do Nascimento Silva (CCJ/UFPB).

Drª Vanessa Almeida Otelo (UNIFACEX).

PERIODICIDADE:

Semestral

DESCRIÇÃO:

Periódico (pen drive).

Volume 03, Número 01, Ano 2020. | **ISSN:** 2595-7643.

FONTES DE APOIO:

Centro Universitário Natalense - UNICEUNA;

CONTATO E ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

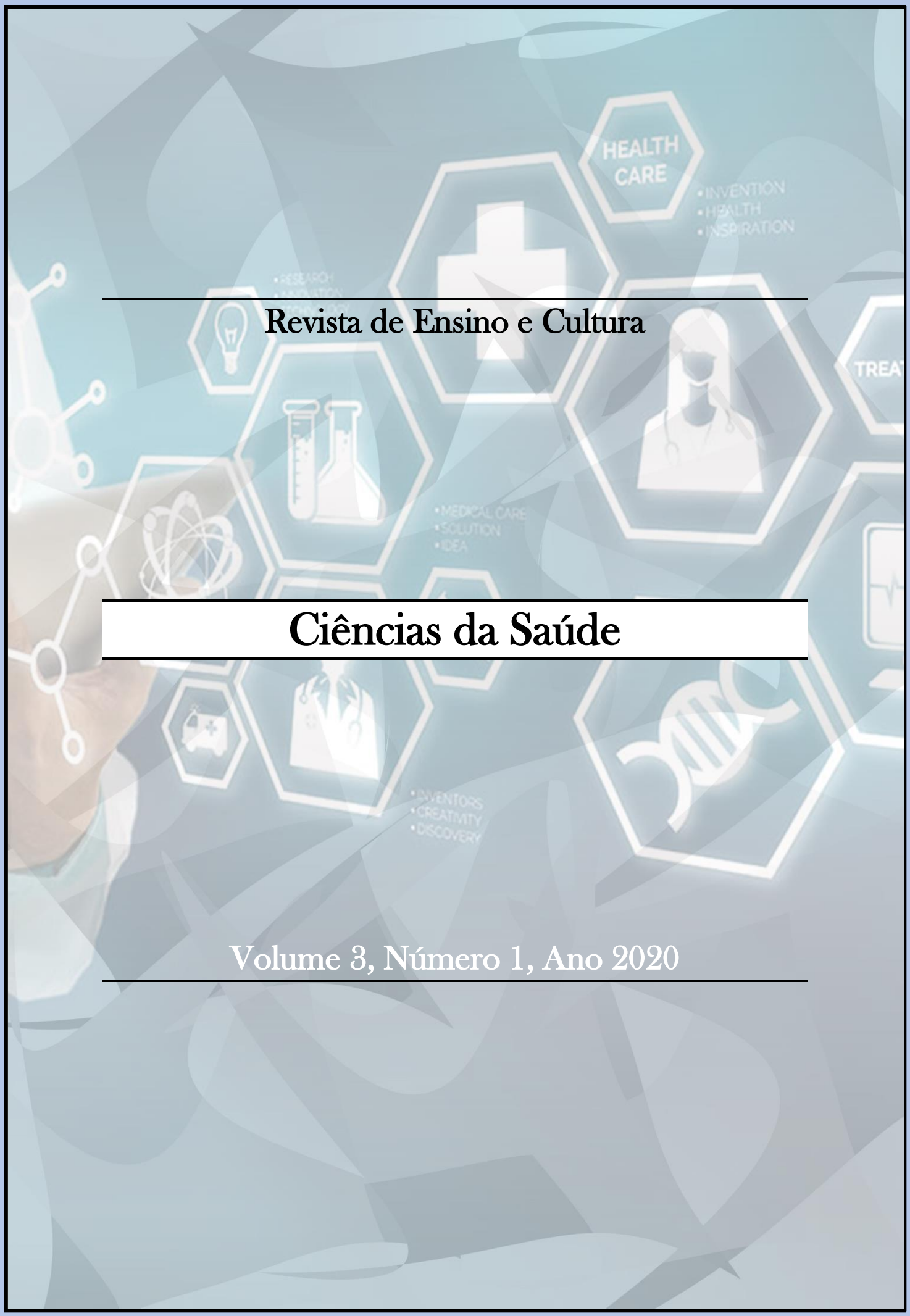
Av. Prudente de Morais, nº 4890, lagoa Nova, CEP: 59063-200, Natal/RN.

Fones: (84) 3234 3637 / 3234 3551.

__ SUMÁRIO _| |_ SUMMARY _| |_ RESUMEN __

Art.		Pág.
	CIÊNCIAS DA SAÚDE	06
01	**A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NA ESCOLA NO ENSINO FUNDAMENTAL II** *THE IMPORTANCE OF SPORT AT SCHOOL IN FUNDAMENTAL EDUCATION II* *LA IMPORTANCIA DEL DEPORTE ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN FUNDAMENTAL II* **Autores:** Caick Pontes Tenório; Adriano Macedo dos Santos e Hugo César Reis Câmara.	07 a 29
02	**CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES GESTANTES DIAGNOSTICADAS COM SÍFILIS NO RIO GRANDE DO NORTE** *CHARACTERIZATION OF PREGNANT WOMEN DIAGNOSED WITH SYPHILIS IN RIO GRANDE DO NORTE* *CARACTERIZACIÓN DE MUJERES EMBARAZADAS DIAGNOSTICADAS CON SÍFILIS EN RIO GRANDE DO NORTE* **Autores:** Nyedja Kalina Ferreira da Rocha; Zuleika Dantas do Vale Tavares; Simone Regina de Carvalho; Valeska Cahú Fonseca da Nóbrega e Adriana Cinthya Barbosa Cavalcanti e Silva.	30 a 40
03	**EXERCÍCIO FÍSICO SOBRE A SÍNDROME LIPODISTRÓFICA NO HIV** *PHYSICAL EXERCISE ON HIV LIPODYSTROPHIC SYNDROME* *EJERCICIO FÍSICO SOBRE EL SÍNDROME LIPODISTROFICO EN HIV* **Autores:** Alexsandro Chagas de Andrade; Anderson Maranhão da Silva; Ana Camila Campelo de Albuquerque e Natália Maria Conceição Figueirôa.	41 a 53
04	**PERFIL DE PACIENTES DIABÉTICOS, UM ESTUDO EM UMA FARMÁCIA DO CONJUNTO NOVA NATAL** *PROFILE OF DIABETIC PATIENTS, A STUDY IN A SET PHARMACY NOVA NATAL* *PERFIL DE DEPACIENTES DIABÉTICOS, UN ESTUDIO EN UNA FARMACIA DE NOVA NATAL* **Autores:** Nayane Kívya Lima do Nascimento e Giancarlo Paiva Nicoletti.	54 a 73
05	**OBESIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES AUTISTAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA** *OBESITY IN AUTISTIC CHILDREN AND ADOLESCENTS: BIBLIOGRAPHICAL REVIEW* *OBESIDAD EN NIÑOS Y ADOLESCENTES AUTISTA: UMA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICO* **Autores:** Alex Bezerra da Costa; José Jefferson Gomes Eufrásio; Natália Maria Conceição Figueiroa e Eloyse Emmanuelle Rocha Braz.	74 a 92
06	**ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO FISIOTERAPEUTA NA UNIDADE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL** *PROFESSIONAL PERFORMANCE OF THE PHYSIOTHERAPIST IN THE NEONATAL INTENSIVE THERAPY UNIT* *DESEMPEÑO PROFESIONAL DEL FISIOTERAPEUTA EN LA UNIDAD DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL* **Autores:** PhD Rêncio Bento Florêncio; Gabriel Martins de Araújo; Amanda Soares Porto; Rodrigo Augusto Xavier de Sousa Barros e Erotides Tereza de Oliveira Damasceno Lucas.	92 a 102
07	**O EFEITO DO ESTÁGIO MATURACIONAL E APTIDÃO FÍSICA NO CONTROLE COGNITIVO EM CRIANÇAS** *THE EFFECT OF MATURATIONAL STAGE AND PHYSICAL FITNESS IN COGNITIVE CONTROL IN CHILDREN* *EL EFECTO DE LA ETAPA DE MADURACIÓN Y LA APTITUD FÍSICA SOBRE EL CONTROL COGNITIVO EN NIÑOS*	103 a 118

	Autores: Kaline Brito dos Santos; Jebson Ferreira da Silva e Weslley Quirino Alves da Silva.	
	CIÊNCIAS JURÍDICAS	119
08	A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA PRÁTICA DE CRIMES COMETIDOS POR MENORES INFRATORES *THE INFLUENCE OF EDUCATION ON THE PRACTICE OF CRIMES COMMITTED BY MINOR OFFENDERS* *LA INFLUENCIA DE LA EDUCACIÓN EN LA PRÁCTICA DE LOS DELITOS COMETIDOS POR DELINCUENTES MENORES* **Autores:** Aline Regina Ferreira da Silva; Weliandra Moreira de Almeida e Alan Dias Barros.	120 a 128
09	UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE *AN ANALYSIS OF THE POSSIBILITY OF CUMULATION OF ADDITIONAL HEALTHCARE AND HAZARDOUS ADDITIONALS* *UNA ANÁLISIS DE LA POSIBILIDAD DE CUMULACIÓN DE SALUD ADICIONAL Y ADICIONALES PELIGROSOS* **Autores:** Brenda dos Santos de Oliveira; Diego Sidrim Gomes de Melo; Geilza Gomes de Lima; Ilanna Arquilino da Silva Sousa; Israel Rocha de Morais e Jonathan de Souza.	129 a 139
10	CONFLITOS DE LEIS PENAIS MILITARES NO TEMPO: A EXECUÇÃO DA PENA DE MORTE EM TEMPO DE PAZ *CONFLICTS OF MILITARY CRIMINAL LAWS IN TIME: THE EXECUTION OF THE DEATH PENALTY IN PEACE TIME.* *CONFLICTOS DE LEYES PENALES MILITARES EN EL TIEMPO: LA EJECUCIÓN DE LA PENA DE MUERTE EN TIEMPO DE PAZ.* **Autores:** Claudio Henrique Bezerra de Melo; Josimar Salviano Freire da Silva; Manoel D. Fernandes Braga; Pedro Vitor Dantas; Richard Araújo Machado e Waldson José Campos de Souza.	140 a 149
11	ANÁLISE DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS E SUAS PECULIARIDADES PROCEDIMENTAIS *ANALYSIS OF THE ACTION FOR ACCOUNTING AND THEIR PROCEDURAL PECULITIES* *ANÁLISIS DE ACCIÓN PARA LA CONTABILIDAD Y SUS PROCEDIMIENTOS DE PROCEDIMIENTO* **Autores:** Eduarda Karoline de Lima Bezerra; Thays Cruz Carneiro; Kaliane Keilly Brito Ramos da Silva; Brenda Rayana Souza de Medeiros; Itamara Diniz de Figueiredo e Viviane Santos de Sá e Souza.	150 a 158
12	OS CRITERIOS DE MISERABILIDADE NO BENEFÍCIO ASSISTÊNCIAL E SUA RESPONSABILIDADE *THE MISERABILITY CRITERIA FOR ASSISTANCE BENEFIT AND RESPONSIBILITY* *LOS CRITERIOS DE MISERABILIDAD PARA BENEFICIOS DE ASISTENCIA Y RESPONSABILIDAD* **Autores:** Alan Dias Barros; Diego Sidrim Gomes de Melo; Janne Clésia Macedo Irineu Cunha Bezerra; Júlio Derik Silva de Azevedo; Richard Araújo Machado; Rogério Carlos de Souza e Vanessa Pereira Carmona dos Santos.	159 a 169
	SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	170



Revista de Ensino e Cultura

Ciências da Saúde

Volume 3, Número 1, Ano 2020

A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NA ESCOLA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

THE IMPORTANCE OF SPORT AT SCHOOL IN FUNDAMENTAL EDUCATION II

LA IMPORTANCIA DEL DEPORTE ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN FUNDAMENTAL II

Caick Pontes TENÓRIO[1]
Adriano Macedo dos SANTOS[2]
Hugo César Reis CÂMARA[3]

RESUMO

O esporte está presente no nosso dia a dia sendo praticado no mundo inteiro, estamos em contato com ele a todo instante de inúmeras maneiras. Cada vez mais a prática esportiva vem se expandindo de forma geral com objetivos diversos, esporte participação visando à qualidade de vida, esporte educação visando à formação do cidadão e o esporte de alto rendimento visando à cobrança que vem desde a prática nos campos ou áreas destinadas ao divertimento e lazer como no ambiente escolar. E isto faz com que nossas crianças levem um estilo de vida ativo, desde o ambiente escolar, bem como aprender os reais valores que o esporte proporciona. Mesmo existindo inúmeros lugares para as práticas esportivas para as crianças, muitas vezes os objetivos não são os mesmos do esporte na escola, levando em consideração que esse esporte praticado em outros ambientes não atinge a todas as camadas da sociedade por fatores como: deslocamento, alimentação e vestimentas. O esporte deve-se a formação global dos alunos que contemple todas as dimensões sejam elas afetivas, cognitivas, sociais e motoras. O presente artigo visa investigar o nível de aceitação do esporte por parte dos alunos e professores no ambiente escolar além de identificar os fatores contribuintes para a vida dos alunos por meio dessa prática. A coleta de dados realizou-se a partir de visitas aos ambientes formais de ensino

[1] Discente de Educação Física pelo Centro Universitário Natalense (UNICEUNA).
[2] Discente de Educação Física pelo Centro Universitário Natalense (UNICEUNA).
[3] Mestrado em Psicologia - UFRN/2009, Graduado em Educação Física - UFRN/2003, Coordenador e Docente da Especialização em Biodinâmica do Movimento e Professor Universitário do Curso de Educação Física do Centro Universitário Natalense, (E-mail: hugocrcamara@yahoo.com.br).

da rede pública e privada com aplicação de questionários aos 25 professores e 115 alunos com faixa etária entre 11 e 16 anos. Após análise dos resultados, percebeu-se que os professores e alunos das escolas pública e privada, acreditam que o esporte é sim importante no ambiente escolar, além de proporcionar vários benefícios. Conclui-se que o esporte de forma generalizada, pode ser um agente facilitador para atuação do aluno na sociedade, fazendo com que ela respeite as regras, seja mais sociável e interaja melhor. Entretanto considera-se que se os professores organizarem um planejamento adequado, os alunos terão uma formação por completa, não somente com habilidades técnicas e táticas, mas sendo formados para serem inseridos na sociedade em que vivem.

Palavras-Chave: Esporte; Escola; Educação Física.

ABSTRACT

The sport is present in our day-to- day being practiced worldwide, we are in contact with him at all times in countless ways. More and more sports practice has expanded in general with various goals, sport participation aiming at quality of life, sport education for the training of the citizen and the high-performance sport attempting to collect that comes from the practice in the fields or areas for the fun and leisure as the school environment. And this makes our children lead an active lifestyle, from the school environment as well as learn the real values that sport provides. Although there are numerous places for sports activities for children, often the objectives are not the same sport at school, taking into account that this sport practiced in other environments does not reach all layers of society by factors such as displacement, power and clothing. The sport is due to global education of students covering all dimensions whether affective, cognitive, social and motor. This article aims to analyze the level of acceptance of the sport by the students and teachers in the school environment and identify factors contributing to the lives of students through this practice. Data collection took place from visits to formal settings of public and private education with application of questionnaires to 25 teachers and 115 students aged between 11-16 years. After analyzing the results, it was noted that teachers and students from public and private schools, believe that sport is so important in the school environment, and provide several benefits. We conclude that the sport across the board, can be a facilitator for the student role in society, causing it respects the rules, be more sociable and interact better. However, it is considered that if teachers organize proper planning, students will have training at full, not only with technical and tactical skills, but being formed to be inserted in the society in which they live.

Keywords: Sports; School; Physical Education.

RESUMEN

El deporte está presente en nuestro día a día siendo practicado en todo el mundo, estamos en contacto con él en todo momento de innumerables formas. Cada vez más se ha ido ampliando la práctica deportiva en general con diferentes objetivos, la participación deportiva orientada a la calidad de vida, la educación deportiva orientada a la formación de la ciudadanía y el deporte de alto rendimiento orientado a la recaudación que proviene de la práctica en los campos o áreas de destino. diversión y ocio como en el ambiente escolar. Y esto hace que nuestros niños lleven un estilo de vida activo, desde el ámbito escolar, además de aprender los valores reales que aporta el deporte. Si bien existen numerosos lugares para la práctica deportiva de los niños, muchas veces los objetivos no son los mismos que los deportes en el colegio, teniendo en cuenta que este deporte practicado en otros entornos no afecta a todos los estratos de la sociedad debido a factores como: desplazamiento, alimentación y ropa. El deporte se debe a la educación global de los estudiantes que incluye todas las dimensiones, ya sean afectivas, cognitivas, sociales y motoras. Este artículo tiene como objetivo investigar el nivel de aceptación del deporte por parte de estudiantes y profesores en el entorno escolar, además de identificar factores que contribuyen a la vida de los estudiantes a través de esta práctica. La recolección de datos se realizó a través de visitas a ambientes formales de enseñanza públicos y privados con cuestionarios a 25 profesores y 115 estudiantes de 11 a 16 años. Tras analizar los resultados, se observó que profesores y alumnos de colegios públicos y privados, creen que el deporte sí es importante en el entorno escolar, además de brindar varios beneficios. Se concluye que el deporte en general, puede ser un agente facilitador del desempeño del estudiante en la sociedad, haciéndolo respetar las reglas, ser más sociable e interactuar mejor. Sin embargo, se considera que, si los docentes organizan una adecuada planificación, los estudiantes tendrán una formación completa, no solo con habilidades técnicas y tácticas, sino que estarán capacitados para insertarse en la sociedad en la que viven.

Palabras clave: Deporte; Escuela; Educación Física.

INTRODUÇÃO

O esporte é um fenômeno sociocultural sendo considerado um patrimônio da humanidade. O esporte está presente no nosso dia a dia, estamos em contato com ele através da transmissão de jogos pela televisão, programas esportivos, jornais escritos, rádio, ou mesmo quando nos defrontamos com praças esportivas e clubes onde são presenciadas inúmeras pessoas vivenciando práticas esportivas de modalidades diferentes.

No ambiente formal de ensino não é diferente, a admiração, a participação e comentários são inúmeros quando se trata desse fenômeno.

Segundo Weinberg; Gould (2001) apud Interdonato; Miarka; Oliveira; Gorgatti (2008) “no mundo já existem aproximadamente 25 milhões de crianças envolvidas na prática de pelo menos uma modalidade esportiva”.

O presente artigo irá mostrar, por meio de uma coleta de dados, a importância do esporte no ambiente escolar. Para isso, tentará comprovar que o esporte forma o cidadão para atuação direta na sociedade em que pertence. Tentará mostrar ainda, que é possível utilizar a prática esportiva como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens e capacitando-os a lidarem com suas necessidades, desejos e expectativas, de forma que eles possam desenvolver as competências técnicas, sociais e comunicativas essenciais para os seus desenvolvimentos individuais e sociais.

O esporte está em contato com a população a todo instante: na sala de aula, nos seminários, nos encontros e nos debates, sejam esses formais ou informais.

Os informais observam-se nos comentários e análises dos torcedores brasileiros após um final de semana esportivo. Já os de caráter formal, podem-se observar onde as análises discutidas por especialistas são mais aprofundadas com intuito de entender determinado fato esportivo.

Mediante essa problemática será possível identificar a visão que inúmeros professores e alunos têm em relação ao esporte no ambiente formal de ensino além de mostrar o que vários autores comentam sobre o esporte.

Qual a visão que professores e alunos têm do esporte no ambiente escolar?

Objetivos

- ✓ Avaliar a importância e o nível de aceitação das atividades esportivas no ambiente escolar por parte dos alunos e professores;
- ✓ Verificar o interesse dos alunos pelo esporte na escola;
- ✓ Verificar o interesse dos professores pelo esporte na escola;
- ✓ Identificar fatores em que o esporte no ambiente escolar possa contribuir na vida dos alunos.

Justificativa

O desenvolvimento desse estudo é importante após a oportunidade que um dos autores teve, em uma escola privada de Natal, de vivenciar a implantação da prática esportiva e constatou várias mudanças ocorridas com os praticantes no ambiente escolar após a inserção de tal prática na escola.

Acreditamos que o esporte no ambiente escolar pode ir além da aprendizagem de técnicas, táticas e regras. E pode proporcionar aos alunos uma formação integral e crítica, tornando-se uma ferramenta necessária para a atuação direta do aluno na sociedade, fazendo com que os alunos pensem e não somente reproduzam o que vivenciam.

Na nossa vida diária estamos em contato com o esporte onde ele é considerado importante e reconhecido seus benefícios pela sociedade. Cabe a nós entendermos que o esporte se encontra subdividido, ou seja, direcionado a partir de quatro manifestações: (PAES, 2002 apud BARROSO; DARIDO, 2006).

- ✓ <u>Esporte profissional:</u> Principal visão é o resultado, os interesses comerciais;
- ✓ <u>Esporte dentro do ambiente escolar:</u> o objetivo central é a formação do praticante;

- ✓ Esporte como componente de lazer: o foco central é a diversão e contribuir para o bem-estar do praticante;
- ✓ Esporte adaptado para pessoas portadoras de necessidades especiais: tem como meta a inclusão e participação de todos e todas independente de qualquer limitação.

Enquanto Paes direciona o esporte a partir de quatro manifestações Tubino (2002) apud Barroso; Darido (2006) direciona apenas em três manifestações:

- ✓ Esporte educação: tem como meta a formação do cidadão para atuação direta na sociedade;
- ✓ Esporte-participação: sua finalidade é a qualidade de vida bem como a participação e a parte lúdica do praticante;
- ✓ Esporte-desempenho: cujo objetivo central é o rendimento seguido de regras de cada modalidade esportiva.

Diante das sete manifestações o nosso estudo tem como foco central o esporte dentro do ambiente escolar (Paes) e a esporte educação (Tubino) a qual ambos têm como objetivo principal a formação do aluno conectando assim com nossas justificativas e objetivos.

As manifestações citadas pelos autores Paes e Tubino ficam evidente que o esporte não se resume apenas ao rendimento, ao que estamos adaptados a ver na mídia, mas têm sim outras finalidades na vida do praticante. Em caso de identificação de talentos a qual não é o principal objetivo do esporte na escola, mas surgindo compete ao professor encaminhar, incentivar o aluno para o local especializado.

O esporte na escola não se deve visar como desnecessário ou que o praticante obrigatoriamente se torne um atleta de rendimento, mas sim buscar levar em consideração a transformação, a formação do praticante para assim atuar, conviver em sociedade respeitando o outro e reconhecendo os valores.

> Segundo o autor Kungz (1994) apud Barroso; Darido (2006, p.4) “crítica a utilização do esporte com características de rendimento no contexto escolar, para o autor, utilizando o esporte desta forma, temos como consequência um pequeno grupo de alunos que vivenciarão o sucesso e uma grande maioria

> que se confrontará com o fracasso, fator que remete o professor a um grande equívoco pedagógico".

Os autores deste artigo não concordam com Kungz (1994) quando este critica o esporte no ambiente escolar com características de rendimento, pois na visão deles, para obter-se a formação por completa do praticante é necessário vivenciar as competições esportivas com menor intensidade, e não as deixar de vivenciá-las. Não que a competição seja o foco principal do esporte na escola, mas é sim um fator contribuinte para a vivência das suas capacidades e habilidades. Além disso, pode-se – na competição - identificar algumas limitações dos alunos, permitindo ao professor verificar como os alunos reagem diante de vitórias e derrotas. Ou seja, nos momentos alegres e tristes, tão presente na vida de todas as pessoas.

É possível, ainda, vivenciar os fatores inseridos no ambiente competitivo, como: local, adversário, árbitros, técnicos, torcidas, preparação, clima entre outros.

O esporte deve estar presente no ambiente escolar, principalmente na disciplina de Educação Física, pois é conteúdo da disciplina. Deve-se fazer dele uma ferramenta para a formação do aluno. (Barroso; Darido 2006).

Os autores concordam com o relato de Barroso; Darido (2006) acima, quando escrevem que o esporte é conteúdo da disciplina de Educação Física e deve estar presente na escola. Porém é preciso notar que esse esporte não deve se resumir apenas à prática pela prática, nem somente ao conhecimento das técnicas de determinada modalidade esportiva. Portanto, deve proporcionar aos alunos vivências esportivas e de conhecimento teórico, fazendo com que os mesmos além de vivenciarem a atividade física no ambiente escolar possam se conscientizar sobre os benefícios da prática de esportiva, principalmente relacionados à diminuição da incidência de crianças e adolescentes com sedentarismo, obesidade entre outras patologias.

> Paes (1996) apud Rodrigues; Montagner (2003, p.14) "o valor educacional do esporte na escola deve estar em torno da transformação de conduta dos alunos da formação de opinião e reestruturação de valores através das aulas de educação física".

O professor ao trabalhar o esporte no ambiente escolar além de proporcionar o incentivo e importância da prática de atividade física, a vivência de inúmeras modalidades, irá levá-los a refletir sobre os fatos que circulam esse fenômeno sociocultural, tais como: a violência nos palcos esportivos envolvendo atletas, torcidas organizadas, dirigentes, arbitragem, a própria discriminação a até mesmo alertar em relação ao consumismo que envolve o esporte.

Crum (1993) apud Barroso; Darido (2006) reforça a ideia da necessidade de oferecer o esporte na escola, pois segundo o autor, o esporte está presente em clubes, escolas especializadas esporte, entre outros. Porém nem toda a camada da população que é atingida, e, além disso, apesar destas instituições também poderem atuar educacionalmente, os objetivos principais não são os mesmos do ambiente formal de ensino causando assim uma diferença entre esses locais da prática esportiva.

O objetivo do esporte da escola proporciona ideias diferentes dos demais esportes praticados em projetos, levando em consideração não só o lado físico, mas também o cognitivo, afetivo e bem como o social além dos valores formando assim para uma atuação direta na sociedade.

O esporte é uma ferramenta importante para educar e formar cidadãos, pois permite conhecer e respeitar as regras do esporte utilizando-as na prática da vida social, permitindo vivenciar momentos de conquistas e frustações além de reconhecer a importância do outro, da coletividade permitindo ao aluno lidar com essas situações diante da sociedade.

Segundo Bracht (2000) apud Barroso; Darido (2006) não se deve excluir o esporte da Educação Física escolar, mas buscar uma nova visão, um novo tratamento pedagógico, buscando saídas e mudanças. Pois o fato de desenvolvê-lo de forma inadequada não significa que ele não seja importante, ou que não haja formas mais apropriadas de sua utilização.

O esporte com tantas possibilidades com tantos benefícios não deve ser simplesmente excluído. Entretanto, precisa ser renovado com novas e modernas

abordagens, buscando alcançar os objetivos desejados ou traçados pelos que se encontram a frente dessa empreitada.

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo-quantitativo, de campo, observacional e transversal.

População e amostra

A amostra foi composta por alunos e professores do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) de três escolas, sendo uma privada (36 alunos e 7 professores), outra municipal (40 alunos e 8 professores) e outra estadual (39 alunos e 10 professores), totalizando 115 alunos e 25 professores entrevistados.

Os alunos pertencentes à amostra eram de três escolas da cidade do Natal-RN, com realidades diferentes: as escolas Estadual e Municipal situavam-se na Zona Leste e a escola particular na Zona Sul.

Instrumentos de coleta de dados

Foram utilizados nessa pesquisa, dois questionários desenvolvidos especialmente para a coleta dos dados dela. Um deles foi destinado aos alunos e o outro aos professores.

Procedimentos de coleta de dados

O presente estudo teve sua coleta de dados realizada pelos próprios autores no turno da manhã, nas três escolas já citadas, com questionários aplicados para alunos e para os professores das diversas disciplinas que lecionavam aula no dia da coleta, respondidos durante as aulas de cada disciplina.

Critérios de Inclusão e Exclusão

O Artigo teve como critério de Inclusão professores de todas as disciplinas que lecionavam aula no ensino fundamental II além de alunos cursando do 6º ao 9º ano, de uma escola estadual, municipal e privada, visitadas em Natal/RN.

Em contrapartida, os critérios de exclusão destacam todos aqueles indivíduos que não atendessem aos requisitos acima expostos, como por exemplo; alunos e professores fora das séries 6º ao 9º ano.

Procedimentos Estatísticos

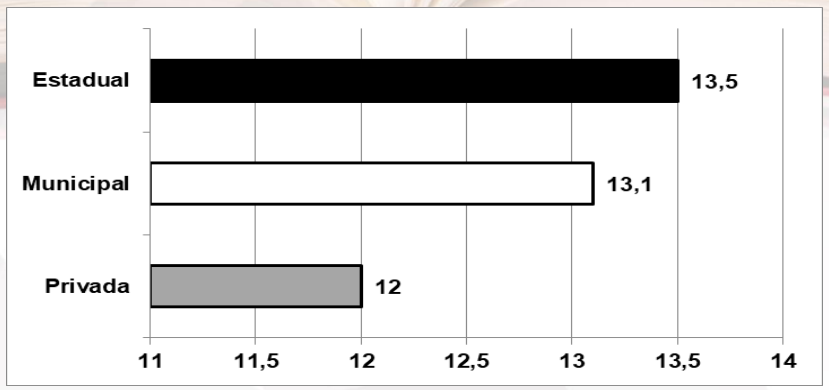
Utilizou-se da Estatística Descritiva, com tabulação de dados e confecção de gráficos no *software* Microsoft Excel.

RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados alcançados por meio do estudo realizado, mostrando por meio de gráficos, os resultados obtidos para tentar assim diagnosticar o nível de aceitação dos alunos e professores com relação ao esporte bem como seus benefícios aos praticantes nas escolas visitadas.

No Gráfico 01, observar-se a média de idade dos alunos a qual se coletaram os dados das escolas visitadas.

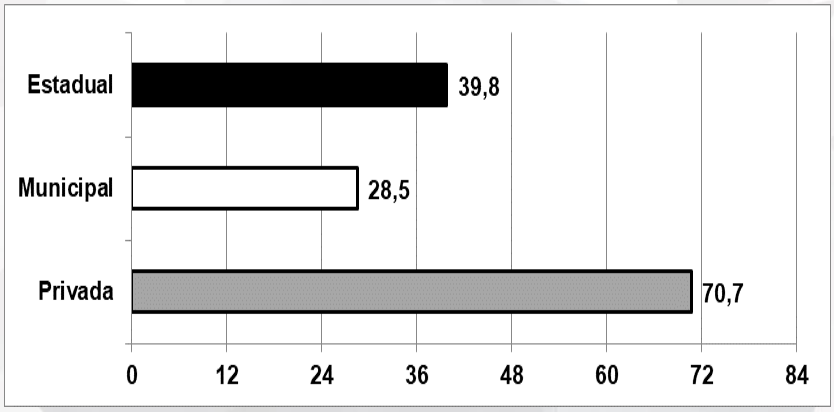
Gráfico 01 - Média de idade dos alunos (em anos)



Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

Diante do Gráfico 01 é possível identificar a média de idade dos alunos participantes da pesquisa. Os resultados mostram que na escola pública a média de idade dos alunos é de 13 anos, ou seja, um ano mais velho com relação à escola privada onde os alunos obtiveram uma média de 12 anos.

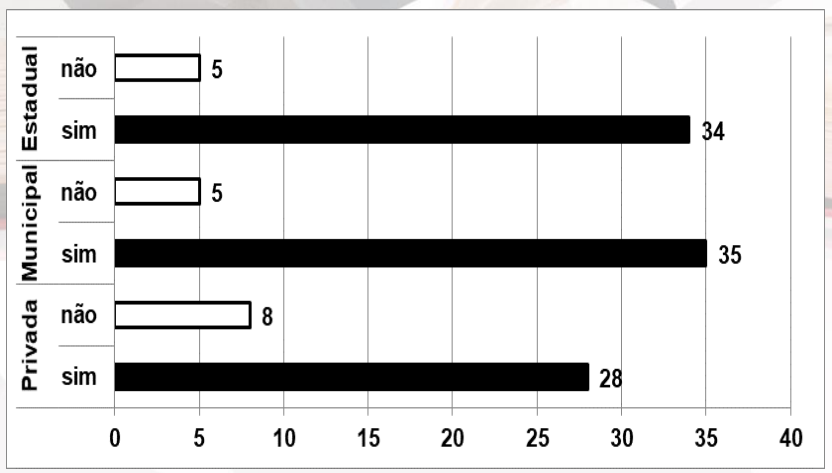
Gráfico 02 - Tempo de estudo dos alunos nas escolas (em meses)



Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

O Gráfico 02 demonstra que é na escola privada onde os alunos se encontram estudando há mais tempo em relação aos alunos das escolas públicas. Um dos prováveis motivos que leva isso a acontecer é a forma como se encontra organizado o ciclo de educação básica no Rio Grande do Norte: escola municipal (ensino infantil e fundamental I) escola estadual (fundamental II e ensino médio) e a escola privada todos os ciclos.

Gráfico 03 – Preferência dos alunos pela prática do esporte escolar



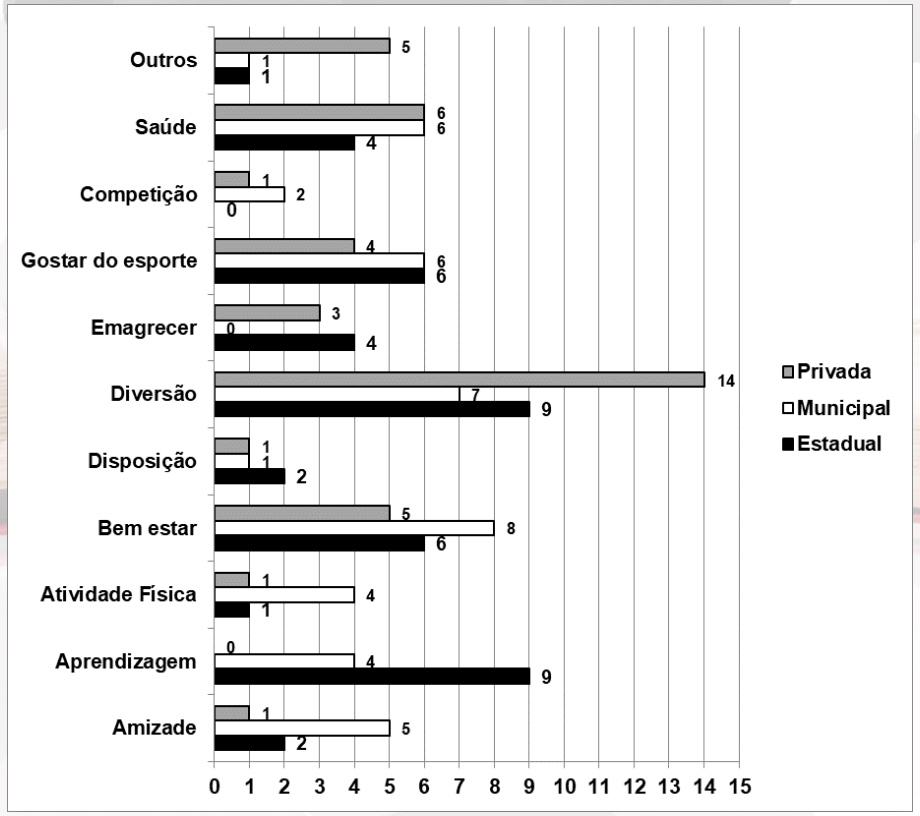
Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

Observando o Gráfico 03, identifica-se que o esporte é bem aceito nas três instituições de ensino investigadas. Entretanto, na escola pública a preferência pelo esporte escolar é maior com relação à escola privada. Já em relação á não preferir o esporte escolar é na escola privada onde se encontra o maior número.

Uma das possibilidades que leva os alunos a gostarem da prática esportiva na escola, segundo Sávio (2001), é a presença do esporte em todos os lugares gerando inúmeras discussões. Enquanto Freire (2009) comenta que as atividades ao serem desenvolvidas de forma lúdica são diferentes das atividades realizadas de forma séria, pois a criança realiza com prazer independente do sofrimento.

Enquanto (Shigunov; Neto 2002, p.126) "acredita que o fato do desprezo dos alunos se dá devido ao comportamento de outros professores, por não ministrar adequadamente suas aulas". O Gráfico 04 mostra a justificativa dos alunos que gostam de praticar esporte na escola.

Gráfico 04 - Justificativa dos alunos da escola privada, municipal e estadual que gostam de praticar o esporte na escola



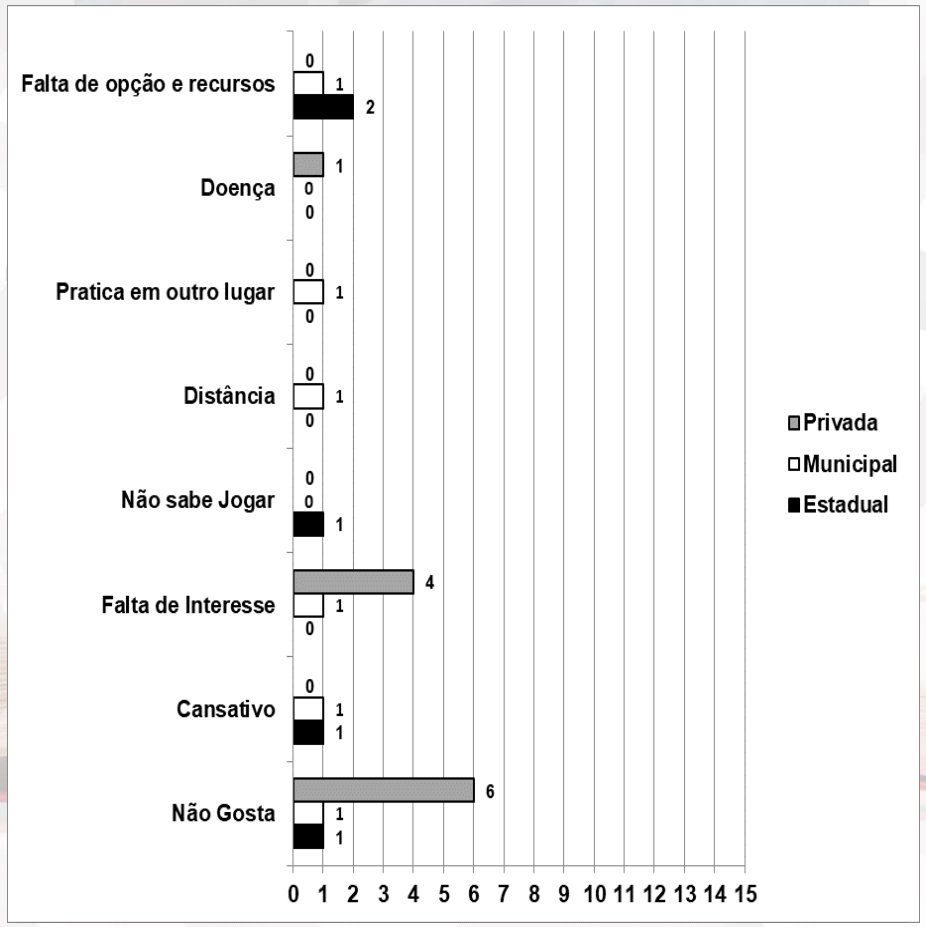
Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

Pode-se perceber, observando o Gráfico 04, que as justificativas mais dadas pelos alunos foram: diversão na escola privada; diversão e aprendizagem, na escola estadual; e o bem-estar, na municipal.

Segundo Interdonato; Miarka; Oliveira; Gorgatti (2008) o que justifica o gostar da prática esportiva na escola por parte dos alunos é aprender as novas movimentações e realizar variados movimentos.

Seguindo os resultados, o Gráfico 05 apresenta as justificativas dos alunos que não praticam esporte na escola.

Gráfico 05 - Justificativa dos alunos da escola privada, municipal e estadual que não se sentem estimulados de praticar o esporte na escola.



Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

Nota-se que os alunos da escola privada atribuem o "não gostar de praticar esporte na escola" à falta de interesse dele mesmo. Enquanto na escola municipal os

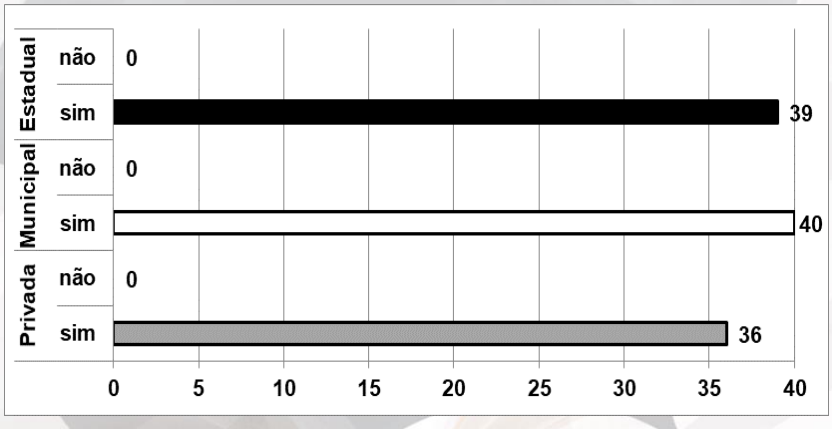
motivos foram; porque não gosta, por ser cansativo, pela falta de interesse, pela distância, por praticar em outro lugar e pela falta de opção e recursos, como os mais citados. E na escola estadual identifica-se que a falta de opção e recursos são as maiores responsáveis para que eles não gostem de praticar esporte na escola.

De acordo com Coelho (1985), o que tem levado os alunos a se sentirem desestimulados com a prática esportiva é o foco demasiado ao esporte de rendimento a qual contribui com a exclusão dos alunos menos habilidosos.

Enquanto os autores Interdonato; Miarka; Oliveira; Gorgatti (2008) afirmam que as exigências em abuso e a ausência de diversão podem ser fatores causadores de rejeição por parte dos praticantes.

No Gráfico 06, verifica-se a importância do esporte no ambiente escolar.

Gráfico 06 – Opinião dos alunos sobre a importância do esporte na escola

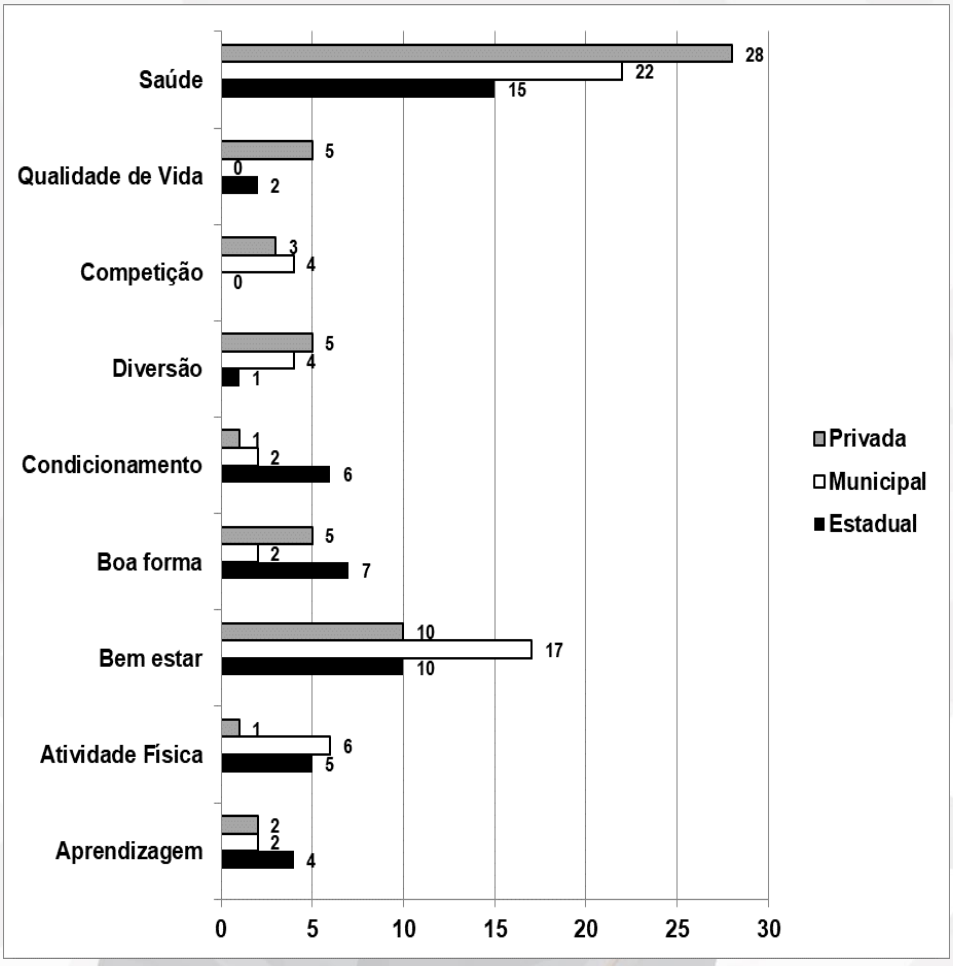


Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

Verificou-se que 100% dos alunos entrevistados nas três instituições de ensino reconhecem que o esporte é importante. Ou seja, até mesmo os alunos que não praticam esporte na escola disseram saber de sua importância. O que mostra que esse fenômeno realmente tem seu valor e certamente contribui para a vida dos praticantes.

Após a identificação do nível de aceitação por parte dos alunos, o Gráfico 07, alerta sobre as justificativas dos alunos sobre os motivos pelos quais acham o esporte importante.

Gráfico 07 - Justificativa dos alunos da escola privada, municipal e estadual da importância do esporte.



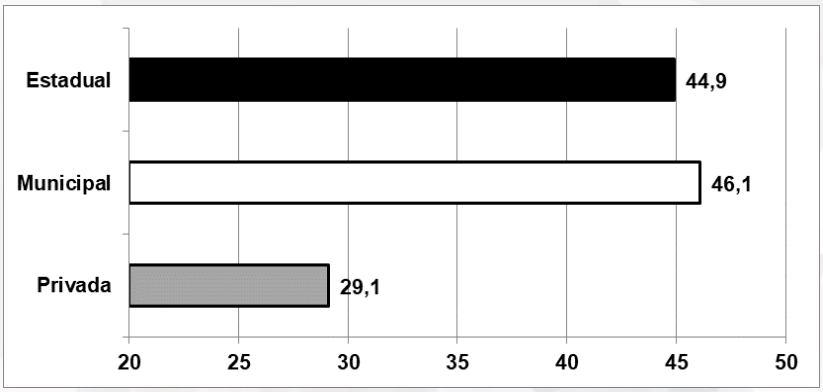
Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

De acordo com este estudo, 100% dos alunos das escolas visitadas relataram que o esporte é importante, entretanto as justificativas são variadas. Mas duas em questão, saúde e bem-estar são citadas com maior frequência por alunos das escolas públicas e privada. Esses resultados evidenciam que o esporte é considerado importante devido contribuir para saúde e bem-estar do praticante.

Em pesquisa realizada por Betti; Liz (2003), os resultados demonstraram que as justificativas mais citadas pelos alunos com relação às aulas de Educação Física contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento do corpo bem como a melhoria do condicionamento físico além da aprendizagem dos esportes.

No Gráfico 08, nota-se a média de idades dos professores entrevistados.

Gráfico 08 - Média de idades dos professores (em anos)

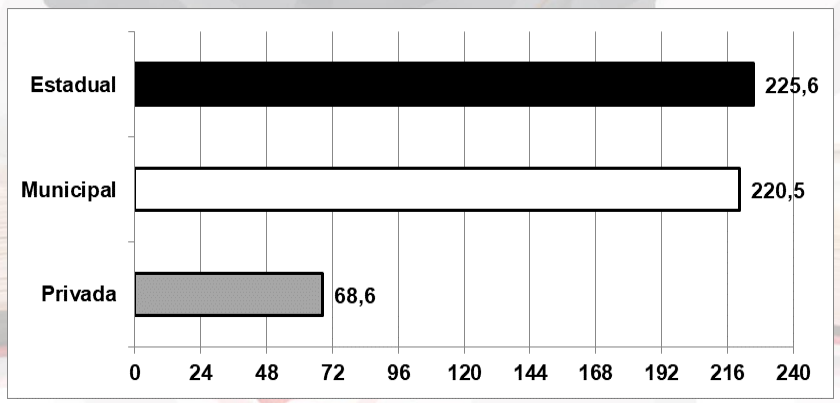


Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

Diante do Gráfico 08 é possível identificar a média de idade dos professores participantes da pesquisa. É na escola pública que se encontram os professores com maior faixa etária, ou seja, mais velhos enquanto a escola privada contém os professores mais novos.

Um dos prováveis motivos que leva as escolas públicas a terem professores com mais idade é a estabilidade e segurança que o serviço público oferece. Enquanto na escola privada a relação é inversa, professores bem mais novos e que muitas vezes acabaram de entrar no mercado de trabalho.

Gráfico 09 - Tempo que exerce a profissão de professor (em meses)



Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

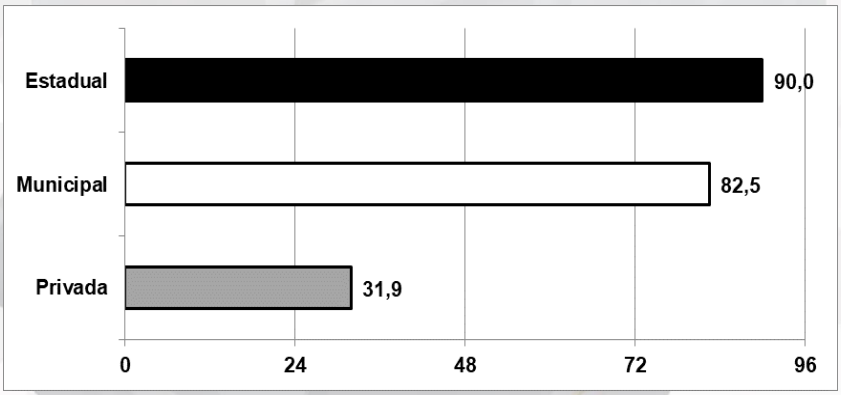
O Gráfico 09 mostra que os professores que exercem a profissão há mais tempo encontram-se na escola pública, enquanto os professores da escola privada exercem a função por menos tempo. Provavelmente isso acontece na escola pública devido à

estabilidade alcançada pelos professores. Já na escola privada deve-se possivelmente devido á crescente desvalorização da profissão além de contratarem os professores recém-graduados por oferecer a mão de obra barata, já que querem rapidamente ingressar no mercado de trabalho. E isto acaba proporcionando uma maior rotatividade com relação à escola pública.

De acordo com Shigunov; Shigunov Neto (2002) os baixos salários, as questões pessoais e familiares interferem na prática pedagógica dos professores, contribuindo para a insatisfação deles.

No Gráfico 10 observar-se o tempo de ensino dos professores.

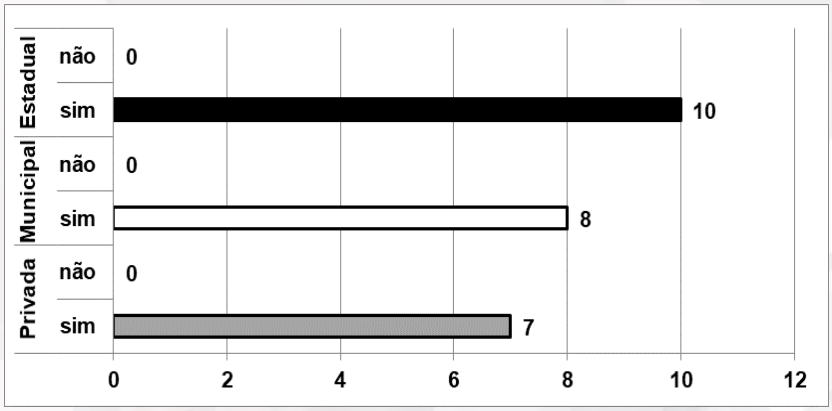
Gráfico 10 - Tempo que ensina na escola (em meses)



Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

No Gráfico 10, é possível perceber que os professores da escola pública se encontram a mais tempo ensinando na sua respectiva escola, enquanto na escola privada esse tempo de ensino na escola é menor. O que nos leva a crer que isso provavelmente acontece na escola pública devido à estabilidade alcançada pelos professores. Enquanto na escola privada pode ser devido à busca constante, por parte dos professores, pela estabilidade que o serviço público oferece. E, portanto, não permitindo uma sequência na sua respectiva escola.

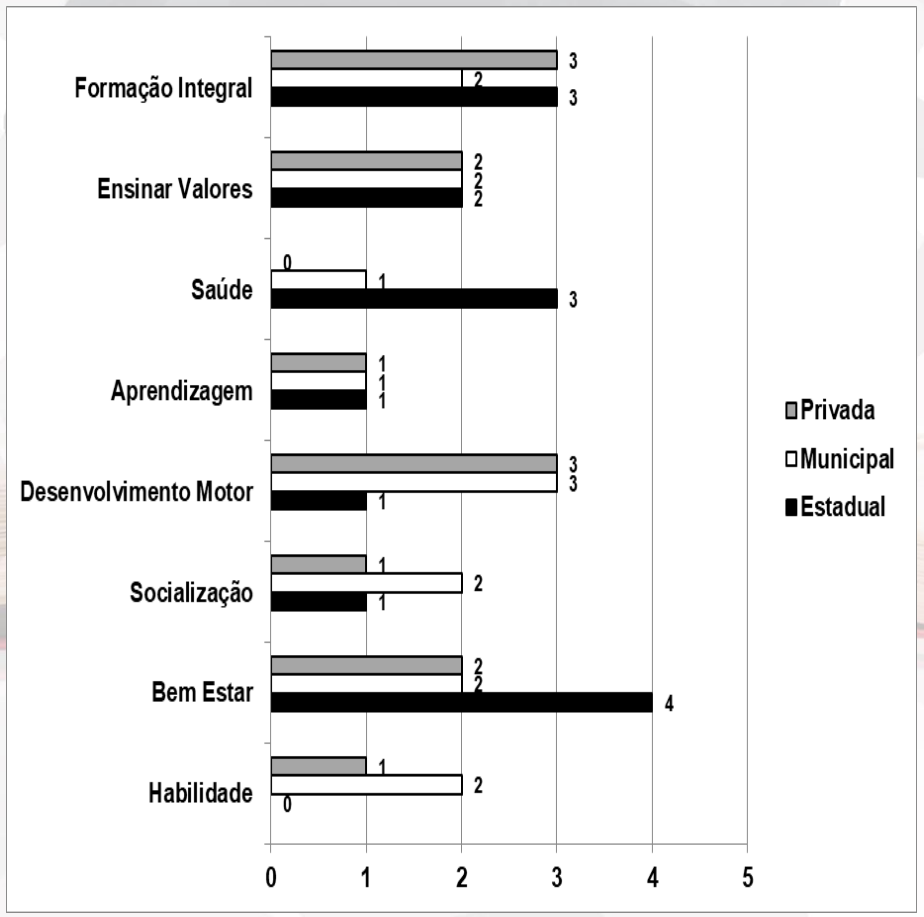
Gráfico 11 – Opinião dos professores sobre a Importância do esporte no ambiente escolar



Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

De acordo com o Gráfico 11, é possível identificar que 100% dos professores entrevistados consideram o esporte importante no ambiente escolar.

Gráfico 12 - Justificativa dos professores da escola privada, municipal e estadual em relação à importância do esporte na escola.



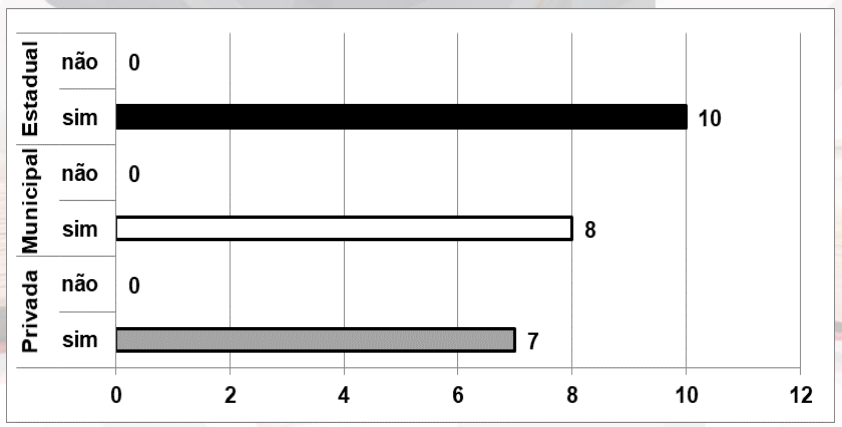
Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

Com base nos resultados do Gráfico 11 pode-se notar que 100% dos professores entrevistados consideram o esporte importante no ambiente escolar. Porém, ao observar-se o Gráfico 12 nota-se que para os professores da rede privada essa importância ocorre devido ao mesmo contribuir para a formação integral do aluno, bem como com o desenvolvimento motor. Já para os professores da escola estadual, observa-se que o esporte tem sua importância por ajudar ao praticante no seu bem-estar. E os da escola municipal apontaram que o esporte se torna importante por contribuir para o desenvolvimento motor do praticante.

> Segundo Molina Neto (1991, p. 62) "a importância do esporte na escola está estruturada fundamentalmente nas seguintes categorias: movimento, socialização, desenvolvimento moral e intelectual, superação, saúde, afetivo, promoção e desenvolvimento da escola, formação e desenvolvimento do aluno, estrutural crítica, estrutural alienada, cultural".

Então, ao compararem-se as justificativas citadas pelos alunos (Bem-estar, Desenvolvimento motor e formação integral) com as citadas por Molina Neto (movimento, formação e desenvolvimento do aluno e saúde), demostra-se ter relação as identificadas na nossa pesquisa com as citadas pelo autor reconhecendo assim os benefícios da importância do esporte.

Gráfico 13 - Esporte proporciona algum benefício



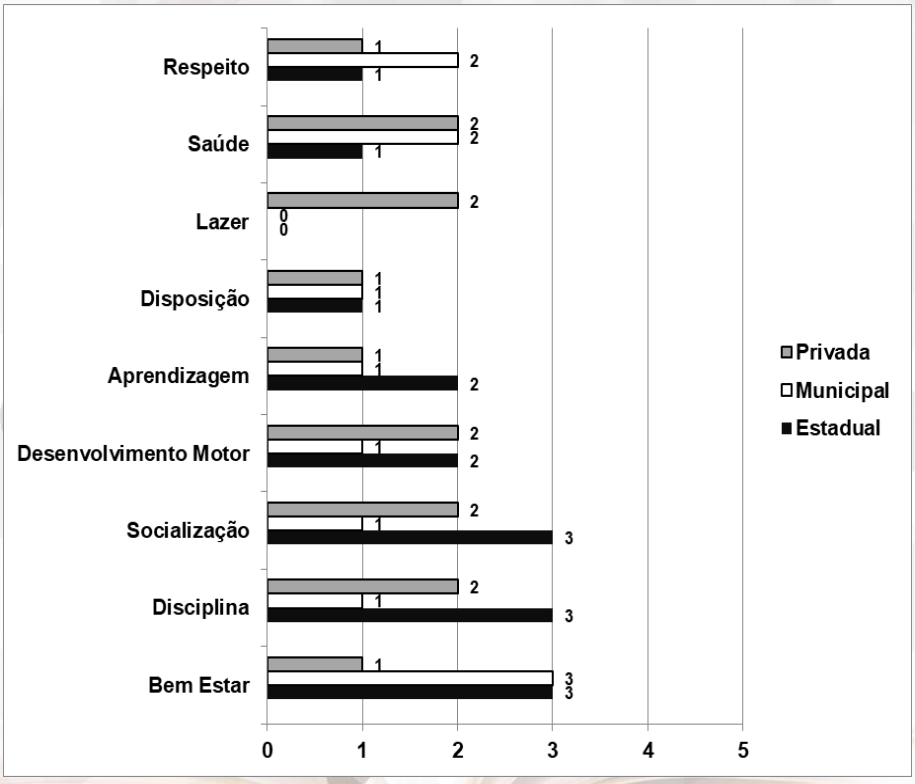
Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

De acordo com o Gráfico 12, 100% dos professores participantes da pesquisa consideram que o esporte proporciona benefícios ao praticante.

Diante disso, os autores Bastos; Mattos (2009, p.5 e 6) colaboram com os resultados, quando afirmam que "o importante é destacar que o esporte para alunos é definido como algo que sempre traz benefícios tanto no aspecto mental, físico ou social".

No Gráfico 14 observa-se o ponto de vista dos professores entrevistados das escolas visitadas com relação aos benefícios.

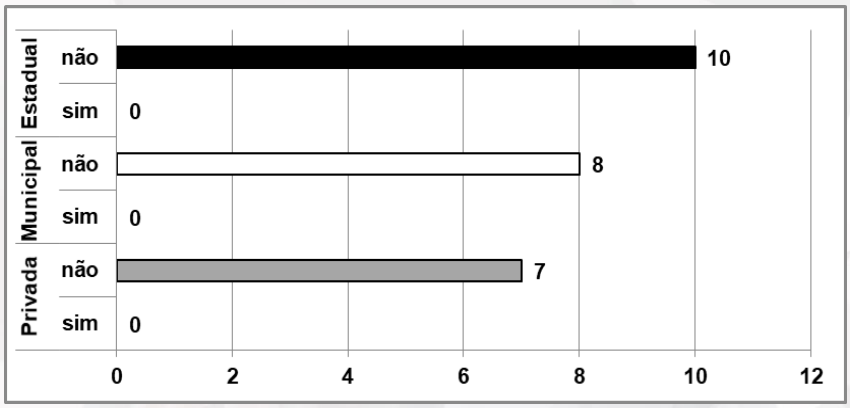
Gráfico 14 - Justificativa dos professores da escola privada, municipal e estadual em relação aos benefícios do esporte aos praticantes



Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

É notável que os 25 professores das escolas visitadas expuseram que o esporte proporciona benefícios. Porém para os professores da rede privada os benefícios mais citados foram disciplinar, socialização, desenvolvimento motor, lazer e saúde. Já para os professores da escola estadual, o esporte tem seus benefícios por contribuir ao praticante no seu bem-estar, disciplina e socialização. E na escola municipal os professores relataram que os benefícios são devido ao esporte proporcionar a sensação de bem-estar ao praticante.

Gráfico 15 - Esporte proporciona algum malefício



Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores.

O gráfico 13 demostra que 100% dos professores entrevistados consideram que o esporte praticado no ambiente escolar não proporciona nenhum tipo de maleficio aos praticantes.

Os resultados corroboram com o que dizem Bastos; Mattos (2009, p.6), “nenhum momento percebe que a prática de esportes de forma errônea pode trazer malefícios à saúde”.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi de grande valia para a ampliação de conhecimentos na área do esporte no ambiente escolar, melhorando a interpretação de dados estatísticos, assim como para ter uma visão dos benefícios do esporte ao praticante.

Percebeu-se na análise dos dados coletados, que nas escolas onde os dados foram coletados o esporte é bem aceito tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos, até mesmo pelos que não gostam da prática esportiva, mas que mesmo assim reconhecem a sua importância.

Segundo a pesquisa, comprova-se que no ponto de vista dos professores e alunos das escolas visitadas, o esporte no ambiente escolar - especificamente no fundamental II do 6° ao 9° ano - foi observado como um fator de grande relevância para o cotidiano dos alunos que responderam como importante para a saúde e seu bem-estar à prática de

esporte na escola. Isso reflete que o aluno conhece os benefícios que o esporte pode trazer para sua vida. Em relação aos fatores que o esporte no ambiente escolar contribui na vida dos alunos 100% dos professores participantes da pesquisa responderam sim, proporciona benefícios na vida dos alunos contribuindo para sua vida em sociedade.

Diante da pesquisa realizada a visão que professores e alunos têm do esporte é: socialização, disciplina, bem-estar, saúde, desenvolvimento motor, qualidade de vida, diversão, aprendizagem bem como a formação integral do praticante.

REFERÊNCIAS

BARBANTI, Valdir J. **Dicionário de educação física e esporte**. 3. Ed. Barueri, SP: Manole, 2011.

BARROSO A. L. B; DARIDO S. C. **Revista brasileira de educação física, esporte, lazer e dança**, v.1, n.4, p. 101-114, dezembro 2006. Escola, Educação Física e Esporte: possibilidades pedagógicas, dezembro de 2006.

BASTOS P.W; MATTOS C.R, Esporte um aliado para o ensino de física, 2009. <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienpec/pdfs/273.pdf>.

BETTI I. C. R. **Motriz - volume 1, número 1, p. 25 – 31 / junho de 1999** Esporte na escola: Mas é só isso professor?

BETTI M. LIZ M.T. F, **Motriz, Rio Claro, v.9, n.3, p.135-142, setembro/dezembro 2003,** Educação Física escolar: a perspectiva de alunos do ensino fundamental.

CAPITANIO. A. M, educação através da prática esportiva: Missão impossível? <www.efdeportes.com/revista digital>**, Bueno Aires, Ano 8, n° 58, março de 2003.**

FREIRE J.B, Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da educação física – 5 ed. – São Paulo: Scipione,2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula)

INTERDONATO G.C.; MIARKA B. OLIVEIRA A.R. D; GORGATTI M.G, **Motriz, Rio Claro, v.14, n.1, p.63-66, janeiro/março 2008**, Fatores motivacionais para a prática esportiva.

MOLINA NETO, V. **Esporte na escola:** contradições e alternativas- Porto Alegre: PUCRS, curso de pós-graduação em educação, 1991.

REIS D. P. P.; PEREIRA A. M.; MARILENE, M, hegemonia do esporte na escola, 2009. <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3357_1704.pdf>.

RODRIGUES E. F.; MONTAGNER P. C. **conexões - volume 1, número 1, 2003;** Esporte espetáculo e sociedade: estudos preliminares sobre sua influência no âmbito escolar.

ROSE JUNIOR D. de. **Revista brasileira ciência e movimento, Brasília** v.10 n.4 p-19-26; outubro de 2002, A competição como fonte de estresse no esporte;

SHIGUNOV V.; SHIGUNOV NETO A, Educação Física: Conhecimento teórico x prática pedagógica- Porto Alegre: mediação, 2002.

CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES GESTANTES DIAGNOSTICADAS COM SÍFILIS NO RIO GRANDE DO NORTE

CHARACTERIZATION OF PREGNANT WOMEN DIAGNOSED WITH SYPHILIS IN RIO GRANDE DO NORTE

CARACTERIZACIÓN DE MUJERES EMBARAZADAS DIAGNOSTICADAS CON SÍFILIS EN RIO GRANDE DO NORTE

Nyedja Kalina Ferreira da ROCHA[4]
Zuleika Dantas do Vale TAVARES[5]
Simone Regina de CARVALHO[6]
Valeska Cahú Fonseca da NÓBREGA[7]
Adriana Cinthya Barbosa Cavalcanti e SILVA[8]

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral: identificar a incidência, a classificação clínica e o perfil das mulheres gestantes diagnosticadas com sífilis no estado do Rio Grande do Norte, a coleta de dados corresponde ao período de três anos. Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa. Os dados foram obtidos através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no período compreendido entre 01 janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, totalizando três anos. Para realizar a coleta de dados adotou-se um roteiro, composto por elementos de ordem objetiva, após a coleta formulou-se um banco de dados que continha as variáveis analisadas. A amostra apresentou predominância da sífilis

[4] Discente de Enfermagem pelo Centro Universitário Natalense, (UNICEUNA).
[5] Mestrado Profissional em Saúde da Família - UFRN/2016, Graduada em Enfermagem - UPE/1994, Professora Universitária do Curso de Enfermagem do UNICEUNA, (E-mail: zuleikaenfa@gmail.com).
[6] Mestrado em Enfermagem - UFRN/2015, Graduada em Enfermagem - UFRN/2003, Atua no Projeto de Extensão de Utilização da plataforma digital (piBook) como facilitador p/ a inclusão social e digital em crianças com câncer, é Coord. e Professora Universitária do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Natalense, (E-mail: simone.rc.lu@gmail.com).
[7] Mestrado Profissional em Saúde da Família no Nordeste - UFRN/2016, Graduada em Enfermagem e Obstetrícia - UFRN/1983, Professora Universitária do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Natalense, (E-mail: valeskacahu@yahoo.com.br).
[8] Especialista em Enfermagem Obstétrica - UFRN/2010, Graduada em Enfermagem e Obstetrícia - UFRN/2002, Membro do grupo de pesquisa/CNPq, na linha Enfermagem em Diferentes Fases da Vida, (E-mail: adriana.cinthyabc@gmail.com).

gestacional em mulheres jovens, Pardas e com o ensino fundamental incompleto. O pré-natal foi realizado, porém de forma inapropriada.

Palavras chaves: Gestantes; Sífilis; Pré-natal.

ABSTRACT

The objective of the present study was to identify the incidence, clinical classification and profile of pregnant women diagnosed with syphilis in the state of Rio Grande do Norte. Data collection corresponds to three years. This is a descriptive, quantitative research. The data were obtained through the Department of Informatics of the Unified Health System (DATASUS), in the period from January 1, 2015 to December 31, 2017, totaling three years. In order to perform the data collection, a script was used, composed of objective elements. After the data collection, a database containing the variables analyzed was formulated. The sample showed predominance of gestational syphilis in young women, pardas and with incomplete primary education. Prenatal care was performed, but inappropriately.

Key words: Pregnant Women; Syphilis; Prenatal Care.

RESUMEM

El presente estudio tiene como objetivo identificar la incidencia, la clasificación clínica y el perfil de las mujeres embarazadas diagnosticadas con sífilis en el estado de Rio Grande do Norte. La recopilación de datos corresponde a un período de tres años. Esta es una investigación descriptiva con enfoque cuantitativo. Los datos se obtuvieron del Departamento de Informática del Sistema Único de Salud (DATASUS), del 1 de enero de 2015 al 31 de diciembre de 2017, por un total de tres años. Para realizar la recopilación de datos, se adoptó un script, compuesto de elementos de orden objetivo, después de la recopilación se formuló una base de datos que contiene las variables analizadas. La muestra mostró predominio de sífilis gestacional en mujeres jóvenes, Pardas y con escuela primaria incompleta. Se realizó atención prenatal, pero inapropiada.

Palabra clave: Mujeres Embarazadas; Sífilis; Prenatal.

INTRODUÇÃO

A sífilis caracteriza-se por ser uma afecção de cunho infecciosa, transmitida por via sexual, e vertical, o agente etiológico é Treponema pallidum. A classificação pode ser primária, secundária e terciária (1) . E os indícios mais comuns são abortamentos, perdas fetais tardias, óbitos neonatais, neonatos enfermos ou assintomáticos, que podem evoluir com complicações graves caso não sejam tratados adequadamente (2).

Em 2017 foi percebido um aumento dos casos relacionados à sífilis no Brasil. Entre 2015 e 2016, a sífilis adquirida teve um aumento de 27,9%; a sífilis em gestantes, de 14,7%; e a congênita (transmitida da mãe para o bebê pela placenta ou no momento do parto) de4, 7%. Em 2010, haviam sido registrados 1249 casos de sífilis. Em 2015, esse número saltou para 65.878, um aumento de mais de 5.000%, e chegou em 87.593 casos em 2016.

De acordo com o ministério da saúde, um dos motivos para o aumento dos casos de sífilis é a escassez de penicilina (medicamento utilizado para tratar a doença) em âmbito global. Esse cenário existe desde 2014 e acarretou uma epidemia da doença no Brasil em 2016. A busca ativa através dos testes rápidos elevou a quantidade de diagnósticos realizados, o que explica o expressivo aumento do no número de casos (3).

As políticas de saúde enfatizam medidas de prevenção, promoção e tratamento a todos que possuem diagnóstico de tal patologia.

Nas mulheres, as ações de prevenção da sífilis estão estreitamente relacionadas aos cuidados com a gestante no pré-natal, como a realização dos testes sorológicos para sífilis no primeiro e terceiro trimestre de gestação, o tratamento correto e oportuno da infecção diagnosticada, instituído o mais precoce, tanto o da mulher, quanto o do parceiro (4).

Igualmente importantes são os comportamentos que vulnerabilizam as mulheres, associando-se o maior risco, como a menor idade da primeira relação sexual e da gestação, elevado número de parceiros sexuais, não adesão a práticas de sexo seguro, uso de drogas ilícitas e psicoativas (5).

Assim, assistência à saúde a mulheres com sífilis é o papel da enfermagem diante de tal morbidade, ou seja, requer o reconhecimento de dados e informações relevantes sobre a problemática, para a posterior implementação de ações e estratégias para a sua superação. Diante do exposto, o presente estudo pretende identificar a incidência da sífilis e traçar um perfil das mulheres gestantes acometidas com a sífilis. Para isso, formulou-se a seguinte questão norteadora: Qual o grau de incidência, a classificação clínica e o perfil das mulheres gestantes diagnosticadas com sífilis no estado do Rio Grande do Norte?

MÉTODO

Trata-se de um estudo de caráter quantitativo, descritivo, transversal, realizado a partir de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponível no Departamento de Informática do SUS (DATASUS), tabulados pelo TABNET, referentes aos casos de sífilis gestacional (SG) notificados no estado do Rio Grande do Norte entre janeiro de 2015 a dezembro de 2017.

O Rio Grande do Norte (RN) é um estado brasileiro, situado na região nordeste do Brasil, com uma população estimada em 3.479.010 ao longo de sua área territorial mensurada em 52811.107km² (6).

A coleta de dados ocorreu no período compreendido entre um janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, totalizando três anos. Para realização dessa pesquisa foram utilizados dados secundários, por esse motivo, não necessitou de autorização no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pois, estava de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Este estudo tem por finalidade identificar a incidência e a classificação clínica da sífilis e conhecer o perfil das mulheres diagnosticadas com sífilis gestacional (SG). Foram analisadas as seguintes variáveis: número de casos confirmados de SG; classificação clínica da SG; consultas pré-natais e tratamento do parceiro. Quanto ao

perfil sociodemográfico: faixa etária, raça/cor e escolaridade das mulheres gestantes com diagnóstico de SG.

As tabelas e gráficos foram construídos com o programa Microsoft Office Excel 2007. O alvo do estudo foram todos os casos de sífilis gestacional ocorridos no período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017.

RESULTADOS

O Brasil apresenta uma elevação na taxa de incidência da sífilis em gestantes nos últimos anos, como referido no boletim epidemiológico do Ministério da Saúde (3). Nesse sentido os resultados obtidos no presente estudo corroboram com esses dados, onde podemos observar a ascendência dos números de casos de SG no estado do RN, onde foram notificados 858 casos de sífilis em gestantes, sendo 491 na Capital Natal, representados nos gráficos 1 e 2.

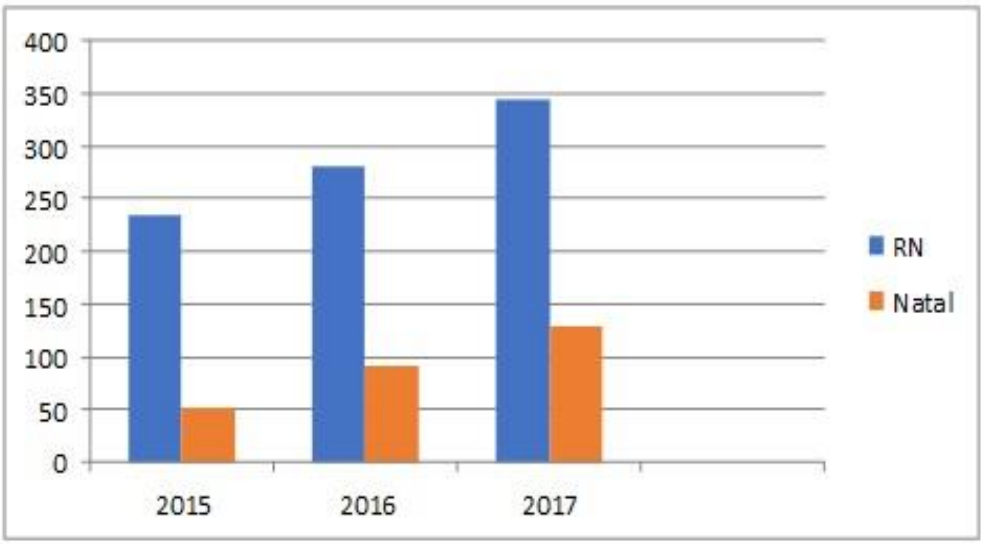


Figura 1 *- Números de casos de SG no RN.*
Fonte: *Datasus*

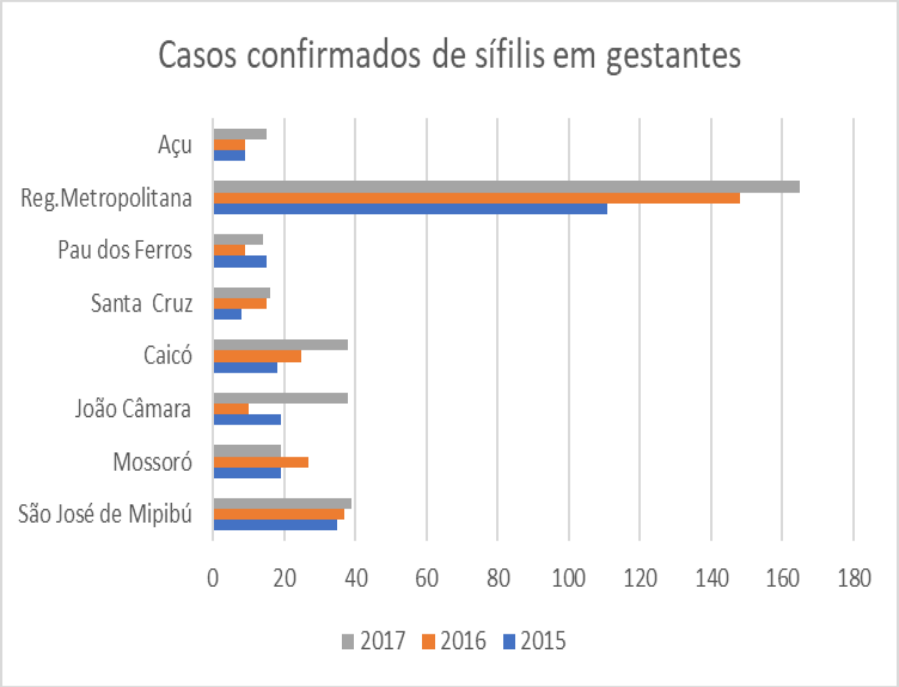


Figura 2 *- Casos confirmados de SG em municípios do RN*
Fonte: *Datasus*

Em relação a classificação clínica, observada entre os anos de 2015 e 2017, no RN, houve predominância da classificação primária, com 321 casos, seguidos em ordem decrescente por: ignorado 247; latente 162; terciária 81 e secundária 47

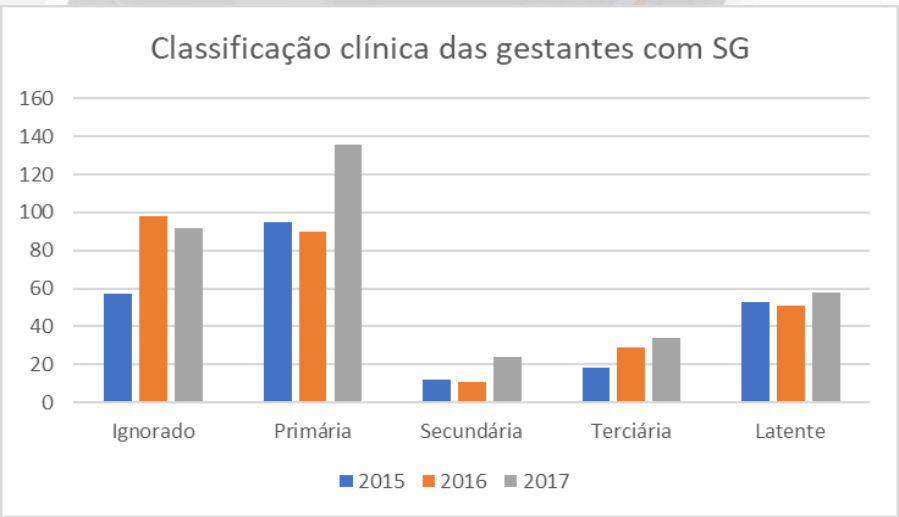


Figura 3 *- Classificação clínica das gestantes com SG*
Fonte: *Datasus*

No que se refere ao perfil sociodemográfico das mulheres com SG, quanto à faixa etária houve maior predominância das mulheres jovens totalizando 577 mulheres

entre 20 e 39 anos, seguidas por 258 mulheres entre 15 e 19 anos. dados representados no gráfico a seguir.

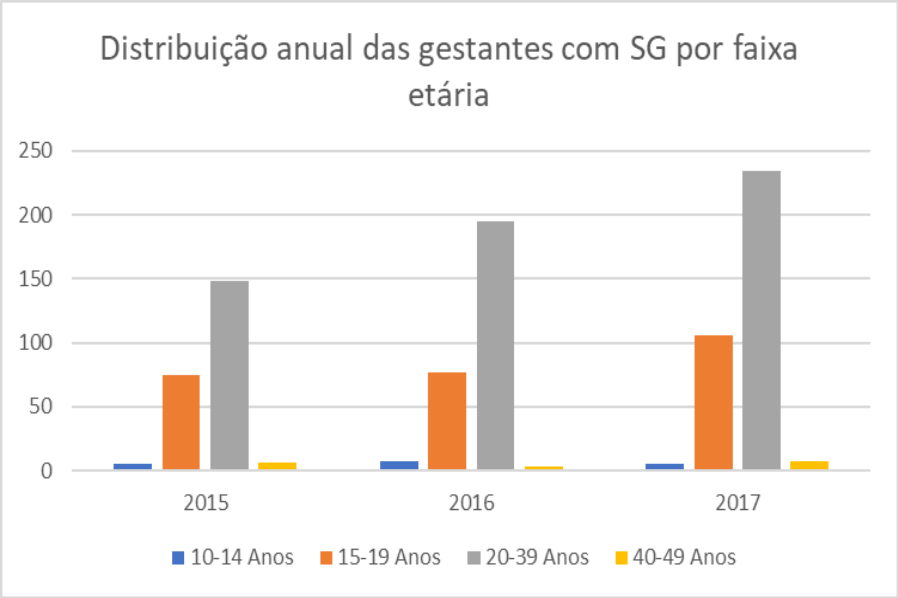


Figura 4 *– Distribuição anual das gestantes com SG por faixa etária*
Fonte: *Datasus*

De acordo com o grau de escolaridade observou-se que o maior percentual corresponde ao ensino fundamental incompleto, com 329 casos, seguido por ignorado 234 casos; ensino médio incompleto 107; ensino médio completo 92 casos; ensino superior incompleto 7 e apenas 5 finalizou o ensino superior.

Figura 5 *– Nível de escolaridade das gestantes com SG por ano*
Fonte: *Datasus*

Quanto as variáveis correspondentes a raça/cor declarada pelas mulheres com SG, observou-se a preponderância da etnia parda, totalizando 210 mulheres, seguidos sequencialmente por: branca, 89 mulheres; ignorado, 30 mulheres; preta, 26 mulheres; amarela 6 mulheres; indígena 1 mulher.

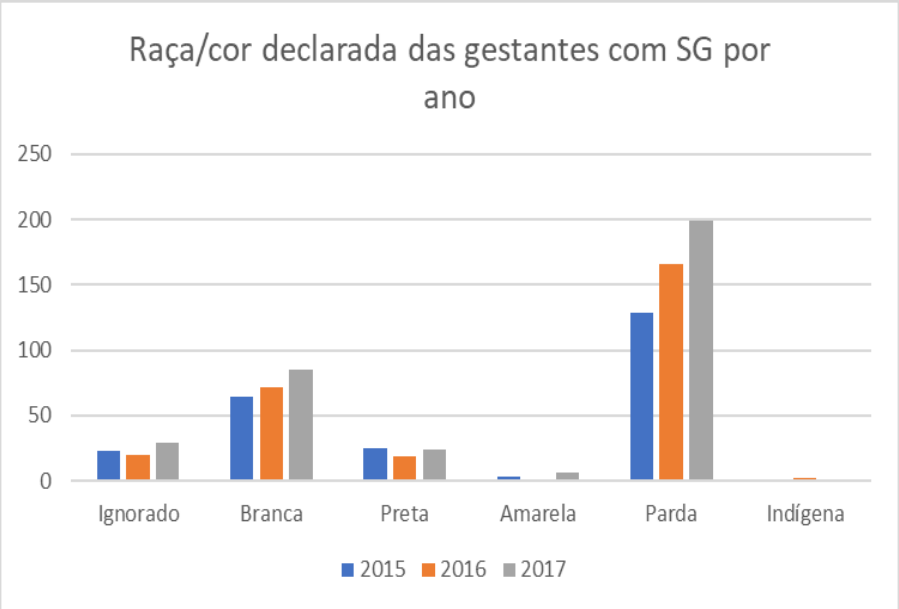


Figura 6 *– Raça/cor declarada das gestantes com SG por ano*
Fonte: *Datasus*

No que concerne à assistência pré-natal 819 mulheres gestantes com SG realizaram o atendimento pré-natal, enquanto 91 não realizaram e 28 constam como ignorado/branco.

O ministério da saúde preconiza que sejam realizadas no mínimo 7 consultas, porém foi observado que 56,1% realizaram 7 ou mais consultas, 32,8% 4-6 consultas, 9,6% 1-3 consultas, ou seja, o preconizado pelos indicadores do SISPACTO é um percentual de 90%. Comparando os dados, verifica-se o aumento significativo da SG, no decorrer dos anos. Isso é um fato preocupante e nos alerta na deficiência dos cuidados em relação as DSTs.

Quanto aos parceiros, a maioria, 819, realizaram o tratamento, evitando assim que as mulheres sejam reinfectadas. Os dados encontram-se na tabela a seguir.

Tabela 1 - Dados referentes à assistência pré-natal

ASSISTÊNCIA NO PRÉ-NATAL	
Realizou o pré-natal	
Ignorado/branco	28
Sim	819
Não	91
Mulheres que realizaram o Tratamento	
Ignorado/branco	38
Durante o pré-natal	499
Parto ou Curetagem	346
Após o parto	47
Não realizado	5
Parceiros que realizaram o Tratamento	
Ignorado/branco	28
Sim	819
Não	91
Diagnóstico dos casos confirmados	
Ignorado/branco	89
SC recente	827
SC tardia	3

DISCUSSÃO

A sífilis gestacional representa um relevante problema de saúde pública, visto que as consequências podem ser graves, principalmente para o concepto, podendo resultar em aborto ou natimorto. Apesar da disponibilidade do tratamento na rede pública de saúde, ainda apresenta um número elevado de casos notificados.

Este estudo explorou de forma sucinta os dados relacionados às notificações da sífilis em mulheres gestantes do estado do Rio Grande do Norte. Os dados revelaram que, nos casos confirmados de SG o índice maior foi na classificação primária, a contaminação atinge o sistema linfático proveniente da região infectada e, por conseguinte, abrange outras partes do corpo pelo meio da disseminação hematogênica.

Em relação às características das mulheres infectadas, observa-se o índice de jovens de 20-39 anos, pardas e com o ensino fundamental incompleto.

O fato é que a sífilis teve um aumento significativo ao longo dos anos, essa significância pode-se estar relacionada à implementação dos testes rápidos na triagem

da sífilis na atenção básica, mas também pode estar relacionado a outros fatores como por exemplo, a subnotificação dos casos ou a não confirmação do diagnóstico.

"Vale ressaltar que a maioria das gestantes não tratadas ou não tratadas adequadamente pode transmitir a infecção para seus conceptos, podendo causar morte fetal, morte neonatal, prematuridade, baixo peso ao nascer ou a infecção congênita" (7). É importante destacar que o controle efetivo do agravo nas gestantes requer o diagnóstico precoce e a implementação de estratégias que visem ações de vigilância, prevenção e controle, para que as consequências sejam minimizadas.

CONCLUSÃO

Neste estudo, foi observado o perfil das mulheres como jovens, pardas, baixa escolaridade. O pré-natal foi realizado, porém de forma inapropriada.

Apesar dos bons resultados nos indicadores de saúde, a redução do número de casos de sífilis em gestante, assim como o controle e a prevenção da transmissão vertical, só será possível com a participação e a responsabilidade paterna durante o processo de pré-natal. Para tanto, é importante um olhar mais fidedigno e minucioso para a relação entre o profissional, a gestante e a família, visualizando vínculos, manejo clínico, comunicação, demanda, entendimento dos processos de trabalho; pois é na interface gestante e profissional de saúde que se denotam as práticas efetivas de procura e oferta do cuidado.

Os resultados indicam a dificuldade enfrentada na atenção básica ao combate a sífilis. Desse modo, se faz necessário um melhoramento ao acesso a saúde básica. É relevante destacar a importância da prevenção das DSTs, e a melhor forma de prevenir é conscientizar a população.

Desenvolver ações com finalidade de esclarecer os cuidados a serem tomados diante da prevenção, sem falar no uso de preservativos, essas são algumas medidas que podem ser tomadas diante de tal doença.

Verificou-se poucos estudos sobre a participação do parceiro no pré-natal, porém os estudos demonstram a sua importância e citam a enfermeira como autora principal na inclusão do parceiro nesse processo. Sabemos que tal fato teria grande significado na adesão ao tratamento do parceiro e propiciaria sensibilização da gestante sobre a importância do tratamento do pai da criança, ainda que este não seja seu parceiro.

É fundamental aconselhar as mulheres e seus parceiros sobre os riscos associados à infecção pelo *Treponema Pallidum* através da relação sexual, orientando a prática do sexo seguro durante o tratamento. De uma forma geral deve-se acolher a gestante acometida por tal patologia, garantindo privacidade e individualidade ao tratamento, impulsionando uma relação de confiança entre profissional de saúde e paciente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico sífilis**. Secretaria de vigilância em saúde 2017, Vol. 48. nº36.

DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira, et al. Prevalência de sífilis na gestação e testagem pré-natal: Estudo Nascer no Brasil. **Rev. Saúde Pública** 2014;48(5):766-774. Vitória : s.n., 2014.

DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira, et al. Sífilis congênita: evento sentinela da qualidade da assistência pré-natal**. Rev. Saúde Pública** 2013;47(1):147-57.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIE E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponivém em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acessado em novembro de 2017.

NUNES, Jaqueline Targino, et al. Sífilis na gestação: perspectivas e condutas do enfermeiro.**Rev. de Enferm.** UFPE. Recife : s.n., 2017.

PADOVANI, Camila. Sífilis na gestação: associação das características maternas e perinatais em região do sul do Brasil. Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.26 Ribeirão Preto 2018.

SILVA, Liliam Carla Vieira Gimenes, et al**.** Perfil dos Casos de Sífilis Congênita em um Município do Sul de Mato Grosso. **Journal Health Npeps**. 2017; 2(2):380-390.

EXERCÍCIO FÍSICO SOBRE A SÍNDROME LIPODISTRÓFICA NO HIV

PHYSICAL EXERCISE ON HIV LIPODYSTROPHIC SYNDROME

EJERCICIO FÍSICO SOBRE EL SÍNDROME LIPODISTROFICO EN HIV

Alexsandro Chagas de ANDRADE[9]
Anderson Maranhão da SILVA[10]
Ana Camila Campelo de ALBUQUERQUE[11]
Natália Maria Conceição FIGUEIRÔA[12]

RESUMO

Em indivíduos que contraíram o HIV existe uma terapia antirretroviral fortemente ativa (HAART) que tem melhorado aspectos prognósticos em relação a sobrevida após a infecção. Contudo, este tipo de terapia tem tido associações com o desenvolvimento de disfunções metabólicas e nos níveis de gordura corporal distribuídas no corpo. Este fenômeno pode ser conhecido como síndrome lipodistrófica associada ao HIV (SLHIV). Neste contexto, o exercício físico pode influenciar positivamente na LSHIV através do aumento da massa muscular, diminuição da adiposidade corporal e outros fatores de risco associados a saúde durante o tratamento com HAART. Investigar os benefícios do exercício físico aeróbio, força e Concorrente, sobre a composição corporal de portadores de HIV em tratamento com HAART. Trata-se de uma revisão da literatura com busca nas bases de dados Scielo, Lilacs, PubMed e Medline, utilizando como palavras-chaves os descritores, HIV, exercício físico, sempre associados a palavras, tais como, síndrome lipodistrófica, composição corporal, IMC, percentual de gordura. Os critérios de inclusão dos artigos serão: ter sido publicados a partir de 2009, ter como metodologia ensaio clínico, tratarem de exercícios físico aeróbio, HIV em adultos ou

[9] Discente de Educação Física do UNICEUNA, (E-Mail: alexsandro.jovemplan@gmail.com).
[10] Discente de Educação Física do UNICEUNA, (E-Mail: anderson_rn08@hotmail.com).
[11] Mestrado em Educação Física - UFRN/2016, Graduada em Educação Física Licenciatura - UFPE/2012, Professora Universitária do Curso de Educação do UNICEUNA, (E-Mail: ccampelo32@gmail.com).
[12] Mestrado em Saúde Coletiva - UFRN/2015, Graduada em Educação – UNI-RN/2012, Professora Universitária do Curso de Educação Física do UNICEUNA, (E-Mail: profnataliafigueiroa@gmail.com).

idosos em seu resumo. Os exercícios aeróbios, força, combinado e/ou concorrente em portadores de HIV tiveram impactos positivos na: 1) diminuição da manifestação das alterações decorrentes da SLHIV. 2) melhorias nos componentes dos padrões morfofuncionais; 3) regulação das variáveis metabólicas; 4) melhorado condicionamento cardiorrespiratório; 5) aumento da força e hipertrofia; 6) diminuição do % de gordura visceral e periférica; 7) consumo de oxigênio. Conclui-se que, os vários tipos de treinamentos físicos (força e aeróbio), ao longo do tempo poderá melhorar a composição corporal (diminuição da SLHIV) e os componentes cardiorrespiratórios dos pacientes com HIV.

Palavras-chave: HIV; Treinamento físico; Composição corporal

ABSTRACT

In HIV-infected individuals there is highly active antiretroviral therapy (ART) that has improved prognostic aspects regarding survival after infection. However, this type of therapy has been associated with the development of metabolic dysfunctions and body fat levels distributed throughout the body. This phenomenon may be known as HIV-associated lipodystrophy syndrome (SLHIV). In this context, physical exercise can positively influence SLHIV by increasing muscle mass, decreasing body adiposity and other health-related risk factors during treatment with HAART. The objective was to investigate the benefits of aerobic physical exercise, strength, and competitor on the body composition of HIV patients on ART. It is a review of the literature with search in the databases Scielo, Lilacs, PubMed, and Medline, using as keywords the descriptors, HIV, physical exercise, always associated with words, such as lip dystrophic syndrome, body composition, BMI, fat percentage. The criteria for inclusion of the articles were: to have been published between 2012 and 2018, to have as clinical trial methodology, to treat aerobic physical exercises, strength, combined and concurrent in HIV in adults or elderly in their summary. The aerobic, strength, combined and / or concurrent exercises in HIV patients had positive impacts on decreased manifestation of the changes resulting from SLHIV; improvements in morpho functional pattern components; regulation of metabolic variables; improvement of cardiorespiratory fitness; increased strength and hypertrophy; decreased percentage of visceral and peripheral fat; consumption of oxygen. It is concluded that the various types of physical training (strength and aerobic) over time can improve the body composition (decrease of SLHIV) and cardiorespiratory components of HIV patients.

Keywords: HIV; Physical training; Body composition; physical conditioning.

RESUMEN

En las personas que contrajeron el HIV existe una terapia antirretroviral muy activa (HAART) que ha mejorado los aspectos pronósticos con respecto a la supervivencia después de la infección. Sin embargo, este tipo de terapia se ha asociado con el desarrollo de disfunción metabólica y niveles distribuidos de grasa corporal en el cuerpo. Este fenómeno puede ser conocido como síndrome lipodistrofico asociado al HIV (SLHIV). En este contexto, el ejercicio puede influir positivamente en el LSHIV a través del aumento de la masa muscular, la disminución de la adiposidad corporal y otros factores de riesgo asociados con la salud durante el tratamiento con HAART. Investigar los beneficios del ejercicio aeróbico, la fuerza y la competencia, en la composición corporal de los pacientes con HIV que reciben HAART. Esta es una revisión de la literatura que busca en las bases de datos Scielo, Lilacs, PubMed y Medline, utilizando como palabras clave los descriptores, HIV, ejercicio físico, siempre asociados con palabras como síndrome lipodistrofico, composición corporal, IMC, porcentaje de grasa Los criterios de inclusión de los artículos serán: publicados desde 2009, tienen como metodología de ensayo clínico, abordan el ejercicio aeróbico, el HIV en adultos o ancianos en su resumen. Los ejercicios aeróbicos, de fuerza, combinados y / o simultáneos en pacientes con HIV tuvieron impactos positivos en: 1) disminución de la manifestación de los cambios de SLHIV. 2) mejoras en los componentes de los estándares morfofuncionales; 3) regulación de las variables metabólicas; 4) acondicionamiento cardiorrespiratorio mejorado; 5) aumento de la fuerza y la hipertrofia; 6) % de disminución de la grasa visceral y periférica; 7) consumo de oxígeno. Se concluye que los diversos tipos de entrenamiento físico (fuerza y aeróbico) a lo largo del tiempo pueden mejorar la composición corporal (disminución del SLHIV) y los componentes cardiorrespiratorios de los pacientes con HIV.

Palabra clave: HIV; Entrenamiento físico; Composición corporal.

INTRODUÇÃO

O vírus da imunodeficiência humana HIV é transmitido pelas vias sexual, compartilhamento de seringas com sangue infectado, uso de drogas injetáveis e na amamentação pelas mães infectadas. Tem como principal característica a

imunossupressão das células CD4+ também conhecidas como células T, levando aos indivíduos infectados ficarem suscetíveis às infecções oportunistas, cânceres e doenças neurológicas, que, se não forem combatidas de forma precoce conduzirão o indivíduo a morte (ARGÜELLES et. al. 2012).

No Brasil em 2017, segundo o último boletim epidemiológico publicado em 2018, foram identificados cerca de 247.795 novos casos de infecção pelo vírus HIV. No mesmo ano tivemos um declínio comparado a anos anteriores, nos casos de AIDS chegando a 37.791, isso pode ser relacionado a adesão ao tratamento através da terapia antirretroviral Combinada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Em 1996 deu-se início a Terapia Antirretroviral Combinada (TARV), como política Nacional para pessoas Vivendo com HIV de acesso a medicamento de forma gratuita, com a introdução dos inibidores de protease (IP), diminuindo, por conseguinte a multiplicação do vírus e sua ação sobre as células T CD4+, proporcionando uma recuperação imunológica, reduzindo a morbimortalidade, gerando assim o aumento da expectativa de vida de pessoas vivendo com HIV/ Aids (PVHA) (LAZZAROTTO et al. 2014). Por outro lado, com o uso da TARV surgiram novas preocupações com relação a alterações geradas pelo seu uso prolongado tais como disfunções metabólicas como diabetes, dislipidemia, acúmulo de gordura, perca de massa corporal e doenças cardiovasculares, configurando seu efeito toxicológico no organismo do indivíduo infectado. (DE JESUS, et al., 2011)

A síndrome lipodistrófica no HIV que se caracteriza como o acúmulo de gordura visceral na região do abdômen e pescoço ou pela lipoatrofia de membros superiores (Braço) e inferiores, (pernas e glúteo), e perca de gordura subcutânea na região da face. A SLVHIV aparece mediante ao uso prolongado da TARV, e não pode ser revertida e sim amenizada ou prevenida através do exercício físico (DIEHL, et al. 2008)

Neste contexto, os exercícios aeróbios, força, concorrente ou combinado surgem como estratégia complementar à prevenção e controle de patologias decorrentes do uso contínuo prolongado da TARV, reduzindo o acúmulo de gordura visceral responsável pelo surgimento dos fatores de risco associados a problemas cardiovasculares, dislipidemias, hipertensão arterial e diabetes (BRITO et al. 2010).

Portanto, o objetivo desse estudo foi realizar uma revisão da literatura sobre os efeitos do exercício físico aeróbio, força, concorrente e combinado sobre a composição corporal dos pacientes com a síndrome lipodistrófica no HIV.

JUSTIFICATIVA

O exercício Físico é um importante aliado no tratamento do HIV uma vez que traz inúmeros benefícios para os indivíduos infectados, e os estudo com programas de treinamento físico e a sua relevância vem sendo cada vez mais pertinentes segundo Gomes e colaboradores (2010). Essas pesquisas são importantes para nortear os profissionais de educação física sobre os princípios do exercício físico para este tipo de público. Escolhemos essa temática por saber que a atividade física se faz importante para proporcionar uma melhoria no seu quadro de sorologia positiva, trazendo nossa contribuição para sua luta.

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma revisão da literatura onde será realizada uma busca nas bases de dados Scielo, Lilacs, PubMed e Medline, utilizando como palavras-chaves os descritores, HIV, exercício físico, sempre associados a palavras, tais como, síndrome lipodistrófica, composição corporal, IMC, percentual de gordura. Os critérios de inclusão dos artigos serão: ter sido publicados entre os anos de 2012 e 2019, ter como metodologia ensaio clínico, tratarem de exercícios físico aeróbio, força, combinado e/ ou concorrente no HIV em adultos em seu resumo.

Estratégias de busca

A presente revisão da literatura foi desenvolvida através da base de dados National Library of Medicine (MEDLINE/PubMed). Foi realizado um levantamento de artigos originais completos publicados em inglês e português, sem limites de data,

utilizando os seguintes descritores livres para busca: exercício (exercise), exercício físico (physical exercise), atividade física (physical activity), exercício aeróbio (aerobic exercise), exercício resistido (resistance exercise), treinamento resistido (resistance training), treinamento com pesos (weight training), treinamento de força (strength training), treinamento concorrente (concurrent training), treinamento combinado (combined training) combinados com composição corporal (body composition), perfil lipídico (lipid profile), lipodistrofia (lipodystrophy), HIV (immunodeficiency virus). Além disso, todas as referências bibliográficas dos artigos encontrados foram manualmente analisadas, a fim de se encontrar mais estudos elegíveis para a revisão.

Os critérios de inclusão para esta revisão de literatura foram: 1) artigos originais (ensaios clínicos controlados e randomizados, ensaios clínicos controlados e ensaios clínicos com delineamento cruzado, estudo de caso); 2) estudos que investigaram os efeitos agudos do exercício físico sobre a composição corporal e/ou desempenho na síndrome lipodistrófica. Foram excluídos: 1) estudos com animais; 2) artigos de opinião, revisão (sistemática ou não), meta-análise e carta ao editor; 3) estudos que não estavam disponíveis (sem acesso pelo Portal de Periódicos da Capes e não encaminhados pelo autor correspondente ao artigo). A figura 1 sumariza as etapas de busca, análise, inclusão e exclusão dos estudos na presente revisão de literatura.

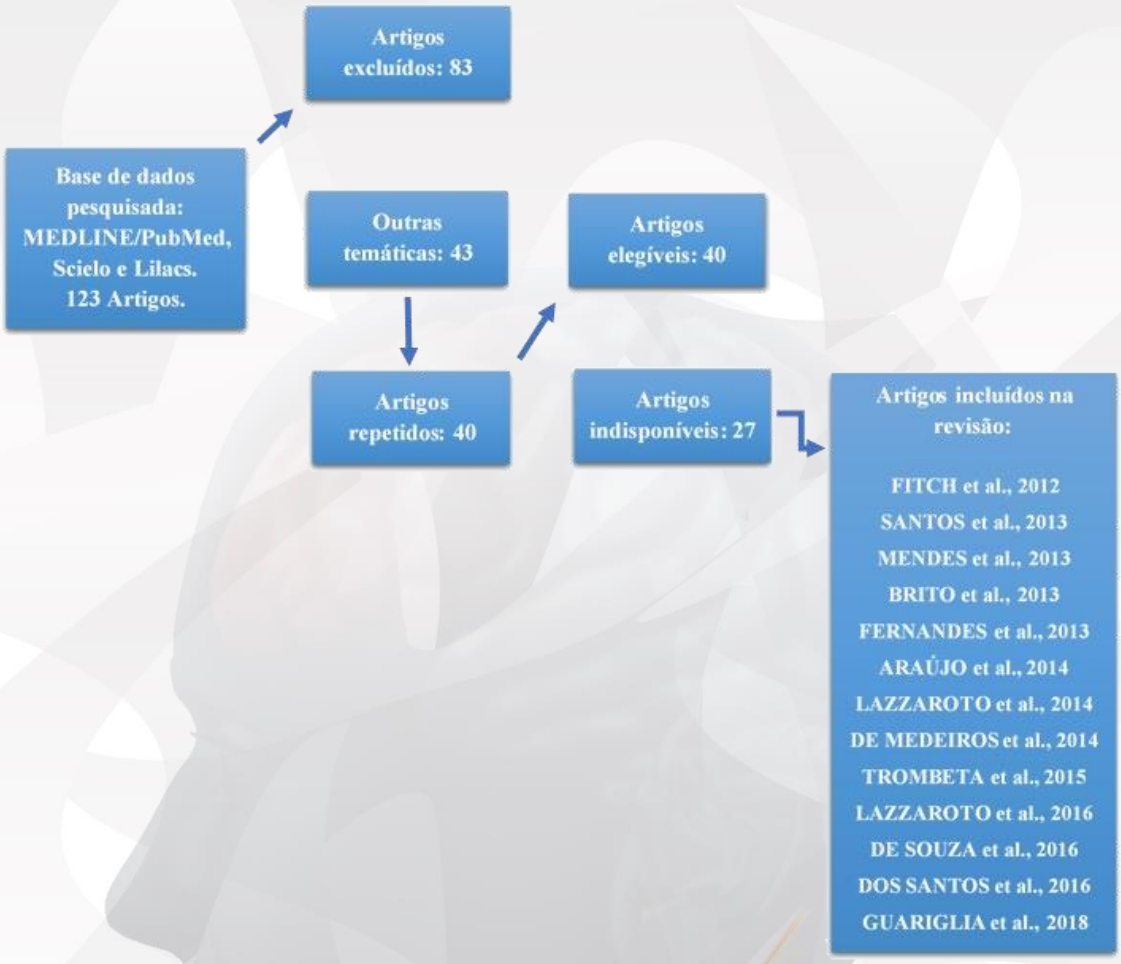


Figura 1. Fluxograma da pesquisa dos artigos elegíveis

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta revisão sistemática seguiu metodologia de busca e seleção dos artigos que admitiram acumular estudos recentes pertinentes aos efeitos do exercício físicos obre a composição corporal, síndrome distrófica HIV. A maioria dos 13 estudos selecionados publicados entre os anos de 2012 e 2018, com amostra sujeitos adultos de HIV soro positivo. Os tipos de exercício (força, aeróbio ou combinado) têm de duas a três sessões por semana de prática com um período em média de doze a vinte e quatro semanas de intervenção como demonstrado na Tabela 1. Para a análise dos estudos, foram considerados os seguintes aspectos: autor, ano de publicação, amostra, métodos e resultados.

Quadro 1 – Estudos realizados com o objetivo de analisar o efeito do exercício aeróbico e de força sobre o perfil lipodistrofico e composição corporal de pacientes com HIV, no período de 2009 a 2018.

Autor/ano	Amostra	Protocolo	Resultados	Conclusão
FITCH et al., 2012	50 mulheres	52 semanas, 3 x semana 20 min - Aeróbico 75% da FC máxima 30 min - Força 3x 10 RM 60 a 80% 1RM	Redução de gordura corporal e visceral, aumento da massa muscular	Treinamento resistido e aeróbico apresentaram melhorias nos parâmetros antropométricos associado a HAART
SANTOS et al., 2013	18 homens	12 sessões com 3x 12 repetições (50% da carga máxima) 42 sessões com 3x8 repetições (70-80% da carga máxima)	Redução nas dobras cutâneas, circunferência da cintura, relação cintura/quadril, % gordura. Aumento na circunferência do braço, perna, massa magra.	Aumento na massa magra aliada a redução da massa gorda
MENDES et al., 2013	29 homens e 51 mulheres	12 semanas Força (80% 1RM Aeróbico (50 a 80% da FC res)	Percentual de gordura corporal, massa corporal gorda, central e periférica.	Impediram a manifestação das alterações decorrentes da SLHIV.
BRITO et al., 2013	45 voluntários	24 semanas Força (80% de 1 RM)	Força de 1RM e massa muscular	Melhora na força e hipertrofia.
FERNADES et al., 2013	5 homens e 5 mulheres	16 semanas Treinamento combinado Força circuito + aeróbio caminhada 400m	Aumento da massa magra e VO2, Redução massa gorda.	Estes resultados são de extrema importância para a qualidade de vida dos pacientes com HIV.
ARAUJO et al., 2014	4 idosas	16 semanas Aeróbico (FC de150bpm) Força (3x15 repetições)	Melhorias na frequência cardiaca, pressão arterial, da capacidade funcional.	Promovem melhorias nos componentes dos padrões morfofuncionais.
LAZZAROTO et al.,2014	14 sujeitos	12 semanas Aeróbio (60 a 70% vo2pico) Força (80 a 85% de 1RM)	O treinamento fisico estaria minimizando os efeitos do HAART sobre o perfil lipídico, não manteve todos valores de referência	A maioria esteve de acordo com os valores de referência (CT, HDL, LDL)
DE MEDEIROS et al., 2014	Individuo de 48 anos	16 semanas Treino concorrente Aeróbio (60% e 80% da FCMax) Força (3x12 repetições)	Favoreceu a redução da lipo-hipertrofia, remodelação corporal e a minimização dos riscos relacionados à síndrome lipodistrófica. Controle da lipoatrofia em toda a região periférica, aumento de massa muscular.	O treinamento concorrente mostrou-se um método efetivo como terapia coadjuvante para o paciente em vigência HAART, melhorando a lipodistrofia e a adesão ao tratamento.
TROMBETA et al., 2015	12 pacientes	16 semanas (Combinado) Força (60 a 100% de 1R) Aeróbio (60 a 80% e Fc Max)	Aumento do consumo máximo de oxigênio e da força muscular e, ainda, aumento do HDL-c e diminuição dos triglicerideos	Influenciou positivamente os parâmetros imunológicos, bioquímicos, cardiorrespiratório e muscular
LAZZAROTTO ; BAZZO, 2016	6 homens e 1 mulher	12 semanas Aeróbio (75% a 85% do Vo2pico) Força (50% de 15 RM)	Melhorias nos parâmetros cardiorrespiratório e muscular e do VO2 máx.	O treinamento melhorou os parâmetros cardiorrespiratório e muscular.
DE SOUSA et al., 2016	11 homens	12 semanas; Força (7exercicios alternado por seguimento, 70% de 1RM)	Aumento do IMC no pós-teste, na força máxima e diminuição na RCQ.	O programa de exercicio de força promoveu melhorias no padrão Morfofuncional destes pacientes.
Dos SANTOS et al., 2016	40 pessoas HIV/AIDS de ambos os sexos, 20 a 50 anos	24 semanas Aeróbio (50 a 60% FC Max) Força (65 a 80% 1RM)	Diminuições nas dobras cutâneas e IMC.	Alcançaram melhorias nos parâmetros do perfil antropométrico.
GUARIGLIA et al., 2018	58 homens e mulheres	16 semanas, 3x na semana Aeróbio (50 a 70% FCres) Força (3x 12 repetições)	Maior redução da gordura corporal na região do androide	Treinamento combinado foi eficaz para reduzir a gordura corporal em diferentes segmentos corporais

DISCUSSÃO

A presente revisão de literatura adotou procedimentos de busca e seleção dos artigos que permitiram reunir estudos recentes associados aos efeitos do exercício físico sobre a composição corporal, síndrome lipodistrófica em pacientes com HIV. A maioria dos 13 estudos selecionados foram publicados entre os anos de 2009 e 2018, tendo a maior parte da amostra indivíduos adultos ou idosos portadores de HIV. Todos os treze artigos investigaram o efeito do treinamento força, aeróbio ou combinado em pessoas vivendo com HIV/AIDS que foram incluídos na revisão, trouxeram resultados positivos nessa população.

Destes, seis apresentaram resultados significativos para o aumento na massa magra aliada a redução da massa gorda (FITCH et al., 2012, SANTOS et al.; BRITO et al.; FERNADES et al.; MENDES et al., 2013; De MEDEIROS et al., 2014); um verificou melhorias na força e hipertrofia (BRITO et al., 2013); enquanto que Trombeta et al., (2015) e Lazzarotto; Bazzo, (2016), demonstraram resultados satisfatórios nos parâmetros cardiorrespiratório e cardiovasculares e não evidenciaram mudanças significativas na composição corporal.

Sete abordaram o treinamento aeróbio e força na sua composição de treinamento (FITCH et al., 2012,MENDES et al., 2013, ARAUJO et al., 2014, LAZZAROTO et al.,2014, LAZZAROTTO; BAZZO, 2016, Dos SANTOS et al., 2016 GUARIGLIA et al., 2018); três priorizaram só o treinamento de força (BRITO et al., 2013, SANTOS et al., 2013, DE SOUSA et al., 2016); dois abordaram o treinamento combinado (aeróbio + força) (FERNADES et al., 2013 TROMBETA et al., 2015) e um verificou os resultados do treinamento concorrente que consiste em aeróbio + força para os mesmos segmentos corporais. (De MEDEIROS et al., 2014).

Sobre os estudos que abordaram os treinamentos aeróbio e força no seu protocolo de treinamento todos obtiveram resultados no aumento da massa magra e diminuição da gordura corporal, nos seguimentos expostos a lipodistrofia, além de proporcionar benefícios cardiovasculares e aumentar o consumo de oxigênio. Como observado no estudo de Guariglia et al. (2018) que teve como parâmetros o treinamento

combinado e obteve a redução da gordura corporal em diferentes segmentos corporais expostos a síndrome lipodistrófica.

Por outro lado, os estudos que priorizaram somente o treino de força, o resultados foram mais satisfatórios apenas no ganho de força muscular durante as 12 semanas de treinamento, (SANTOS et al., 2013; DE SOUSA et al., 2016).Porém o estudo de Brito et al. (2013)desenvolvido em 24 semanas de treinamento de força apresentaram resultados mais significativos para o ganho de força muscular aliado a hipertrofia. Além disso, também demonstrou melhorias no controle das variáveis metabólicas que são afetadas pelo uso da HAART, tratamento indispensável para o controle da multiplicação do vírus HIV no paciente infectado.

De Medeiros et al.(2014) utilizando como base o protocolo de treinamento concorrente, que consiste em exercícios aeróbicos e de força (membros inferiores) na mesma seção de treinamento, verificou melhorias para a redução da lipohipertrofia dos membros expostos ao treinamento, contribuindo para a remodelação corporal e a minimização dos riscos relacionados à síndrome lipodistrófica. Além disso, o controle da lipoatrofia em toda a região periférica, aumentando a massa muscular também foi demonstrado. Portanto, o treinamento concorrente foi uma estratégia eficiente para a redução dos efeitos da síndrome da lipodistrofia.

Os dois estudos que utilizaram idosos em sua amostra Araújo et al., (2014) e Dos Santos et al., (2016) obtiveram resultados distintos. No estudo realizado em 2014, que aplicou o treino de força e treino aeróbio a um grupo de 4 idosas, expostas a 16 semanas de treinamento, foram observados resultados significativos para melhorias da frequência cardíaca e parâmetros funcionais, já melhorias na Síndrome lipodistrófica no HIV não foi evidenciada. Por outro lado, Dos Santos et al. (2016), com mesmo protocolo de treinamento, apresentaram resultados para o grupo de idosos com melhorias nos parâmetros antropométricos e diminuição das dobras cutâneas e IMC, demonstrando assim, que este protocolo foi eficiente para aumentar massa muscular e diminuir % gordura nos diferentes segmentos corporais em idosos.

Então, foi observado que os estudos que obtiveram melhores resultados sobre a composição corporal em portadores da síndrome lipodistrófica foram aqueles que

tinham duração de treinamento entre 16 e 24 semanas e que seus protocolos foram o treinamento de força e aeróbio combinados.

Já os estudos de Trombeta et al., (2015) e Lazzarotto; Bazzo, (2016), os resultados referentes à composição corporal não apresentaram diferenças significativas. Sugere-se que em ambos os estudos não foram encontradas diferenças estatísticas pois as variáveis relacionadas ao volume de treinamento, tais como a escolha e ordem dos exercícios, a carga, número de séries e repetições e a frequência semanal mínima pode ter influenciado os resultados, pois as diferenças nas mudanças da composição corporal foram relacionadas a quantidade maior de exposição ao treinamento ao longo do tempo.

Apesar dos estudos apresentarem diferenças nos protocolos adotados em suas metodologias, bem como a falta de um protocolo estabelecido de treinamento ideal, os dados sugerem impactos positivos para a composição corporal e força das pessoas com síndrome lipodistrófica, independentemente da idade e sexo, com HIV e que fazem o uso da HAART.

CONCLUSÃO

Conclui-se com a presente revisão da literatura que apesar da variabilidade de metodologias empregadas na realização dos protocolos de treinamento, a literatura mostrou em seus estudos resultados positivos para todos os tipos de treino (força, aeróbio e combinado) gerando impactos significativos no tratamento da Lipodistrofia em pacientes com HIV. Os treinos de Força e Combinado se mostraram mais eficazes no que diz respeito a diminuição de massa gorda aliada a ao aumento de massa magra, bem como na RQC, ajudando na remodelação corporal dos indivíduos expostos a lipodistrofia, além de promove melhoria na função cardiovascular e respiratória para os pacientes HIV + que fazem o uso da HAART. O exercício aeróbio se mostrou eficaz aumento do consumo máximo de oxigênio, melhorias na frequência cardíaca, pressão arterial, da capacidade funcional. aumento do HDL-c e diminuição dos triglicerídeos, influenciando positivamente os parâmetros imunológicos, bioquímicos, cardiorrespiratório de pessoas vivendo com HIV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

MENDES, Edmar Lacerda et al. **Physical training for HIV positive individuals submitted to HAART: effects on anthropometric and functional parameters**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 19, n. 1, p. 16-21, 2013.

FERNANDES, Tulio Augusto Bonfim et al. **Efeitos do treinamento físico combinado realizado na intensidade do limiar anaeróbio sobre a composição corporal e sistema imune de sujeitos HIV+**. Revista Brasileira Ciência e Movimento, v. 21, n. 4, p. 5-12, 2013

GOMES, Rodrigo D. et al. Efeito do exercício físico na percepção de satisfação de vida e função imunológica em pacientes infectados pelo HIV: Ensaio clínico não randomizado. **Brazilian Journal of Physical Therapy/Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 14, n. 5, 2010.

GUARIGLIA, Débora Alves et al. **Efeito do treinamento combinado na composição corporal e variáveis metabólicas em pessoas vivendo com HIV: Um ensaio clínico randomizado**. Citocina, v. 111, p. 505-510, 2018.

Brasil 2019. Ministério da Saúde, **Departamento de Vigilância, prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais.*" Boletim epidemiológico HIV/Aids 2018*"**. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hivaids-2018>. Acesso em 15 maio 2019.

BRITO, Ciro José et al**. Impacto do treinamento resistido na força e hipertrofia muscular em HIV-soropositivos.** Motriz, v. 19, n. 2, p. 313-324, 2013.

DE MEDEIROS, Danielle Coutinho et al. **Efeitos do treinamento concorrente e aconselhamento dietético na lipodistrofia e sua repercussão na adesão ao tratamento do HIV/aids: um relato de caso**. Sci Med, v. 24, n. 1, p. 93-96, 2014.

LAZZAROTTO, Alexandre Ramos et al. **Treinamento físico no risco de doença isquêmica cardíaca em sujeitos HIV/AIDS em uso de TARV**. Revista Brasileira de Medicina Esportiva. São Paulo. Vol. 20, n. 3 (2014), p. 233-236, 2014.

TROMBETA, Joice Cristina dos Santos et al. **Biochemical parameters and blood lactate kinetics of HIV+ individuals subject to combined physical training**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 29, n. 4, p. 519-534, 2015.

LAZZAROTTO, Alexandre Ramos; BAZZO, Karen Olivia. **Treinamento concorrente na imunidade e aptidão física de pacientes HIV/AIDS**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 22, n. 2, p. 153-156, 2016.

Fitch K, Abbara S, Lee H, Stavrou E, Sacks R, Michel T, et al. **Effects of lifestylemodification and metformin on atherosclerotic indices among HIV-infectedpatients with the metabolic syndrome**. Aids. 2012; 26:587–97.

BRITO CJ, MENDES EL, BASTOS AA, NÓBREGA OT, PAULA SO, CÓRDOVA C. **O papel do exercício na era da terapia anti-retroviaral fortemente ativa**. Revista Brasileira Ciência e Movimento. 2010;18(4):109-116.

DIEHL, Leandro A. et al. **Prevalência da lipodistrofia associada ao HIV em pacientes ambulatoriais brasileiros: relação com síndrome metabólica e fatores de risco cardiovascular.** Arq. Brasileira Endocrinologia Metabólica, p. 658-667, 2008.

FERNANDEZ ARGUELLES, Rogelio Alberto et al. **Lipodystrophy syndrome in HIV/AIDS patients receiving highly active antiretroviral therapy in Tepic**, Mexico. Revista cubana Farm, Ciudad de la Habana, v. 46, n. 2, p. 202-212, jun. 2012. Disponible en: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75152012000200008&lng=es &nrm=iso>. Acesso em 31 maio 2019.

PERFIL DE PACIENTES DIABÉTICOS, UM ESTUDO EM UMA FARMÁCIA DO CONJUNTO NOVA NATAL

PROFILE OF DIABETIC PATIENTS, A STUDY IN A SET PHARMACY NOVA NATAL

PERFIL DE DEPACIENTES DIABÉTICOS, UN ESTUDIO EN UNA FARMACIA DE NOVA NATAL

Nayane Kívya Lima do NASCIMENTO[13]
Giancarlo Paiva NICOLETTI[14]

RESUMO

A Diabetes Mellitus é uma síndrome metabólica que acomete milhares de pessoas em todo o mundo, e por isso, vem se caracterizando hoje em dia como uma epidemia. No Brasil os índices da doença também se tornaram preocupantes, pois vem avançando consideravelmente nos últimos anos. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância da prevenção da Diabetes Mellitus na população, como também, na orientação e nos cuidados aos pacientes que já são acometidos da doença. Assim, se realizará um recorte sobre o tema com um estudo sobre os pacientes diabéticos do conjunto Nova Natal, localizado na zona norte de Natal/RN, pacientes esses, que procuram a farmácia para pegar seus medicamentos. O referido recorte se deu por atender, em uma farmácia no bairro, e perceber que inúmeras pessoas procuram medicamentos referentes a doença. Pretende-se também com esse objeto de estudo, salientar o papel do profissional de Farmácia, tendo em vista que ele atua na análise dos índices glicêmicos do paciente, como também, na orientação dos medicamentos que devem ser tomados e na pesquisa sobre a existência de comorbidades, buscando evitar os efeitos colaterais dos medicamentos. Dessa forma, o profissional de farmácia deve orientar os pacientes e mais precisamente, aos que usam insulina e medicamentos injetáveis para controle dos níveis de glicose, procurando as melhores práticas quanto ao uso deles. E, notar a frequência do uso dos

[13] Discente de Farmácia pelo Centro Universitário Natalense (UNICEUNA).
[14] Mestrado em Biologia Parasitária - UFRN/2019, Graduado em Farmácia - UFRN/2011, Supervisor de Estágio do Curso de Farmácia e Docente dos Cursos de Saúde da UNICEUNA, Docente da FACITEN e da Estácio, Preceptor de Estágio da UNP, (E-mail: giancarlo_nicoletti1@hotmail.com).

medicamentos e seus efeitos, buscando reduzir ocorrência de problemas relacionados aos medicamentos e com isso, melhorar a qualidade de vida dos usuários. Compreendeu-se que a melhor forma de se evitar a doença é com prevenção e para isso, é preciso campanhas informativas, alimentação saudável e práticas de atividades físicas.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Prevenção; Cuidados.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the importance of the prevention of diabetes mellitus in the population, as well as in the orientation and care of patients who are already affected by the disease. Diabetes mellitus is known to be a metabolic syndrome that affects thousands of people around the world, and as such, has been characterized today as an epidemic. In Brazil, the rates of the disease also became worrying, as it has been advancing considerably. Thus, this work seeks to make a cut on the subject by conducting a study on diabetic patients of Nova Natal, located in the northern area of Natal / RN. This cut was due to attend, in a pharmacy in the neighborhood, countless people seeking medicines related to the disease. It is also intended in this work, to emphasize the role of the pharmacy professional, considering that he acts in the analysis of the patient's glycemic indexes, as well as in the orientation of the drugs that should be taken and in the research on the existence of comorbidities, seeking avoid the side effects of medications. Thus, the pharmacy professional should advise patients and more precisely those who use insulin and injectable medications to control glucose levels, looking for best practices regarding their use. And note the frequency of drug use and its effects, seeking to reduce the occurrence of drug-related problems and thus improve the quality of life of users. It was understood that the best way to prevent the disease is with prevention and for this, information campaigns, healthy eating and physical activity practices are needed.

Keywords: Disease; Prevention; Diabetes Mellitus.

RESUMEN

La diabetes mellitus es un síndrome metabólico que afecta a miles de personas en todo el mundo, por lo que ahora se caracteriza por ser una epidemia. En Brasil, las tasas de enfermedad también se han vuelto preocupantes, ya que ha avanzado considerablemente en los últimos años. Así, el presente estudio tiene como objetivo demostrar la importancia de la prevención de la

Diabetes Mellitus en la población, así como en la orientación y atención de los pacientes ya afectados por la enfermedad. Así, se hará un corte en el tema con un estudio sobre pacientes diabéticos del complejo Nova Natal, ubicado en la zona norte de Natal / RN, estos pacientes, que buscan la farmacia para recoger sus medicamentos. Este corte se debió atender, en una farmacia del barrio, y darse cuenta de que innumerables personas buscan medicamentos relacionados con la enfermedad. También se pretende con este objeto de estudio, resaltar el rol del profesional de Farmacia, considerando que actúa en el análisis de los índices glucémicos del paciente, así como en la orientación de los fármacos que deben tomarse y en la investigación sobre la existencia de comorbilidades, buscando evitar los efectos secundarios de los medicamentos. Así, el profesional de farmacia debe orientar a los pacientes y, más precisamente, a quienes utilizan insulina y fármacos inyectables para controlar los niveles de glucosa, buscando las mejores prácticas en cuanto a su uso. Y, tenga en cuenta la frecuencia de uso de drogas y sus efectos, buscando reducir la ocurrencia de problemas relacionados con las drogas y así mejorar la calidad de vida de los usuarios. Se entendió que la mejor forma de evitar la enfermedad es con la prevención y para ello se necesitan campañas de información, prácticas de alimentación saludable y actividad física.

Palabras clave: Diabetes Mellitus; Prevención; Atención.

INTRODUÇÃO

A diabetes é uma doença crônica, que causa distúrbio metabólico provocando altas taxas de glicose no sangue, isso ocorre quando o pâncreas não produz Insulina suficiente ou o corpo não consegue distribuir de maneira eficaz. A insulina é um hormônio responsável por controlar o metabolismo intermediário, seu principal efeito é regular os níveis de glicose na corrente sanguínea, visto que uma é fonte obrigatória de energia para o cérebro. A diminuição, ou mesmo a falta, da secreção de insulina, comumente associada a redução da sensibilidade a ação dela, causa uma variante chamada de “resistência à Insulina”, estando relacionado também com a obesidade, provoca a Diabetes *Mellitus.*

Nos últimos tempos, essa doença tem aumentado significativamente, é uma doença silenciosa, apesar de apresentar uma sintomatologia bem característica isso não

é suficiente para se fazer o diagnóstico, que só consegue ser comprovado através de um exame de sangue que analisa a glicemia em jejum, de acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD) um resultado repetidamente superior a 126 o paciente já pode ser considerado portador da doença. Podemos classificá-la em Diabetes tipo 01, tipo 02 e Diabetes Gestacional, suas características serão abordadas em seguida.

A diabetes tipo 01 é classificada com uma doença autoimune que consiste pela destruição das células Beta, que vai diminuindo gradativamente a produção da insulina, podendo causar Hiperglicemia, as complicações que acarretam graves consequências pela falta de controle dela, podem causar cetoacidose, aterosclerose, insuficiência renal, neuropatia, retinopatia, entre outros.

Já a diabetes tipo 02, afeta a maneira como o organismo metaboliza a glicose, neste caso o paciente produz insulina, porém, o corpo pode criar uma resistência à insulina, não utilizando-a corretamente ou não respondendo da forma como deveria a sua ação. Em alguns casos o paciente ainda produz a Insulina, mas não o suficiente para conseguir transportar toda glicose para dentro das células, fazendo com que se acumule no sangue. Em outras situações, os adipócitos, os miócitos e os hepatócitos não respondem corretamente à insulina, e por isso o açúcar não entra nessas células, ficando também na corrente sanguínea. Quando acontece de o adipócito ser resistente a ação da Insulina, ele não reconhece a glicose circulante e entende que o organismo está com falta de energia, com isso libera a gordura que está no seu interior para o sangue, é por isso que o paciente com esse tipo de diabetes além de ter glicose alta pode também ter colesterol alto.

A diabetes gestacional pode ocorrer com qualquer mulher, não é comum o aparecimento de sintomas, por esse motivo é recomendado que a partir da 24ª semana de gestação sejam feitos exames de glicose em Jejum e curva glicêmica, para que seja feita uma análise mais precisa. Existem alguns fatores de risco para o aparecimento da doença na gestação, como por exemplo: Idade materna mais avançada, ganho de peso excessivo durante a gestação, sobrepeso ou obesidade, Síndrome dos ovários policísticos, história prévia de bebês grandes (mais de 4 kg) ou de diabetes gestacional, história familiar de diabetes em parentes de 1º grau, história de diabetes gestacional na

mãe da gestante, hipertensão arterial sistêmica na gestação e gestação múltipla (gravidez de gêmeos). O controle pode ser feito através de um acompanhamento nutricional adequado juntamente com a prática de atividade física, que também só deve ser feita sob supervisão de um profissional da área.

> "De acordo com a SBD, existem atualmente, no Brasil, mais de 13 milhões de pessoas vivendo com a doença, o que representa 6,9% da população nacional. A melhor forma de prevenir é praticando atividades físicas regularmente, mantendo uma alimentação saudável e evitando consumo de álcool, tabaco e outras drogas. Comportamentos saudáveis evitam não apenas o diabetes, mas outras doenças crônicas, como o câncer." Ministério da Saúde.

O presente estudo foi realizado buscando fazer uma análise quantitativa/qualitativa dos pacientes portadores de Diabetes do conjunto nova natal, zona norte de Natal/RN, de forma a traçar e analisar o perfil deles.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Diabetes Mellitus

A Diabetes é uma síndrome caracterizada por hiperglicemia crônica com distúrbios no metabolismo de carboidratos, lipídios e proteína. A referida doença é causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e garante energia para o organismo (BRASIL, 2019).

Considerada como uma doença metabólica por se caracterizar por hiperglicemia e ainda, associadas a complicações, disfunções e insuficiência de vários órgãos, especialmente olhos, rins, nervos, cérebro, coração e vasos sanguíneos (BRASIL, 2006).

Existem vários tipos de diabetes, sendo que as mais comuns são: diabetes tipo 1, diabetes tipo 2, diabetes gestacional e Pré-diabetes, porém os principais sintomas da diabetes são: polifagia (fome frequente); polidipsia (sede constante), poliúria (vontade

de urinar diversas vezes ao dia), perda de peso, fraqueza, fadiga, mudanças de humor, náusea e vômito(BRASIL, 2019).

Nos últimos anos a intervenção na Diabetes vem acontecendo de modo a pensar no sujeito como protagonista em práticas de autocuidado, dessa forma, os profissionais da saúde vêm criando estratégias para viabilizar uma assistência de qualidade e eficaz (CHAVES ET AL, 2019).

Chacra (2017) esclarece que há uma incidência maior da doença nas mulheres explicando que fatores biológicos femininos aumentam os riscos para o diabetes.

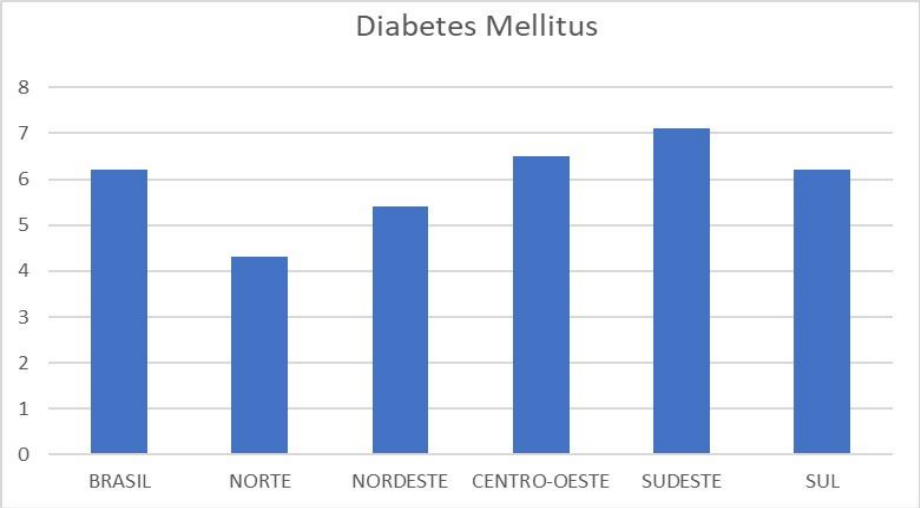
Segundo Nogueira (2019) a diabetes é um problema de saúde pública, pois causa um grande impacto na sociedade pela abrangência da doença, entende que inúmeras pessoas são acometidas pela doença.

Oliveira (2018) considera que a diabetes mellitus pode promover alterações autonômicas, que podem ser avaliadas pela variabilidade da frequência cardíaca, ou seja, é possível alterar a frequência cardíaca.

2.2 Tipos de Diabetes

A evolução no quadro da Diabetes é preocupante, pois é uma doença considerada de saúde pública e que vem evoluindo nos últimos anos. Dados do IBGE (2013) mostram que ela tem se desenvolvido bastante nos últimos anos, principalmente com pessoas com mais de 18 anos que referem diagnósticos, segue quadro para análise:

Gráfico 1 – Proporção da Diabetes por regiões brasileiras



Fonte: IBGE, 2013.

O Gráfico traz preocupação pelo avanço da doença que se sabe não há cura. Para isso, entende-se que é preciso conhecer melhor a enfermidade para que se possa evitá-la, quando possível. Segue abaixo os tipos de diabetes mais corriqueiros:

2.2.1 Diabetes tipo 1

A Diabetes tipo 1tem como característica uma grave deficiência de insulina que resulta da destruição da célula-beta, e esse esgotamento eventualmente leva ao estágio de deficiência absoluta de insulina, quando a administração de insulina é necessária para prevenir cetoacidose, coma e morte.

A referida doença pode ocorrer em decorrência de defeito do sistema imunológico em que os anticorpos atacam as células que produzem a insulina

A Diabetes tipo 1, pode ainda, ser associada a pessoas com baixos índices de vitamina D, principalmente na juventude (DAGA, 2012).

O desenvolvimento do diabetes tipo 1 pode ocorrer em passo acelerado principalmente, quando se trata de crianças e adolescentes (pico de incidência entre 10 e 14 anos), ou de forma lentamente progressiva, geralmente em adultos, (LADA, latentautoimmune diabetes in adults; doença autoimune latente em adultos), (BRASIL, 2006).

2.2.2 Diabetes tipo 2

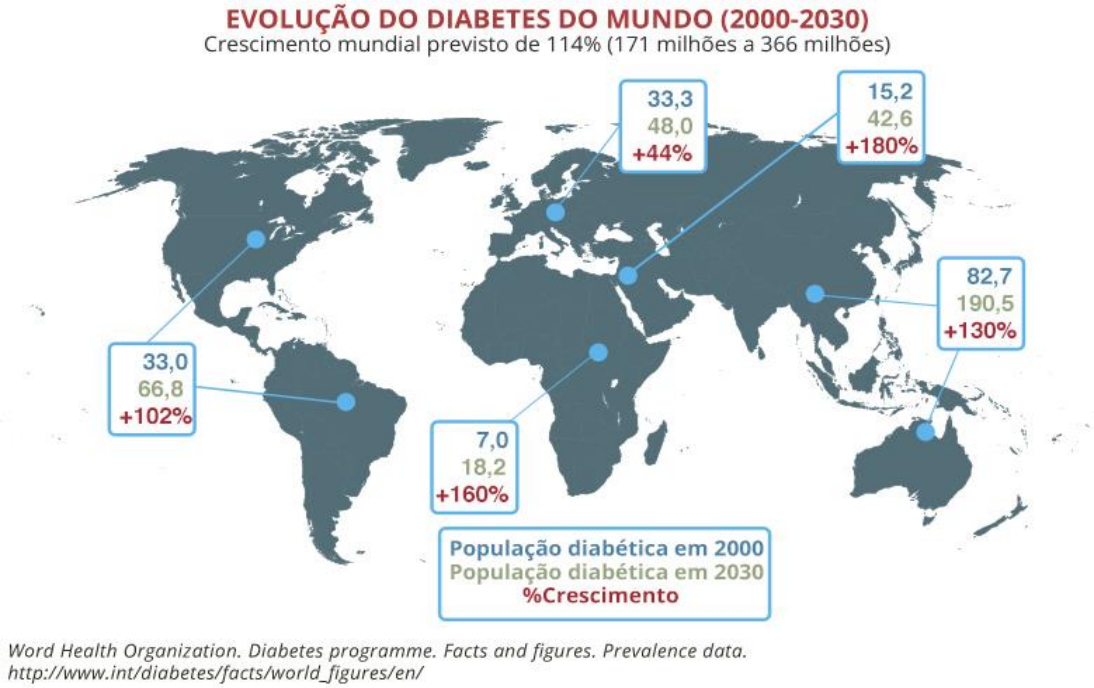
A Diabetes tipo 2 resulta da resistência à insulina e da deficiência na secreção de insulina. Dessa forma, a administração de insulina nesses casos, quando efetuada, não visa evitar cetoacidose, mas alcançar controle do quadro hiperglicêmico (BRASIL, 2006).

O tipo 2 também é conhecido por diabetes não insulinodependente ou diabetes do adulto. Ocorre, em geral, com pessoas obesas com mais de 40 anos de idade, no entanto, hoje já se vê em jovens e crianças também.

Os sintomas mais comuns são, infecções frequentes, alteração visual (visão embaçada), dificuldade na cicatrização de feridas, formigamento nos pés e furúnculos.

De acordo com Ferreira e Pititto (2019) "O diabetes mellitus tipo 2 (DM2) é considerado uma das grandes epidemias mundiais do século XXI e problema de saúde pública, tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento". Consideram que isso se deve ao fato do envelhecimento populacional, ao estilo de vida de hoje e principalmente, aos hábitos alimentares.

Figura 1 – Evolução da Diabetes no Mundo



Fonte: Ferreira e Pititto, 2019.

A partir do quadro vê-se uma enorme evolução, o que causa grande preocupação aos profissionais de saúde e a população e esses dados incluem o Brasil. Assim, torna-se importante que a população se preocupe com a sua alimentação e com a prática de exercícios físicos, e ainda, não fazer uso constante de tabaco e álcool.

2.2.3 Diabetes gestacional

Durante o período gestacional a mulher passa por mudanças em seu corpo, e consequentemente, em seu equilíbrio hormonal. A placenta pode reduzir a ação da insulina ocasionando um desequilíbrio hormonal. Assim, o pâncreas aumenta a produção de insulina para compensar este quadro (BRASIL, 2006).

A diabetes gestacional (DG) é mais difícil de detectar do que os outros tipos, porém é importante que a gestante verifique a glicose em jejum para análise. Contudo há fatores de riscos que devem ser examinados, tais como:

- Idade materna mais avançada;
- Ganho de peso excessivo durante a gestação;
- Sobrepeso ou obesidade;
- Síndrome dos ovários policísticos;
- História prévia de bebês grandes (mais de 4 kg) ou de diabetes gestacional;
- História familiar de diabetes em parentes de 1º grau (pais e irmãos);
- História de diabetes gestacional na mãe da gestante;
- Hipertensão arterial na gestação;
- Gestação múltipla (gravidez de gêmeos).

A Diabetes Gestacional pode representar riscos tanto para a mãe quanto para o bebê, e a probabilidade de que as mulheres que desenvolveram DG se tornem diabéticas futuramente são consideráveis (WEINERT, et al. 2016), porém, em geral, é possível reverter a diabetes gestacional no período pós-parto.

2.2.4 Pré-diabetes

Costuma-se falar sobre Pré-diabetes, sendo que a essa ainda não se configura como uma doença, mas como um estado de risco aumentado, principalmente para o aparecimento de diabetes mellitus tipo 2. Pessoas com níveis elevados de glicose (açúcar no sangue), obesidade e forte história étnica ou familiar de diabetes, podem ser consideradas de risco (SEVERO, 2019).

2.3 Fatores de risco

Assim como outras doenças a Diabetes Mellitus tem fatores considerados de risco e segundo a SBD os fatores de risco para a DM é relacionado aos fatores genéticos, principalmente no caso de DM tipo 1. No caso da pré-diabetes é importante verificar incidência de pressão alta, colesterol alto ou triglicérides alterados, sobrepeso com acúmulo de gordura focalizada em especial na região abdominal, Síndrome do Ovário Policístico, depressão ou medicamentos glicocorticoides, que estão mais ligados a DM tipo 2.

2.4 A diabetes mellitus e o profissional farmacêutico

Para que o profissional farmacêutico possa contribuir com o paciente com Diabetes Mellitus é preciso, antes de tudo, ter conhecimento da doença, formas de prevenção e cuidados em relação ao tratamento adequado.

No Brasil, temos uma prática de pessoas que se automedicam, tendo em vista a dificuldade de se ir ao médico, principalmente, pela população mais pobre.

Assim o profissional de Farmácia deve trabalhar associado a outros profissionais para obter sucesso no tratamento do paciente, bem como, evitar problemas com os medicamentos utilizados.

Assim como os demais profissionais, o farmacêutico deve orientar os pacientes quanto a mudança de estilo de vida associada ao uso dos medicamentos, tais como:

- A prática regular de exercícios físicos contribui significativamente para a redução e controle da incidência da DM tipo 2;

- Deve haver controle da obesidade e sedentarismo;
- Alimentação saudável;
- Controle glicêmico;
- Evitar consumo de álcool e tabaco.

2.4.1 Aplicação de insulina

Orientar a aplicação de insulina também deve ser uma orientação que pode ser dada pelo profissional farmacêutico, frisando também que deve ser revezado o local da aplicação para uma melhor absorção do fármaco. Segue abaixo um quadro que visa orientar as pessoas:

Quadro 1 – Aplicação de insulina

Fonte: Hospital Universitário de São Paulo, 2006.

Seguindo a forma corretamente o paciente terá menos efeitos colaterais, ou seja, é importante a automonitorização e integralidade no cuidado.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Descrever o perfil dos pacientes portadores de Diabetes Mellitus (DM) do conjunto Nova Natal.

3.2 Objetivos Específicos:

- Identificar a faixa etária dos pacientes que tem a DM;
- Verificar o sexo das pessoas acometidas da doença;
- Averiguar se os portadores da Diabetes Mellitus costumam praticar exercícios físicos;
- Analisar se eles realizam acompanhamento médico periódico;

3.3 Justificativa

O presente projeto se justifica por ser de grande importância avaliar o perfil dos pacientes portadores de Diabetes Mellitus, devido ter um elevado fator de morbidade. A idade é um fator de risco, muito embora essa enfermidade pode ser diagnosticada em crianças e adolescentes. Assim o levantamento dos dados busca traçar o perfil desses pacientes, moradores do conjunto Nova Natal.

Visto que o Diabetes Mellitus é uma doença crônica que evolui de maneira silenciosa, onde seus sinais e sintomas podem ser facilmente confundidos, e muitas vezes os pacientes não dão devida atenção, não aderindo ao tratamento da maneira correta. Apesar da implementação de políticas públicas e reestruturações nos sistemas de saúde, esta doença permanece sendo um desafio em decorrência das suas complicações, que podem causar em algumas situações na morte precoce (SARTORELLI; FRANCO, 2003; CAIXETA, 2007).

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de um estudo transversal e descritivo. A população alvo do estudo foi composto por homens e mulheres que procuram, para pegar seus medicamentos, uma farmácia no município de Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. A amostragem foi não-probabilística por conveniência, coletada no primeiro semestre do ano de 2019.

Foi escolhido o Conjunto habitacional Nova Natal que fica localizado em Lagoa Azul, na Zona Norte de Natal/RN. O referido conjunto é considerado o mais distante do centro da cidade e se caracteriza por ter na formação das várias recordações que o compõem o elemento natural, paisagístico.

O Conjunto disponibiliza apenas de uma unidade de segurança pública e possui cerca de doze unidades públicas de ensino e CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil). (FILHO E PINHO, 2014).

4.2 População e amostra

Foram analisadas 100 pessoas de ambos os sexos, entre 35 e 70 anos ou mais, todos moradores do Conjunto Nova Natal e loteamentos circunvizinhos, em Natal/RN e todos de origem brasileira.

4.3 Instrumentos de coletas de dados

Os dados foram coletados através de receituários no primeiro semestre de 2019, em uma farmácia pelo atendente da própria farmácia, através de critérios pré-estabelecidos.

4.4 Procedimentos de coletas de dados

Foram analisados 100 receituários de pacientes portadores da Diabetes Mellitus em uma farmácia de Natal/RN. As variáveis do estudo foram: sexo, idade, escolaridade, ocupação, renda familiar, tipo de diabetes, histórico familiar de diabetes, tempo de doença, tipo de medicamento utilizado para diabetes mellitus, existência de outro tratamento além do medicamentoso, tipo de tratamento, presença de outras

doenças além de diabetes mellitus, local de aquisição dos medicamentos, conhecimento dos pacientes sobre os medicamentos hipoglicemiantes. Tudo isso foi analisado a partir de dados secundários, analisando receituários médicos.

4.5 Critérios de Inclusão e Exclusão

Só foram incluídos os receituários de pessoas portadores da doença, Diabetes Mellitus, dentro da faixa etária estabelecida, os que não estavam dentro desse critério foram excluídos.

4.6 Procedimentos Estatísticos

Foram utilizados gráficos para auxiliar nos dados estatísticos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

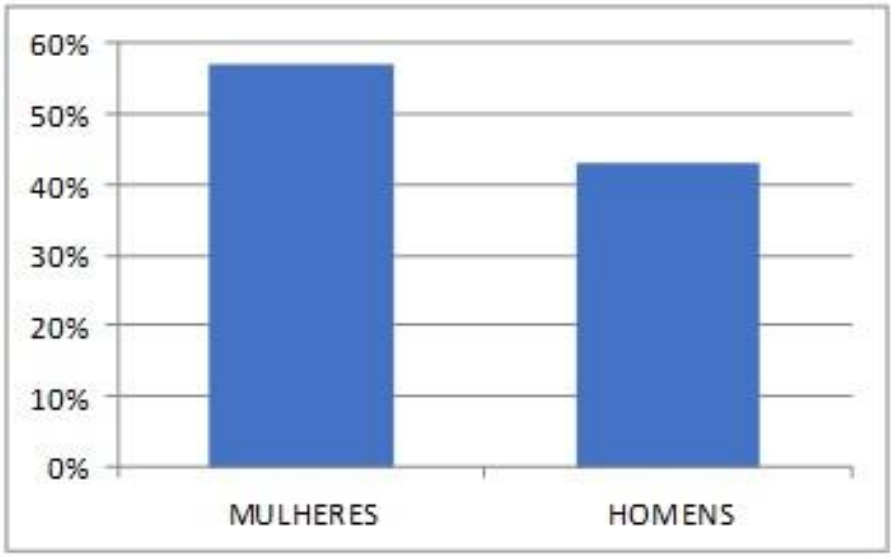
O objetivo desse estudo foi descrever o perfil dos pacientes portadores de Diabetes Mellitus que residem e frequentam uma determinada farmácia no conjunto Nova Natal. Nesse contexto foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema, como também, buscou-se identificar a faixa etária dos pacientes, o sexo, averiguar se eles costumam praticar exercícios físicos, e ainda, analisar se eles realizam acompanhamento médico periódico.

Quanto à revisão de literatura os resultados encontrados no presente estudo se referiam a gravidade da doença, vista hoje como uma epidemia. Os autores pesquisados são unânimes em evidenciar a gravidade da doença, e, a evolução rápida em todo o mundo.

Tendo em vista a análise do perfil dos pacientes do conjunto Nova Natal foi identificado que, em sua maioria são mulheres acima de 40 anos, essa faixa etária condiz com alguns outros estudos, mas de um modo geral elas buscam fazer acompanhamento médico e estão sempre procurando orientação na Farmácia comunitária, não deixam faltar seus medicamentos tendo todo cuidado necessário,

porém nem todas costumam praticar exercícios físicos devido a rotina do dia a dia com os afazeres domésticos.

Gráfico 2 – Perfil dos pacientes por sexo

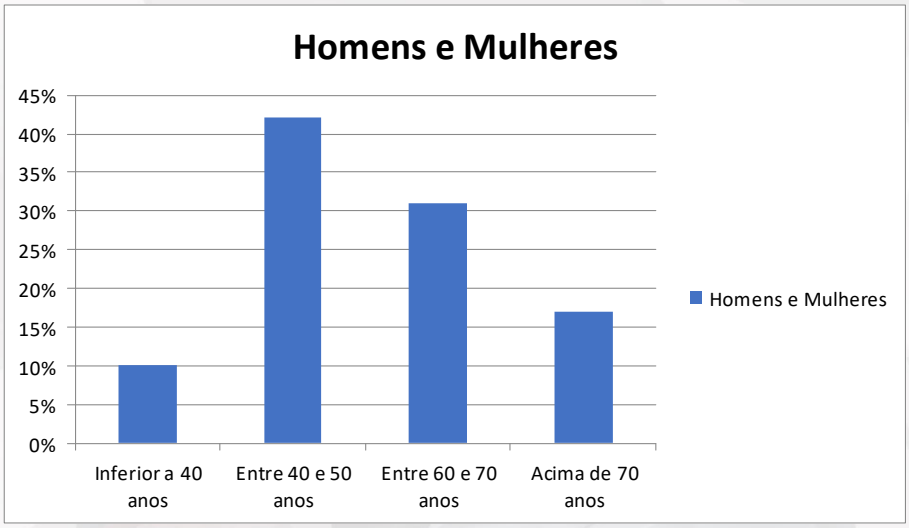


Fonte: o autor, 2019.

Algumas consegue associar devido haver nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) a presença de orientador físico que incentiva a essa prática. Foi identificado que os homens só buscam atendimento médico e/ou a farmácia comunitária quando a situação já é alarmante e os níveis glicêmicos estão bastante descompensados. Diante do que foi observado, pode se destacar também que o fato de a maioria dos pacientes que procuram a farmácia serem mulheres, não quer dizer que a maioria dos moradores do bairro portadores da doença sejam mulheres, já que os dados levantados foram dos clientes que buscam a farmácia em estudo.

Segue abaixo um gráfico que mostra esse perfil, foram analisados cem (100) fichas de pacientes da farmácia, todas moradoras do Conjunto Nova Natal e que frequentam a farmácia do bairro em busca de seus medicamentos, assim, teve-se as seguintes respostas:

Gráfico 3 – Perfil dos pacientes por idade



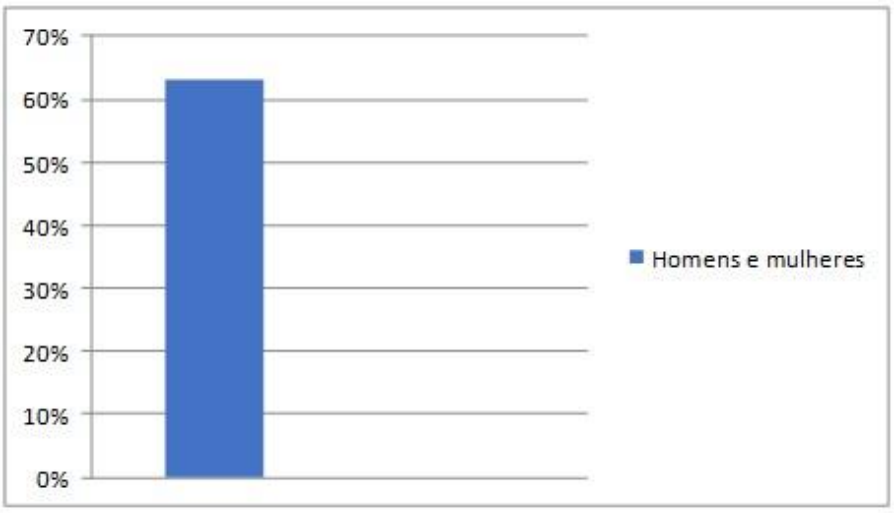
Fonte: o autor, 2019.

De acordo com os dados analisados e coletados, a faixa etária que tem maior prevalência é a entre 40 e 50 anos, já a SDB publicou em uma pesquisa analisada que foi apresentado um pico de frequência maior na faixa etária de 32 a 36 anos.

Quanto ao acompanhamento médico, muitas vezes não é realizado pelo fato de não encontrar a assistência necessária, apesar das propagandas e divulgação, não é tão fácil conseguir esse atendimento nas UBS, não colocando em prática o programa de acompanhamento HIPERDIA, e tratando-se de uma população mais carente, não está ao alcance deles uma consulta particular. Sendo assim, a população busca orientação na farmácia comunitária, tanto para realizar teste rápido de glicemia capilar como também para fazer corretamente a aplicação de Insulina, elaborar um plano farmacoterapêutico, entre outras orientações básicas.

O gráfico a seguir mostra o percentual entre homens e mulheres que costumam ir regularmente ao médico, fator considerado importantes para os portadores da doença.

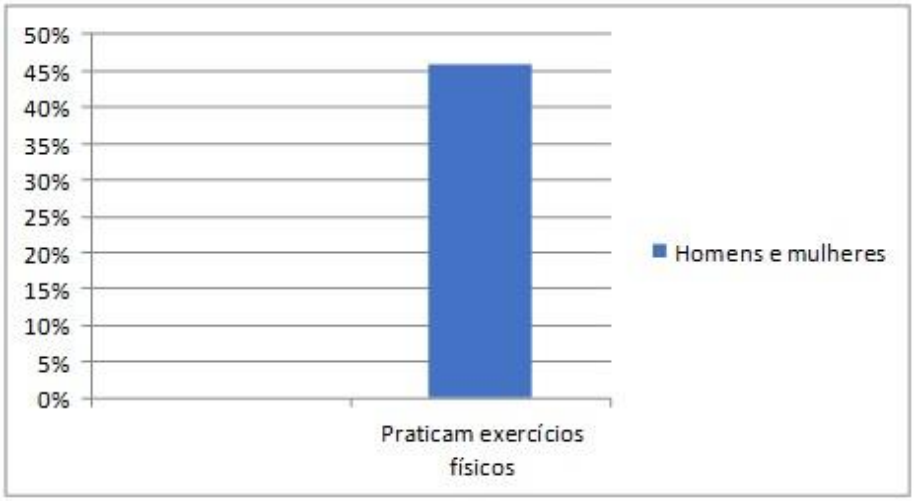
Gráfico 4 – Frequentam Consultório Médico



Fonte: o autor, 2019.

Nesse próximo gráfico, foi analisado se os pacientes acometidos pela doença costumam praticar atividades físicas, essa prática é bastante relevante para poder conseguir controlar a doença, visto que se exercitar ajuda a acelerar o metabolismo, estimula a produção de insulina facilitando seu transporte nas células. De acordo com Corrêa 2016, os índices dos pacientes que costumam praticar exercícios são menores que 30% já neste levantamento foi observado um melhor comportamento, que se deve pelo fato de a análise ter sido realizada em uma farmácia, onde os pacientes que a frequentam buscam mais cuidados com a saúde.

Gráfico 5 – Praticam Atividades Física



Fonte: o autor, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto sobre a Diabetes Mellitus percebe-se que o panorama atual de evolução da doença é bastante assustador na nossa população mundial e no Brasil. Este fato reflete a necessidade de se instituir medidas de prevenção em todos os níveis, baseado em evidência científica, visando instrumentalizar o profissional de saúde na prática clínica, bem como os órgãos governamentais para estabelecimento de políticas públicas.

Considera-se que medidas preventivas são importantes, tendo em vista que controlar os índices glicêmicos é um fator primordial na prevenção da doença, bem como, adotar hábitos de vida saudáveis.

Assim, percebe-se que o papel dos profissionais de saúde é muito importante, pois podem orientar a população quanto ao cuidado da doença. Dessa forma, aliado a outros profissionais, o profissional de Farmácia irá orientar de forma adequada e acompanhar todos os processos necessários para que esses pacientes diabéticos consigam um equilíbrio no quadro de glicemia, e com isso, obter uma qualidade de vida cada vez melhor.

Sabe-se que muitos pacientes abandonam o tratamento e não adotam medidas preventivas seguras ocasionando, muitas vezes, complicações da doença, assim o papel do profissional farmacêutico seria de grande importância.

Ao tratar sobre as responsabilidades do profissional farmacêutico considera-se de extrema contribuição aos pacientes com Diabetes Mellitus, pois poderá ajudá-lo em analisar o seu real estado e, poderá analisar a situação de cada um em relação aos medicamentos, organizando planos de seguimento, no qual inclui objetivos farmacológicos e as interações apropriadas como também, as intervenções apropriadas.

REFERÊNCIAS

BAZOTTE, R. B. SILVA, G. E. C. **Perfil dos Pacientes Diabéticos Usuários de Sulfoniluréias.** Revista Infarma, Vol. 17. Nº 3/4 ano 2005.

BENTES FILHO, Giovanni Roberto Protásio, PINHO, Rudá Silva de. **Um Nova Natal, um novo lugar:** memórias e representações de um conjunto habitacional. Bilros, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 25-39, jan.-jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diabetes: tipos, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção.** Disponível no portal do Ministério da Saúde: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/diabetes>. Acesso em 25/03/2019

BRASIL, Ministério da Saúde. Diabetes Mellitus. Cadernos de atenção básica, nº 16. Brasília, 2006.

_____. IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Pesquisa nacional de saúde: Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doença crônica. 2014 ed. Rio de janeiro, 2013. 181 p.

CHACRA, A. Diabetes é mais comum nas mulheres do que nos homens. Disponível em <https://hospitalsiriolibanes.org.br/sua-saude/Paginas/diabetes-mais-comum-nas-mulheres-que-nos-homens.aspx>. Acesso em: 22 de nov. de 2019.

CHAVES, Fernanda Azeredo et al. Tradução e adaptação cultural do Behavior Change Protocolo para as práticas educativas em Diabetes Mellitus. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 27, e3164, 2019. Disponível em; <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692019000100350&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 set. 2019. Ed. pub 19-Ago-2019. http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2908.3164.

CORRÊA, Karina et al. **Qualidade de vida e características dos pacientes diabéticos.** Revista Scielo, Ciência e Saúde Coletiva. Vol. 22 nº 03 Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2017.v22n3/921-930/>. Acesso em 25 Out 2019. Ed publicada em Mai 2016. https://doi.org/10.1590/1413-81232017223.24452015.

DAGA, Riyaz Ahmad et al. High prevalence of vitamin D deficiency among newly diagnosed youth-onset diabetes mellitus in north India. **Arq. Brasileira Endocrinologia Metab**. São Paulo, v. 56, n. 7, p. 423-428, out. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302012000700003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27302012000700003>.

DALE, M. M. RANGE, H. P. RITTER, J. M. FLOWER, R. J. HENDERSON G. **Hang & Dale: Farmacologia.** Rio de Janeiro. Elsevier, 2011. Acesso em 11/03/2019.

FERREIRA, S. R. G. PITITTO, B. DE A. Panorama atual do Diabetes Mellitus no Brasil. Disponível em: <https://ebook.diabetes.org.br/main-page#home>. Acesso em 03 set. 2019.

NOGUEIRA, Beatriz Cristina Murari et al. Aspectos emocionais e autocuidado de pacientes com Diabetes Mellitus Tipo 2 em Terapia Renal Substitutiva. **Cad. Bras. Ter. Ocup.** São Carlos, v. 27, n. 1, p. 127-134, jan. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-

89102019000100127&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 setembro de 2019. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1575>.

OLIVEIRA, T. B. ZANDONÁ, T. **Perfil dos Pacientes Diabéticos tipo 2 que utilizam antidiabéticos Orais.** Revista Brasileira de Farmácia (RBF). Publicado em 10/08/2012.

OLIVEIRA, Elaine Aparecida de et al. Influência do Diabetes Tipo 1 na Análise Simbólica e Complexidade da Variabilidade da Frequência Cardíaca em Jovens Adultos. **Arq. Brasileira Cardiologia.** São Paulo, v. 111, n. 1, p. 94-101, jul. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2018001300094&lng=pt&nrm=iso. acessos em 03 set. 2019. Epub 16-Jul-2018. http://dx.doi.org/10.5935/abc.20180117>.

SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/semurb/>. Acesso em 08 de set de 2019.

SEVERO, m. d. Perguntas e respostas sobre a diabetes. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/publico/colunas/122-dr-mateus-dornelles-severo/996-perguntas-e-respostas-sobre-pre-diabetes>. Acesso em 04 de set de 2019.

SEM NOME. Aplicação de insulinas. Disponível em: <http://www.hu.usp.br/>. Acesso em 10 de set. de 2019.

ZAJDENVERG, L. Diabetes Gestacional. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/publico/diabetes-gestacional>. Acesso 18/03/2019.

OBESIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES AUTISTAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

OBESITY IN AUTISTIC CHILDREN AND ADOLESCENTS: BIBLIOGRAPHICAL REVIEW

OBESIDAD EN NIÑOS Y ADOLESCENTES AUTISTA: UMA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICO

Alex Bezerra da COSTA[15]
José Jefferson Gomes EUFRÁSIO[16]
Natália Maria Conceição FIGUEIROA[17]
Eloyse Emmanuelle Rocha BRAZ[18]

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por uma tríade de prejuízos que incluem principalmente, determinadas dificuldades na interação social e na comunicação verbal e não-verbal e por interesses restritivos e repetitivos. Não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas e graus variados de severidade. O tratamento para indivíduos autistas tem como objetivo principal o desenvolvimento destes, seja através do uso medicamentoso ou do acompanhamento de uma equipe multidisciplinar. Dentre os métodos farmacológicos de tratamento para autistas, o uso de psicofármacos tem sido amplamente utilizado, agindo sobre a agressividade, a estereotipia, entre outros sintomas. Em autistas, além de efeitos colaterais como sonolência e aumento da adiposidade corporal, razão essa, que por muitas vezes o medicamento é suspenso. As atividades físicas, dentro de seus programas de promoção de qualidade de vida,

[15] Discente de Educação Física pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: 2004.alex@gmail.com).
[16] Mestrado em Educação Física - UFRN/2013, Graduado em Educação Física - UFRN/2004, Coordenador e Professor Universitário do Curso de Educação Física Bacharelado/Licenciatura do Centro Universitário Natalense, (E-mail: jgeufrasio@gmail.com).
[17] Mestrado em Saúde Coletiva - UFRN/2015, Graduada em Educação Física - UNI-RN/2012, Professora Universitária do Curso de Educação Física do UNICEUNA, (E-mail: nataliafigueiroavo2@gmail.com).
[18] Mestrado em Educação Física - UFRN/2018, Graduada em Educação Física - UFRN/2004, Professora de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação, e do Governo do Estado do RN, (E-mail: eloysebraz@gmail.com).

podem atuar como uma ferramenta importante no que concerne minimizar os aspectos atrelados ao aumento da adiposidade corporal em autistas, através do uso de exercícios, atuando também na melhoria do condicionamento cardiorrespiratório, do desenvolvimento motor e da força muscular. O estudo objetiva realizar uma revisão bibliográfica, de artigos que relatem as principais causas de obesidade em crianças e adolescente autistas. 10 artigos selecionados, 6 demonstraram que medicação era o causador da obesidade, 1 à falta de atividade física e 2 à atividade física e má alimentação conjuntamente. Cabe então ampliar a pesquisa e os recursos utilizados.

Palavras-chave: Autismo; Atividade Física; Obesidade.

ABSTRACT

Autistic Spectrum Disorder (ASD) is characterized by a triad of impairments that mainly include certain difficulties in social interaction and in verbal and non-verbal communication and by restrictive and repetitive interests. It is not a single disease, but a complex developmental disorder, defined from a behavioral point of view, with multiple etiologies and varying degrees of severity. Treatment for autistic individuals has as main objective the development of these, either through the use of medication or the follow-up of a multidisciplinary team. Among the pharmacological methods of treatment for Autism, the use of psychoactive drugs has been widely used, acting on aggressiveness, stereotypy, among other symptoms in autistic, as well as side effects such as drowsiness and increased body adiposity, which is why, for many times, the drug is suspended. Physical activities, within their quality-of-life promotion programs, may act as an important tool in minimizing the aspects related to the increase of body adiposity in autistic, through the use of exercises, also acting in the improvement of cardiorespiratory conditioning, motor development and muscle strength. This study aims to carry out a bibliographic review of articles that report the main causes of obesity in autistic children and adolescents. 9 articles selected, 5 demonstrated that medication was the cause of obesity, 1 to lack of physical activity and 2 to physical activity and poor diet. It is then necessary to broaden the research and resources used.

Keywords: Autism; Physical activity; Body Adiposity.

RESUMEN

O Trastorno do Espectro Autista (TEA) es específico por una prueba de prejuicios que incluyen principalmente, dificultades difíciles en la interacción social y la comunicación verbal y no verbal y por interacciones restrictivas y repetitivas. Nao é una docena única, más sim un disturbio de desenvolvimiento complexo, definido de un punto de vista comportamental, con etiologías múltiples e graus variados de severidad. O tratamiento para individuos autistas ten como objetivo principal o desenvolvimiento distes, sea a través do uso medicamentoso o do acompañamiento de un equipo multidisciplinar. Los métodos farmacológicos de tratamiento para autistas, o el uso de psicofármacos temáticos han sido ampliamente modificados, sobre una agresión, una estereotipia, entre otros síntomas. Em autistas, aliam de efeitos caloteiras como sonolência e aumento da adiposidade corporal, razão essa, que por muitas vezes o medicamento é suspenso. En cuanto a las actividades físicas, dentro de los programas de promoción de calidad de vida, el estado de ánimo como una fermentación importante sin preocuparse por los aspectos mínimos del riesgo de aumento del adiestramiento corporal en los autistas, los ejercicios de uso de ejercicios, el ejercicio de la melodía de la condición cardiorrespiratoria, hacer desenvolvimiento motor y da forja muscular. El estudio objetivo se realiza mediante una revisión bibliográfica, de artículos que se relatan como causas principales de obesidad en adolescentes y adolescentes autistas. 10 artigo seleccionados, 6 demostraron que medicará era o causador da obesidad, 1 à falta de actividad física e 2 à actividad física y más alimentación automática. Cabe entró ampliar a pesquisa e os recursos utilizados.

Palabras-Clave: Autismo; Actividad Física; Obesidad.

INTRODUÇÃO

O autismo, mencionado pela primeira vez pelo psiquiatra infantil Dr. Leo Kanner em 1943, é um transtorno global de desenvolvimento (TGD) caracterizado por uma tríade de prejuízos que incluem principalmente, determinadas dificuldades na interação social e na comunicação verbal e não-verbal e por interesses restritivos e repetitivos (APA, 2003).

O transtorno do espectro autista (TEA), como também é conhecido o autismo, não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido

de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas e graus variados de severidade (RUTTER; SCHOPLER, 1992). Atrelado a isso, existem várias outras patologias, associadas com o autismo, que suportam a hipótese de que, as manifestações comportamentais que definem este complexo de sintomas podem ser atreladas a uma grande variedade de acometimentos ao cérebro. O caráter heterogêneo desse distúrbio pode ser devido a etiologias distintas ou a uma combinação de fatores que vão desde predisposição genética à fatores ambientais (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004).

Tomé (2007) afirma que, o tratamento para indivíduos autistas tem como objetivo principal o desenvolvimento destes, seja através do uso medicamentoso ou do acompanhamento por psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, educadores físicos etc. Descreve ainda que, nesse sentindo o tratamento com medicamentos visa principalmente combater efeitos específicos atrelados a indivíduos autistas, tais como: agressividade, comportamento repetitivos, impulsividade, agitação, entre outros, já que ainda não existem medicamentos que tratem a síndrome em si.

Gauderer (1997), ainda afirma que há em autistas a incidência de distúrbios do metabolismo, principalmente a fenilcetonúria, além de distúrbios do metabolismo das purinas e do ácido láctico.

Dentre os métodos farmacológicos de tratamento para autistas, os agentes antipsicóticos atípicos são intervenções psicofarmacológicas amplamente utilizadas. (VANWONG *et al*., 2017). Segundo Holguín (2003), estes atuam bloqueando os receptores pós-sinápticos da serotonina e pode mover mais facilmente as dopaminas endógenas, diminuindo assim o risco de efeitos neurológicos colaterais, agindo sobre a agressividade, a estereotipia, os movimentos anormais, a falta de atenção e hiperatividade, entre outros sintomas, em autistas. O autor cita que, como a maioria dos medicamentos, os antipsicóticos atípicos, possuem efeitos colaterais, desde causar sonolência, até crescente apetite que leva ao aumento da adiposidade corporal em autistas.

Kummer *et al*., (2015) afirma que crianças e adolescentes com TEA têm maior predisposição ao sobrepeso e obesidade. Estes, aparecem como um dos grandes problemas de saúde pública na população geral, isto porque a incidência de muitas

doenças crônicas na vida adulta está diretamente ligada à obesidade na infância, o que acarreta, para estas, um aumento no risco de problemas em curto e longo prazo, como diabete, doenças cardiovasculares e psicossociais. Estudos internacionais indicam que crianças e adolescentes com TEA e Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) podem ser particularmente vulneráveis a essas alterações ponderais (KUMMER *et al*., 2015).

As atividades físicas, dentro de seus programas de promoção de qualidade de vida, podem atuar como uma ferramenta importante no que concerne minimizar os aspectos atrelados ao aumento da adiposidade corporal em autistas. Pois os exercícios são capazes de melhorar o condicionamento cardiorrespiratório, o desenvolvimento motor, força muscular e reduzir os índices de massa corporal (YILMAZ *et al*, 2004; ROGERS *et al*, 2010; LOCHBAUM *et al*, 2003; PITETTI *et al*, 2007 *apud* DILLON *et al*, 2017). Além do que, por meio deles, pacientes podem vencer a ociosidade e a baixa capacidade de iniciativa, desenvolvendo assim uma interação social mais adequada, melhora da coordenação motora e da capacidade cognitivo- emocional, além de desenvolver a consciência corporal e espaço-temporal (AGUIAR, PEREIRA; BAUMAN, 2017).

Embora muitos programas de exercícios tenham demonstrado influência positivas sobre uma variedade de comportamentos em numerosas populações, estudos tem demonstrado que houve, também, sugestões que programas específicos, com certos tipos e/ou quantidades de exercício, podem ser mais benéficos do que outros (KERN *et al*, 1984). Nesse sentido, tem se demonstrado, a cada dia mais, que exercícios vigorosos possuem tal capacidade, sendo usados cada vez mais em programa de prescrição de exercícios para indivíduos autistas, contribuindo na minimização das taxas de adiposidade corporal em pessoas com TEA, sem que haja a necessidade de retirada de fármacos importantes para seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o presente estudo visa demonstrar, através de uma revisão de literatura, por meio de pesquisa bibliográfica, quais os principais fatores que contribuem para que crianças e adolescentes autistas apresentem um quadro de obesidade.

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica, de artigos que relatam as causas de obesidade em crianças e adolescentes autistas. Apontar estudos que abordem o tema da obesidade em autistas e analisar as literaturas científicas que tratem a respeito de como a falta de exercícios físicos na vida de crianças e adolescentes autistas contribui para elevar o quadro de obesidade nesse grupo de pessoas.

JUSTIFICATIVA

O tema do TEA ainda é muito discutido na sociedade, uma vez que não se sabe os reais motivos que causam tal transtorno. Compreender melhor suas causas de forma a melhorar o entendimento sobre o ele, fez com que nós, discentes de educação física, nós interessássemos ainda mais pelo assunto. Nesse sentido, como discentes, entendemos que é de suma importância utilizar os meios que nossa profissão dispõe e assim contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas acometidas pelo TEA.

A partir disto, decidimos então, realizar uma revisão de literatura, de artigos que falem de como exercícios podem contribuir para a diminuição da taxa de adiposidade corporal em pessoas autista, tema escolhido pois, o aumento da massa corporal gorda em pessoas autistas acaba os acometendo a doenças atreladas a esse aumento de percentual de gordura. A educação física sendo inserida, justamente, na minimização destes quesitos.

O uso da farmacoterapia é indicada para se tratar pessoas acometidas pelo TEA, está sendo somente uma coadjuvante nesse processo (DINNISSEN, 2015; KIRINO E POLITTE, 2014). Pois se faz necessário uma intervenção no âmbito psicoeducacional também, a fim de poder diagnosticar o mais precocemente possível, as crianças acometidas pelo Transtorno e dessa forma, possa haver a seleção correta do tratamento que melhor se adeque (BACHMAN, 2013; BARIBEAU, 2014).

Se faz necessário um acompanhamento multidisciplinar no intuito de procurar gerar o maior benefício possível as pessoas acometidas pelo Transtorno do Espectro Autista. No que concerne o aspecto de melhoria das taxas de adiposidade, o profissional

de Educação Física e o Nutricionista aparecem como os principais profissionais a serem envolvidos, este atuando no equilíbrio da dieta das pessoas com TEA, que necessitam de uma regulação de nutrientes, seja de vitaminas ou minerais, a fim de evitar carências que acabem por contribuir no surgimento de outras doenças (GREYDANUS E PRATT, 2008).

Para Pan e Frey (2006), a prática de atividade física, aparece, portanto, na geração de benefícios na qualidade de vida em pessoas com autismo, que comumente, não possuem níveis de atividade física na sua vida pessoal, talvez pelo fato de as pessoas acometidas terem dificuldade em concentrar-se, fato imprescindível para a prática de exercícios físicos.

Para Memari *et al*. (2012), a atividade física regular vem proporcionar para o autista, diversos benefícios, tais como: o aumento da sensibilidade aos medicamentos, diminuição das estereotipias, desenvolvimento social e motora.

Segundo Tamanaha (2006), se faz necessário enfatizar a diferença entre a intervenção e tratamento para que ocorra desenvolvimento em ambas as partes do estado físico e mental da criança. A intervenção se dá pelo fato de melhorar o desenvolvimento da habilidade da criança ou jovem, enquanto o tratamento visa a buscar a cura para tal doença. O objetivo do profissional de educação física, portanto, é atuar da melhor maneira possível, na intervenção tanto na criança, quanto em sua família, contribuindo na melhoria para o seu quadro de saúde e no seu âmbito social.

REVISÃO DE LITERATURA

Autismo

Classificado pelo DSM-V-TR (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) como um transtorno global do desenvolvimento, o autismo, se caracteriza pelo desenvolvimento acentuadamente irregular na interação social e comunicação e pela presença de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses (CAMARGO e BOSA, 2009).

Com o passar dos anos, as diversas bases de pesquisa sobre o assunto, fizeram com que o conceito de autismo passasse por alterações, as quais acabaram por identificar diferentes etiologias, graus de severidade e características específicas ou não usuais, deixando então de ser considerado um quadro único e passando a ser visto como uma síndrome (SCHMIDT; BOSA, 2003). Atualmente, vem se conceituando o autismo como uma síndrome comportamental, de etiologias múltiplas, que compromete o processo do desenvolvimento infantil (GILLBERG, 1990; RUTTER; TAYLOR; HERSOV, 1996).

De acordo com o DSM-V-TR (2013), os Transtornos Globais do Desenvolvimento, ao qual o autismo está inserido, caracterizam-se pelo comprometimento severo e invasivo em três áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, habilidades comunicativas, e presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipadas (SCHMIDT e BOSA, 2003).

Obesidade e Autismo

A grande problemática que se encontra em inserir novas experiências alimentares em crianças autistas, está no fato destas serem muitos seletivas e persistentes ao novo, muito em razão dos comportamentos repetitivos e interesses restritivos que acometem tais crianças (PHILIPP, 2000). O autor afirma ainda, que em consequência disso, o cuidado em não as deixar ingerirem alimentos que não sejam saudáveis, se torna muito mais importante, uma vez que tais alimentos levam a essas crianças a um aumento de ganho de peso.

Segundo Almeida e Formiga (2010), crianças autistas tendem a possuir de duas a três vezes mais chances de serem obesas do que os adolescentes na população em geral. Para Howie *et al.* (2012) as maiores taxas de inatividade nestas populações, acabam por gerar, além da obesidade, maior risco de doenças cardiovasculares também.

O uso da farmacoterapia também contribui para o crescente aumento de peso em autistas, devido aos efeitos colaterais inerentes a estes medicamentos, tais como: o aumento de apetite e consequente do peso, sonolência, tontura, ansiedade, fraqueza,

obstipação (MARTINS; MOREIRA, 2003). A maioria destes efeitos é passageiro ou tratável e de intensidade rápida a moderada (KIRINO, 2014; DINNISEN, 2015).

Sedentarismo, falta de participação em atividade física voluntária ou prescritiva, a limitada capacidade de decisão e/ou outras limitações cognitivas estão, também, entre as razões para o avanço crescente da obesidade em populações autistas (LAHTINEN *et al*, 2007).

Educação Física e Autismo

Quando se leva em consideração a implantação da Educação Física, no programa de ensino para autistas, há de se possibilitar gerar uma melhora tanto no desenvolvimento das habilidades sociais quanto na qualidade de vida (TOMÉ, 2007).

Mesmo sabendo que os principais programas de Educação Física se centram no ensino do movimento técnico, se faz necessário ter programas mais abrangentes, que foquem, também, na aprendizagem social no auxílio para avanço motor, na qualidade de vida, na comunicação e no comportamento das crianças autistas (LABANCA 2000; VATAVUK, 1996).

Tomé (2007) reafirma a importância da educação física, para o desenvolvimento da criança autista, no auxílio para um avanço significativo, no convívio social e comportamental, além de afirmar que a educação física ainda é capaz de beneficiar a melhora no estado emocional, diminuição das estereotipias, melhora na atenção e concentração destas crianças (diminuição da hiperatividade), etc.

A educação física ainda está atrelada ao desenvolvimento da linguagem de crianças autistas. Pois em nenhuma outra atividade a linguagem verbal está tão prontamente vinculada à ação. A educação física possui grande valor não só para a linguagem, como também possibilita praticar a imitação, que é, afinal de contas, a base para as primeiras aprendizagens (DEFONTAIN, 1981 apud HOLLERBUSCH, 2001; WAINWRIGHT et al. 1996).

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

O estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa de revisão de literatura, cujo o intuito foi realizar uma revisão planejada da literatura científica em bases de pesquisa online, na área de saúde e bem-estar para grupos especiais, de forma a identificar e selecionar os estudos relevantes sobre a questão da obesidade em crianças e adolescentes autistas.

Instrumentos de Coleta de Dados

Para a coleta de dados foram utilizados, para acesso as plataformas de pesquisa Scielo e PubMed, computadores pessoais dos discentes.

Procedimentos de Coleta de Dados

Procurando ampliar os recursos de pesquisa a respeito do assunto abordado, foram utilizadas as plataformas de pesquisa nacionais e internacionais, onlines, como Scielo e PubMed, para ampliar o conteúdo a ser analisado. A pesquisa foi realiza inserindo-se, nas plataformas de pesquisas, as palavras-chave: autism, physsical activities e obesity, sempre atreladas ao TEA ou ele relacionadas. Dessa forma pretendeu-se restringir a pesquisa ao assunto que foi analisado. Foram selecionados artigos produzidos entre os anos de 2000 e 2017, com intuito de mostrar os mais recentes possíveis.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Artigos que tratem de crianças e adolescentes diagnosticadas com autismo, apresentando quadro de obesidade, foram incluídos na amostragem do trabalho. No entanto, artigos que possuam crianças que não obtiveram um diagnóstico para autismo, sem quadro de obesidade ou possuíam outros transtornos, não foram incluídas na amostragem do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1. Artigos encontrados sobre autismo e obesidade.

Estudo	Amostragem	Intervenção	Objetivos	Resultados
BENÍTEZ *ET AL*, (2013)	31 crianças e adolescente diagnosticadas com TEA.	Entrevista com os pais, análise antropométrica, pesquisa sobre frequência de consumo alimentar.	Conhecer o perfil alimentar e estado nutricional de crianças e adolescentes com TEA.	45% seguiam plano alimentar específico. 82% faziam uso de medicamentos. 1/3 das amostras apresentaram sobrepeso e obesidade. Medicamentos como principal causa.
CURTIN *ET AL.*, (2010)	483 crianças e adolescentes com TEA	Análise de informações transversais dos EUA, coletados por entrevista telefônica. Cálculo do índice de massa corporal (IMC), foi mensurado.	Estimar a prevalência de obesidade em crianças e adolescentes com autismo	Obesidade em 30,4% das crianças e adolescentes com TEA. Crianças e adolescentes autistas 2 vezes mais chances de ser obesos, quando comparados a não autistas. Principal causa: falta de atividade física e má alimentação.
DOMINGUES G., (2007)	30 alunos com autismo e transtorno de desenvolvimento	Uso de ficha clínica nutricional, registrando dados relativos a sexo, peso, altura, idade, diagnóstico médico e tratamento medicamentoso.	Classificação nutricional quanto ao peso, alteração de peso no período entre 2003 e 2004	4 alunos obesos, três ingerem medicamentos; 22 alunos com ganho de peso, potencial para obesidade; Falta de atividade física .
HILL *ET AL*, (2015)	5053 crianças e adolescentes diagnosticadas com TEA.	Medição de peso e altura para calcular os percentis do IMC; definir excesso de peso e obesidade em crianças e adolescentes com TEA.	Verificar os problemas de saúde, gerados pelo peso não saudável, em crianças e adolescentes diagnosticados com TEA e os problemas gerados nesses indivíduos.	18% dos indivíduos estavam obesos. Maior prevalência de obesidade em crianças entre 2-5 anos e adolescentes entre 12-17 anos. Principal causa são os problemas no sono, problemas afetivos e uso de medicamentos.
KUMMER *ET AL.*, (2015)	69 Crianças e adolescentes com TEA e 23 com TDHA.	Entrevista com os responsáveis; mensuração de IMC, circunferência abdominal e peso dos avaliados.	Avaliar a frequência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes com TEA e TDAH.	21,7% dos indivíduos com TEA estavam obesos e 18,3% com sobrepeso. TDHA 17,4% obesos e 17,5% sobrepeso. Uso de medicamentos e sedentarismo contribuem para o resultado.
SCAHILL *ET AL*, (2016)	124 crianças e adolescentes com TEA.	Teste randomizado de 24 semanas, monitorando altura, peso, circunferência da cintura e os efeitos adversos do medicamento, amostras de sangue em jejum também foram obtidas.	Examinar o aumento de peso e as consequências metabólicas da risperidona em crianças e adolescentes com TEA.	Uso do medicamento gerou maior apetite e ganhos de peso nas crianças e adolescentes. 18 crianças e adolescentes apresentaram quadro de obesidade e 3 com sobrepeso.
VICENTE *ET AL*, (2015)	53 crianças e adolescentes com TEA	Questionário sobre hábitos sedentários, análise antropométrica e bioimpedância.	Composição corporal em crianças e adolescentes com TEA.	27% dos participantes apresentaram quadro de sobrepeso e obesidade. Sedentarismo como principal causa.
ZHENG *ET AL*, (2017)	15 estudos abrangendo 1.045.538 crianças, adolescentes e adultos com TEA.	Foi feita uma meta-análise de estudos epidemiológicos	Examinar a associação entre sobrepeso e obesidade em indivíduos com TEA	Maior grau de obesidade em indivíduos com TEA quando comparado ao controle. Obesidade gerada por problemas alimentares, falta de atividade física e uso medicação.

A obesidade é hoje em dia uma doença crônica, capaz de ser prevenida, de etiologia multifatorial que vem atingindo proporções epidêmicas no mundo todo. Estudos já comprovam que os agravos à saúde, secundários às morbidades de base (tais como paralisia cerebral, autismo etc.) são mais frequentes em adolescentes e crianças obesos, em comparação aos saudáveis e com peso adequado. Estudos também demonstram que houve maior incidência de variação da pressão arterial (hipertensão), dislipidemia, hiperglicemia, depressão e alterações da autoestima no grupo obeso (RIMER *ET AL.*, 2010).

No presente trabalho foram encontrados um total de 20 artigos, dos quais 8 foram excluídos por não tratarem de crianças diagnosticadas com TEA e 2 por não tratarem sobre a variável obesidade. Os 10 artigos restante foram então analisados (tabela 1).

Houve artigos que mencionaram mais de uma causa atrelada ao ganho de peso e consequente obesidade em crianças e adolescentes com TEA. A análise permitiu aferir que dos achados, 6 artigos mencionaram o uso da medicação como fator causador da obesidade em crianças e adolescente diagnosticados com TEA. Desses 2 atrelaram também a falta de atividade física como fator causador da obesidade e 2 a alimentação inadequada.

Estudo feito por Boarati (2011), afirma que o uso da medicação em indivíduos com TEA, acaba gerando como efeito colateral a sedação, alterações metabólicas e aumento de apetite. Este ocasionado pelo bloqueio dos receptores de histamina pelos fármacos, levando a um ganho de peso e consequente obesidade (TEXEIRA; ROCHA, 2006). Feehan *et al.* (2012) indicam que crianças e adolescentes com TEA investem mais tempo de lazer sedentário, televisão por exemplo, do que o recomendado pela American Pediatric Association (1-2 horas por dia), e não atenda às recomendações oficiais 60 minutos por dia de atividade física promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), levando este grupo ao crescente aumento de peso.

O presente estudo ainda mostrou, que somente um artigo mencionou apenas a falta de atividade física como gerador de obesidade no grupo estudado. 2 mencionam a

consequente falta de prática de exercícios físicos, juntamente com uma má alimentação, como sendo as principais causas de obesidade no grupo estudado.

Newsom & Hovanitz (2006) afirmam em seu estudo que crianças e adolescentes com TEA sofrem com problemas gastrointestinais, incluindo episódios recorrentes de diarreia e/ou constipação, além de refluxo, alergias ou intolerâncias alimentares. Além de apresentarem também, problemas severos de alimentação e de sono (NASH & COURY, 2003). Quanto à alimentação, é comum, por exemplo, casos de dieta hiperseletiva, que, muitas vezes, levam a problemas de saúde, havendo um consumo frequente de substâncias não nutritivas, quem levam ao aumento de peso e obesidade (SHANNON & GRAEF, 1997). Hyman *et al*. (2012), afirma ainda, que as crianças e adolescentes com TEA consomem uma menor quantidade de nutrientes do que as recomendadas.

No presente trabalho houve ainda, outros estudos, que mencionaram fatores como: distúrbio do sono (1) e problemas afetivos (1), atrelados a obesidade em crianças e adolescentes com TEA. Schreck & Mulick, (2000) afirmam quem em relação ao sono, há uma certa dificuldade de crianças e adolescentes com TEA adormecerem bem como para se manterem adormecido durante todo o ciclo de sono, o que contribui para o aumento de peso e consequente obesidade nesse grupo.

CONCLUSÕES

Ainda não se sabe por qual motivo o transtorno do espectro autista ocorre; è sabido que, estudos na área estão crescendo a cada dia, com o intuito de melhorar o padrão de qualidade de vida de crianças e adolescente acometidos por tal transtorno.

Já se sabe que a obesidade afeta de 2 a 3 vezes mais crianças e adolescente com TEA quando comparado ao mesmo grupo sem o transtorno. A obesidade é um problema de saúde pública na população em geral e na população autista não seria diferente. Atrelada a ela surgem problemas de diabetes, hipertensão, dislipidemia entre outros,

além de, problemas comportamentais uma vez que, crianças e adolescentes obesos tendem a ser mais tímidos e socialmente isolados.

A obesidade em crianças e adolescentes autistas está diretamente ligada ao uso de medicação, má alimentação e falta de exercícios físicos. A medicação é de suma importância no que diz respeito a minimizar os sintomas que acometem tais crianças, porém elas acabam elevando as taxas de adiposidade corporal nesses indivíduos, por contribuírem no aumento do apetite de quem os consome. Nesse sentido, a prática de educação física, atrelado a uma alimentação balanceada, irá contribuir para a minimização desse excesso de peso e consequentemente melhorar as aptidões cardiorrespiratórias e metabólicas dessas crianças e adolescentes. Dessa forma os exercícios físicos se tornam uma ferramenta importante a serem inseridas na vida de indivíduos autistas, contribuindo para uma melhor qualidade de vida destes.

Cabe então, continuar o trabalho, ampliando as bibliografias pesquisadas bem como ampliar os recursos de pesquisa, a fim de gerar ainda mais informações a respeito da obesidade em crianças e adolescentes com TEA e assim contribuir ainda mais nos quesitos que podem levar a maiores informações sobre a origem de tal transtorno.

REEFERÊNCIAS

ABRANTES, A. R.; DUQUE, F.; CASALTA-LOPES, J. E OLIVEIRA, G. **Efeitos da risperidona no aumento e distribuição de peso e nos níveis de Hemoglobina a1c numa amostra de crianças E adolescentes com autismo. Estudo Longitudinal de um ano.** [Dissertação de Mestrado- Programa de pós-graduação em Medicina] Coimbra, Portugal. FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2015.

AGUIAR, R. P., PEREIRA, F. S., BAUMAN, C. D. **Importance of physical activity practice for people with autism.** J. Health Biol Sci. 5(2):178-183. 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 5th ed. Washington, DC: American Psychiatric Association. 2013.

BACHMANN CJ, MANTHEY T, KAMP-BECKER I, GLAESKE G, HOFFMANN F. **Psychopharmacological treatment in children and adolescents with autism spectrum disorders in Germany.** *Res. Dev. Disabil;*34(9):2551-63. do: 10.1016/j.ridd.2013.05.028. 2013

BARIBEAU DA, ANAGNOSTOU E. **An update on medication management of behavioral disorders in autism topical collection on child and adolescent disorders.** ***Curr***. *Psychiatry Rep.*; 16:437. doi:10.1007/s11920-014-0437-0. 2014

BENÍTEZ, A. L. O., GIMÉNEZ, A. A. R. & BERNAL, S. F. S. **Perfil nutricional de niños y adolescentes con trastornos del espectro autista del área metropolitana de Asunción**. Pediatr. (Asunción), Vol. 40; N° 2; Agosto; pág. 133 – 143. 2013.

BOBO W V., COOPER WO, STEIN CM, OLFSON M, GRAHAM D, DAUGHERTY J, et al. **Antipsychotics and the risk of type 2 diabetes mellitus in children and youth.** JAMA Psychiatry, 70(10); 2013.

CAMARGO, S. P. H & BOSA, C. A. **Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: Revisão Crítica da Literatura.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Psicologia & Sociedade, 21(1), 65-74, 2009

CURTIN, C., ANDERSON, S. E., MUST, A. & BANDINI, L. **The prevalence of obesity in children with autism: a secondary data analysis using nationally representative data from the National Survey of Children's Health.** BMC Pediatrics. 10:11. <https://doi.org/10.1186/1471-2431-10-11; 2010.>

DEFONTAIN, J. - **Psicosis en el nino y reeducación psicomotriz.** Manual de reeducación psicomotriz. Tercer año. Editorial Médica y Técnica, S.A. Barcelona, 1981.

DILLON, S.R.; ADAMS, David; GOUDY, L.; BITTNER, M. and MCNAMARA, Scott. **Evaluating Exercise as Evidence – Based Practice for individuals with autism spectrum disorder. Frontiers in puvlic heath.** V.4. art. 290. February 2017.

DINNISSEN M. **Clinical and pharmacokinetic evaluation of risperidone for the management of autism spectrum disorder.** *Expert Opin. Drug Matabolism Toxiology*;11(1):111-24. 2015

DOMINGUES, G. **Relação entre medicamentos e ganho de peso em indivíduos portadores de autismo e outras síndromes relacionadas.** <http://www.nutricaoativa.com.br/conteudo.php?id=263.> Accesso: 15/09/2017.

FEEHAN, K., O'NEIL, M. E., ABDALLA, D., FRAGALA-PINKHAM, M., KONDRAD, M., BERHANE, Z., & TURCHI, R. **Factors influencing physical activity in children and youth with special health care needs: a pilot study**. International Journal of Pediatrics, 583249. 2012.

GADIA, C. A., TUCHMAN, R., ROTTA, N. T. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento**. Jornal de Pediatria - Vol. 80, Nº2(supl), 2004.

GALLING, B; CORRELL, CU. **Antipsychotics increase diabetes risk in children and adolescents?.**14(2):219-41; 2015.

GAUDERER, C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento – Guia Prático para pais e profissionais.** 2ª edição, Rio de Janeiro – R.J., Ed. Revinter, 1997.

GILLBERG, C. Autism and pervasive developmental disorders. Journal of Child Psychology and Psychiatry, 31, 99-119, 1990

GREYDANUS, D. E., PATEL, D. R., PRATT, H. D.: **Clínicas pediátricas de norte americana**, vol. 55, n. 5, p. 1153 Madri, Espanha, Saunders, 2008.

HOLGUÍN, J.A. **El autismo de etiología desconocida**. REV NEUROL; 37 (3): 259-266. 2003.

HILL, A. P., ZUCKERMAN, K. E., FOMBONNE, E. **Obesity and Autism**. PEDIATRICS. V. 136, n. 6, DOI: 10.1542/peds.2015-1437; 2015.

HOLLERBUSCH, R. M. S. L. **O desenvolvimento da interação social das crianças com alteração do espectro do autismo: estudo exploratório da influência da educação física na promoção do relacionamento interpessoal.** [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Ciências do Desporto, Universidade do Porto, 2001.

HYMAN, S.L., Stewart, P.A., Schmidt, B., CAIN, U. LEMCKE, N.; FOLEY, JT. **Nutrient Intake from food in children with autism.** Pediatrics, Nov; 130 Suppl 2: S145-53. 2012.

KERN, L.; KOEGEL, R. L.; DUNLAP, G. **The influence of vigorous versus mild exercise on autistic stereotyped behaviors. Journal of autism and developmental disorders**, v.14, n.1, p.57–67, 1984.

KIRINO E. **Efficacy and tolerability of pharmacotherapy options for the treatment of irritability in autistic** children. *Clin. Med. Insights Pediatr.* 2014; 8:17-30.

KUMMER, A. *et al*. **Frequência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes com autismo e transtorno do déficit de atenção/hiperatividade.** Sociedade de Pediatria de São Paulo. Published by Elsevier Editora Ltda. 2015.

LABANCA, M. S. G. Autismo e o professor de educação física. Revista Sprint Body. Nov/Dez., 2000.

LOCHBAUM M, CREWS D. **Viability of cardiorespiratory and muscular strength programs for the adolescent with autism**. Comp Health Prac Ver. 8(3):225–33. 2003.

MARTINS, C.; MOREIRA, S**. Interações Droga X Nutriente**. Curitiba-PR, Ed. NutroClínica, 2003.

MAAYAN, L; CORRELL, CU. **Weight gain and metabolic risks associated with antipsychotic medications in children and adolescents.** J. Child Adolescent. Psychopharmacol. 2011; 21:517-35. doi:10.1089/cap.2011.0015.

MEMARI A. H.; GHAHERIi B.; ZIAEE V.; KORDI R.; HAFIZI S.; MOSHAYEDI P. **Physical activity in children and adolescents with autism assessed by triaxial accelerometry;** Pediatric Obesity, vol.7, n.1, pg.65-79, 2012.

NASH, P. L., & COURY, D. L. **Screening tools assist with diagnosis of autism spectrum disorders**. Pediatric Annals, 32(10), 664-670. 2003.

NEWSOM, C., & HOVANITIZ, C. A. (2006). **Autistic spectrum disorders**. In E. J. Mash, & R. A. Barkley (Eds.), Treatment of childhood disorders (3rd ed., pp. 455-511). New York: Guilford Press. 2000

PAN C. Y; FREY G.C; **Physical Activity Patterns in Youth with Autism Spectrum Disorders;** Journal Autism Dev Disord V.36, n.1, pg.597–606, 2006.

PITETTI KH, RENDOFF AD, GROVER T, BEETS MW. **The efficacy of a 9-month treadmill walking program on the exercise capacity and weight reduction for adolescents with severe autism.** J Autism Dev Discord 37(6):997–1006. 2007.

POLITTE LC, MCDOUGLE CJ. **Atypical antipsychotics in the treatment of children and adolescents with pervasive developmental disorders. *Psychopharmacology (Berl).*** 2014; 231:1023-36. doi:10.1007/s00213-013-3068-y.

Rimmer JH, Yamaki K, Lowry BM et al. **Obesity and obesity-related secondary conditions in adolescents with intellectual/ developmental disabilities**. J Intellect Disabil Res. Sep;54(9):787-94. 2010.

ROGERS L, HEMMETER ML, WOLERY M. **Using a constant time delay procedure to teach foundational swimming skills to children with autism.** Top Early Child Spec Educ. 30(2):102–11. 2010.

RUTTER M, SCHOPLER E. **Classification of pervasive developmental disorders: some concepts and practical considerations.** J Autism Dev Disord. 22:459-82. 1992.

RUTTER, M.; TAYLOR, E. & HERSOV, L. **Child and adolescent psychiatry: Modern approaches.** Oxford: Blackwell Science, 1996

SCAHILL, L., JEON, S., BOORIN, S. J., MCDOUGLE, C. J., AMAN, M.L G., DZIURA, J., MCCRACKEN, J. T., CAPRIO, S., ARNOLD, L. E., NICOL, G. **Weight Gain and Metabolic Consequences of Risperidone in Young Children with Autism Spectrum Disorder.** J Am Acad Child Adolescent Psychiatry. May; 55(5): 415–423. do: 10.1016/j.jaac.2016.02.016; 2016.

SCHMIDT, C. & BOSA, C. **A investigação do impacto do autismo na família: Revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo.** Universidade do Rio Grande do Sul. Interação em Psicologia, 7(2), 111-120, 2003.

SHANNON, M., & GRAEF, J. **Lead intoxication in children with pervasive developmental disorders**. Journal of Toxicology - Clinical Toxicology, 34, 177-182. 1997.

SCHRECK, K. A., & MULICK, J. A. (2000). **Parental report of sleep problems in children with autism.** Journal of Autism and Developmental Disorders, 30, 127-135.

TAMANAHA, A. C.; CHIARI, B. M; PERISSINOTO, J. e PEDROMÔNICO, M. R. **A atividade lúdica no autismo infantil.** Distúrbios da Comunicação. São Paulo, 18(3): 307-312, dezembro, 2006.

TARROSO, M; ALMEIDA, J; LONTRO, R. **Os efeitos da risperidona nos níveis de prolactina numa amostra de crianças e adolescentes com autismo**. spp.pt 111-6; 2010.

TEIXEIRA, P. S. R.; ROCHA, F. J. **Efeitos Adversos metabolizados de antipsicóticos e estabilizadores de humor**. Revista Psiquiatria, v. 28, n. 2, 2006.

TOMÉ, M. C. **Educação Física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal de autistas**. Movimento e Percepção, SP, V.8, n.11, jul./dez. 2007.

VATAVUT, M. C. **Ensinando educação física e indicando exercício em uma situação estruturada e em um contexto comunicativo: foco na interação social**; Congresso Autismo – Europa, Barcelona, 1996.

VANWONG, N.; SRISAWASDI, P.; NGAMSAMUT, N.; NUNTAMOOL, N.; PUANGPETCH, A.; CHAMKRACHANGPADA, B.; HONGKAEW, Y.; LIMSILA, P.; KITTITHARAPHAN, W. & SUKASEM, C. **Hyperuricemia in Children and Adolescents with Autism Spectrum Disorder Treated with Risperidone: The Risk Factors for Metabolic Adverse Effects.** Fronties of Phamacology. V.7. Art. 527. January 2017.

VICENTE, D. R.; SALINERO, J. J.; MILLÁN, C. G.; SORIANO, M. L.; PASTOR, T. G.; THEIRS, C. I.; MELERO, D. N. & GUITIÁN, A. **Description of physical activity, motor skills and body composition in children and young with autistic spectrum. Gender diferences.** Retos, 28, 61-65. ISSN: Edición 1579-1726. 2015.

WAINWRIGHT, L.; FEIN, D. **Preschool children with inadequate communication: Developmental language disorder, autism, low IQ.** London: MCKEITH, 12, pp. 173-176, 1996.

YILMAZ I, YANARDA M, BIRKAN B, BUMIN G. **Effects of swimming training on physical fitness and water orientation in autism**. Pediatr Int. 46(5):624–6. 2004.

ZHENG, Z.; ZHANG, L.; LI, S., ZHAO, F.; WANG, Y., HUANG, L.; HUANG, J.; ZOU, R.; QU, Y. & MU, D. **Association among obesity, overweight and autism spectrum disorder: a systematic review and meta-analysis.** Scientific REPOrtS: 7: 11697 | DOI:10.1038/s41598-017-12003-4; 2017.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO FISIOTERAPEUTA NA UNIDADE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

PROFESSIONAL PERFORMANCE OF THE PHYSIOTHERAPIST IN THE NEONATAL INTENSIVE THERAPY UNIT

DESEMPEÑO PROFESIONAL DEL FISIOTERAPEUTA EN LA UNIDAD DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

Rêncio Bento FLORÊNCIO[19]
Gabriel Martins de ARAÚJO[20]
Amanda Soares PORTO[21]
Rodrigo Augusto Xavier de Sousa BARROS[22]
Erotides Tereza de Oliveira Damasceno LUCAS[23]

RESUMO

Introdução: desde as décadas de 50 e 60 que a Fisioterapia respiratória ganhou espaço entre os profissionais de saúde, realizando o tratamento das patologias que afetam crianças e recém-nascidos. E essa abordagem fisioterapêutica não se restringe apenas no tratamento da doença, mas também na prevenção de possíveis sequelas que podem acometer tanto as crianças como os recém-nascidos. **Objetivo:** abordar por meio de uma revisão de literatura, a importância da atuação do fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, com intuito de relatar o benefício que esse profissional proporciona durante o tratamento desses pacientes. **Metodologia:** A pesquisa foi uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa, com objetivo de

[19] Doutor em Biotecnologia em Saúde - UFRN/2018, Graduado em Fisioterapia - UFRN/2011, Professor Universitário, Coord. do Grupo de Pesquisa "Liga Acadêmica de Fisioterapia Intensiva e Cardiopulmonar (LAFICAP)", Coordenador, Supervisor de Estágio e Orientador/TCC do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Natalense, (E-mail: rencio.bf@hotmail.com).
[20] Discente do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Natalense (UNICEUNA).
[21] Fisioterapeuta, Graduada pelo Centro Universitário Natalense (UNICEUNA).
[22] Especialista em Fisioterapia Neurofuncional - UEPB/2010, Graduado em Fisioterapia - UNP/2006, Professor Universitário da Estácio, Supervisor de Estágio, Orientador/TCC e Professor Universitário do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Natalense, (E-mail: rodrigoaugustox@yahoo.com.br).
[23] Mestrado em Saúde Coletiva - UFRN/2016, Graduada em Fisioterapia - UNP/2006, Professora Universitária do UNI-RN e do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Natalense, (E-mail: tereza.fisioterapia@yahoo.com.br).

investigar em publicações evidências científicas sobre a atuação do fisioterapeuta na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. A coleta dos dados ocorreu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). **Resultados:** conforme descrito na metodologia, foram encontrados 17 artigos nas fontes de dados, e, após a submissão destes aos critérios de inclusão e exclusão da investigação e análise de forma criteriosa quanto aos aspectos qualitativos e objeto de pesquisa, foi visto que apenas 07 respondiam aos objetivos e questão norteadora do estudo. **Conclusão:** Com base no estudo, pode-se concluir que a atuação da fisioterapia na UTI causa uma interferência positiva no tratamento dos recém-nascidos, com menor índice de mortalidade.

Palavras-Chave: Fisioterapia; Recém-nascido; UTI.

ABSTRACT

Introduction: Since the 50's and 60's, respiratory physiotherapy has gained space among health professionals, treating the pathologies that affect children and newborns. And this physiotherapeutic approach is not only restricted in the treatment of the disease, but also in the prevention of possible sequelae that can affect both the children and the newborns. **Aim:** to address, through a literature review, the importance of the physiotherapist 's performance in Neonatal Intensive Care Units, to report the benefit that this professional provides during the treatment of these patients. **Methodology:** The research was a qualitative bibliographical review, with the objective of investigating scientific evidence on the physiotherapist's performance in the Neonatal Intensive Care Unit. Data collection was done in the Virtual Health Library (VHL). **Results:** as described in the methodology, 17 articles were found in the data sources, and, after submitting them to the criteria of inclusion and exclusion of the research and analysis in a judicious way regarding the qualitative aspects and object of research, it was seen that only 07 responded to the objectives and guiding question of the study. **Conclusion:** Based on the study, it can be concluded that the physiotherapy in the ICU causes a positive interference in the treatment of newborns, with a lower mortality.

Keywords: Physiotherapy; Newborn; ICU.

RESUMEN

Introducción: Desde los años 50 y 60, la fisioterapia respiratoria ha ganado espacio entre los profesionales de la salud, realizando el tratamiento de patologías que afectan a niños y recién

nacidos. Y este abordaje fisioterapéutico no se limita solo al tratamiento de la enfermedad, sino también a la prevención de posibles secuelas que pueden afectar tanto a niños como a recién nacidos. **Objetivo:** abordar, mediante una revisión de la literatura, la importancia del desempeño del fisioterapeuta en las Unidades de Cuidados Intensivos Neonatales, con el fin de reportar el beneficio que brinda este profesional durante el tratamiento de estos pacientes. Metodología: La investigación fue una revisión bibliográfica, de carácter cualitativo, con el objetivo de indagar en publicaciones científicas sobre el desempeño del fisioterapeuta en la Unidad de Cuidados Intensivos Neonatales. La recolección de datos se realizó en la Biblioteca Virtual en Salud (BVS). **Resultados:** como se describe en la metodología, se encontraron 17 artículos en las fuentes de datos, y luego de someterlos a los criterios de inclusión y exclusión de la investigación y análisis de manera juiciosa en cuanto a los aspectos cualitativos y objeto de investigación, se observó que solo 07 respondieron los objetivos y la pregunta orientadora del estudio. **Conclusión:** Con base en el estudio, se puede concluir que la realización de fisioterapia en la UCI provoca una interferencia positiva en el tratamiento del recién nacido, con una menor tasa de mortalidad.

Palabras clave: fisioterapia; Recién nacido; UCI.

INTRODUÇÃO

Desde as décadas de 50 e 60 que a Fisioterapia respiratória ganhou espaço entre os profissionais de saúde, realizando o tratamento das patologias que afetam crianças e recém-nascidos. E essa abordagem fisioterapêutica não se restringe apenas no tratamento da doença, mas também na prevenção de possíveis sequelas que podem acometer tanto as crianças como os recém-nascidos. Nesse contexto, a Fisioterapia respiratória que atua nesse seguimento da criança e do recém-nascido de alto risco, é uma especialidade hoje estabelecida na maioria dos países desenvolvidos. No Brasil, esta especialidade teve início na década de 80 e, logo após, foi criada a Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, tendo como maior preocupação a melhora da sobrevida dos recém-nascidos, com intuito de reduzir o número de complicações[1].

Dessa forma, é notória a importância da Fisioterapia em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, a qual proporciona um atendimento diferenciado para os

recém-nascidos de alto risco. Mediante o crescimento técnico-científico, a assistência neonatal está cada vez mais sendo aprimorada. Assim, toda a assistência nas unidades de terapia intensiva neonatais tem como prioridade a minimização dos efeitos colaterais causados pela prematuridade e suas intercorrências pré e pós- parto[2.]

Sendo assim, a Fisioterapia nas UTIN's neonatais utiliza as melhores técnicas e recursos para esses pacientes com um contínuo desenvolvimento, contribuindo para redução da morbidade neonatal. Acredita-se que o acompanhamento fisioterapêutico dos recém-nascidos seja capaz de proporcionar uma estabilidade da frequência cardíaca, da pressão arterial, frequência respiratória e saturação de oxigênio, além de preservar a temperatura corporal, promovendo a manutenção funcional da circulação cerebral do recém-nascido. Dessa forma, mantém as vias aéreas com fluxo menos turbulento possível e com o mínimo de secreção, o que permite um aumento na permeabilidade e redução do número de fatores intrínsecos das vias aéreas que contribuem para o aumento da resistência pulmonar e diminuição nos eventos fisiológicos de trocas gasosas[3].

Diante disso, é notória a contribuição da fisioterapia no desenvolvimento e melhora desses pacientes, sendo exigida por lei, no Brasil, a presença do serviço de assistência fisioterapêutica nas UTIN's neonatais. Contudo, ainda há poucos dados disponíveis a respeito do cumprimento dessa lei. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) determina que deva ter pelo menos um fisioterapeuta para cada dez leitos de UTI ou fração, nos turnos da manhã, tarde e noite. Essa assistência deve estar disponível por um total mínimo de 18 horas por dia. Os procedimentos que visam à recuperação respiratória aplicada pelos fisioterapeutas em unidade de tratamento intensivo neonatal têm trazido alívio da dor e melhorando de forma substancial a homeostase e estabilidade dos recém-nascidos[4].

Entretanto, devido a ser um procedimento complexo, é essencial que se utilize medidas multidisciplinares, relacionadas ao conforto do recém-nascido. E, apesar de a fisioterapia ser uma especialidade relativamente recente, o trabalho do fisioterapeuta tem obtido grande sucesso na prevenção e no tratamento das complicações respiratórias, resultando no reconhecimento deste profissional como membro imprescindível da

equipe multiprofissional. O desenvolvimento contínuo da fisioterapia respiratória, juntamente com a medicina neonatal, faz com que os recursos fisioterapêuticos sejam otimizados, tendo como objetivo reduzir a morbidade neonatal[5].

Portanto diante do que foi exposto, o presente trabalho teve como objetivo abordar, por meio de uma revisão de literatura, a importância da atuação do fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, com intuito de relatar o benefício que esse profissional proporciona durante o tratamento desses pacientes.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, de natureza qualitativa, com o objetivo de investigar em pesquisas já publicadas evidências científicas sobre a atuação do fisioterapeuta na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. A coleta dos dados ocorreu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), seguindo os critérios estipulados para inclusão neste estudo.

A partir dos dados coletados, procedeu-se a análise e síntese dos artigos, seguindo para a fase de leitura exploratória, objetivando a identificação e o reconhecimento dos artigos que interessavam à pesquisa, selecionando os textos que seriam usados no estudo. Por fim, foi realizada uma leitura analítica e interpretativa do material selecionado com o intuito de conferir um significado mais amplo aos resultados encontrados.

Como critérios de inclusão foram: Publicações com ênfase nos temas que abordam a atuação do fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal. Já os critérios de exclusão foram: Publicações na forma de cartas e resenhas; Estudos que não estão disponibilizados online na íntegra para análise; Estudos duplicados; Estudos fora do tema; e Teses e dissertação.

RESULTADOS

Com o cruzamento dos descritores conforme descrito na metodologia, foram encontrados 17 artigos nas fontes de dados e, após a submissão destes aos critérios de inclusão e exclusão da investigação e análise de forma criteriosa quanto aos aspectos qualitativos e objeto de pesquisa, foi visto que apenas 07 respondiam aos objetivos e questão norteadora do estudo.

Quadro 1. Descrição detalhada dos artigos apresentados na presente revisão de literatura.

AUTOR ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADO	CONCLUSÃO
Martins R et al, 2013	Verificar os efeitos de técnicas de Fisioterapia respiratória (TFR) na dor e na função cardiorrespiratória de recém-nascidos (RN) clinicamente estáveis com prescrição de TFR, internados em unidade de terapia intensiva neonatal.	Ensaio clínico randomizado cego. Os RN foram alocados em três grupos: G1-controle; G2-fisioterapia convencional; G3-reequilíbrio tóracoabdominal. Neonatos do G2 e G3 receberam intervenção em atendimento único. Todos foram avaliados antes, imediatamente após e 15 minutos após o término da intervenção/ repouso quanto aos parâmetros cardiorrespiratórios (saturação periférica de oxigênio/ SpO2, frequências cardíaca/fc e respiratória/fr) e dor (escalas específicas: NIPS, NFCS e PIPP). Para análise dos dados foram aplicados: testes qui-quadrado, Friedman, Kruskal-Wallis e, posteriormente, análise de comparações múltiplas, com p<0,05 significativo.	Participaram do estudo 60 RN, dos quais 56,7% eram do sexo feminino, 68,3% pré-termo/ muito baixo peso, com média de idade gestacional corrigida de 38,88 ± 2,03 semanas, idade de 13,22 ± 7,37 dias e peso de 1603,42 ± 439,16 gramas. Antes da intervenção, os grupos eram equivalentes quanto à presença de dor e parâmetros cardiorrespiratórios basais. Comparando os efeitos de cada um dos procedimentos, entre os grupos e no decorrer das três avaliações, não houve alterações significativas em nenhum dos parâmetros cardiorrespiratórios avaliados (p>0,05) e em relação à dor houve mudanças significativas nas escalas NIPS (G1 e G2, p=0,037 e p=0,011, respectivamente) e PIPP (G2, p=0,005).	Técnicas de fisioterapia respiratória não desencadearam dor, nem instabilidade cardiorrespiratória nos RN estudados.
Guimarães ISS et al, 2012	Demostrar a forma de atuação dos Fisioterapeutas que trabalham nas UTIN's dos hospitais públicos do DF.	Foi realizada uma pesquisa de campo, prospectiva, transversal e quantitativa. Para coleta de dados foi elaborado um questionário pela pesquisadora. Foram distribuídos 33 questionários aos fisioterapeutas que atuam em todos os hospitais públicos do DF que possuem UTIN's, dos quais 30 foram respondidos. O período da coleta foi agosto de 2011 a fevereiro de 2012.	Foram avaliados os cinco hospitais públicos do DF Com UTIN's. A atuação dos fisioterapeutas nas UTIN's do DF não foi uniforme.	O trabalho demostra uma descontinuidade do tratamento entre os fisioterapeutas das UTIN's do DF.
Silva APP et al, 2010	O objetivo do presente estudo foi descrever o perfil e as caracteristicas do trabalho dos fisioterapeutas atuantes em UTIN da cidade de Goiânia (GO).	Participaram do estudo oito fisioterapeutas, sendo sete do sexo feminino, com idade variando entre 27 e 42 anos, e todos possuíam pós-graduação em diversas especialidades. O estudo foi realizado em quatro hospitais da cidade de Goiânia. Foram realizadas entrevistas por meio de questionário com questões sobre a atuação profissional do fisioterapeuta dentro da UTI neonatal. Os profissionais tinham média de idade de 32 anos, dez anos de formação e oito anos de experiência profissional.	O tratamento mais realizado foi a combinação de fisioterapia respiratória e motora e as técnicas mais usadas foram higiene brônquica, reexpansão pulmonar e procedimentos na ventilação mecânica. Para se ter um bom atendimento os fisioterapeutas observam o estado comportamental da criança.	Mesmo tendo vários hospitais na cidade de Goiânia, ainda existe uma carência muito grande de profissionais fisioterapeutas dentro das UTIN e, em muitos casos, sem uma especialização específica na área de Neonatologia.
Xavier L et al, 2010	Avaliar a presença ou ausência de dor durante a aspiração endotraqueal.	Amostra foi composta por 60 RNPTs que foram submetidos a ventilação mecânica e a aspiração traqueal entre novembro de 2009 e fevereiro de 2010.As variáveis fisiológicas estudadas foram as FC e respiratórias e saturação as variáveis comportamentais foram avaliadas por meio da escala de dor –NIPS.	Foram 22 RNs masculino e 38 feminino com idade gestacional média de 31,82} 0,63 semanas. Os valores dos parâmetros fisiológicos mostraram diferença estatisticamente significante tanto para a FC quanto para FR e saturação, nos três momentos estudados. Entretanto apenas a FC se apresenta como clinicamente significante utilizando a estatística apropriada teste *t de Student*.	O procedimento de aspiração se mostrou doloroso, entretanto não comprometeu a estabilidade clínica dos RNPTs e ainda se verificou sua necessidade para manutenção da homeostase desses pacientes.

Continuação...

AUTOR ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADO	CONCLUSÃO
Lanza FC et al, 2010	Avaliar a dor em recém-nascidos pré-termo (RNPT) submetidos à fisioterapia respiratória em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.	Estudo transversal realizado com recém-nascidos prematuros, com indicação de fisioterapia respiratória, em respiração espontânea. Foi aplicada uma técnica de vibração torácica com a mão do terapeuta realizando pequenas oscilações sobre o tórax do paciente e feita a avaliação da frequência cardíaca (FC), frequência respiratória (FR), saturação de pulso de oxigênio (SpO2) e do Sistema de Codificação da Atividade Facial Neonatal (NFCS) para a avaliação da dor antes, durante, imediatamente após (pós-i) e 30 minutos após (pós-30) a vibração no tórax do paciente. Utilizou-se a análise de variância para medidas repetidas para comparação entre as fases, considerando-se significante $p<0,05$.	Foram avaliados 13 RNPT, com média de idade gestacional 32,5±2,0 semanas e peso de nascimento 1830±442g. Não foi observada pontuação de dor durante toda a avaliação: pré: 0,5±1,7; durante: 1,5±1,4; pós-i: 1,0±1,3; pós-30: 0±0,3, porém houve diferença estatisticamente significativa entre a fase pós-i e pós-30 na escala NFCS ($p<0,05$). A FC variou de 120 a 150bpm, a SpO2 permaneceu acima de 95%, e a FR entre 40 e 62rpm, sem diferenças entre os períodos.	Neste grupo de pacientes prematuros internados em UTI neonatal e submetidos à realização de fisioterapia respiratória pela técnica de vibração torácica, não foram observadas alterações fisiológicas e comportamentais de dor.
Santos MLM et al, 2009	Foi avaliar as repercussões de técnicas fisioterapêuticas específicas na resistência média de vias aéreas e na complacência dinâmica de neonatos pré-termo em ventilação pulmonar mecânica.	Dezoito neonatos pré-termo em ventilação pulmonar mecânica convencional foram submetidos a uma sessão de fisioterapia respiratória (compressão torácica manual durante a expiração + aspiração da cânula intratraqueal). Medidas de resistência média de vias aéreas e complacência dinâmica foram realizadas antes, 10, 40 e 70 minutos após as intervenções, por meio de um pneumo tacógrafo com monitor gráfico (Newport Navigator GM-250R), acoplado a um translutor de fluxo (Varfley-BicoreR). Para análise dos resultados, os neonatos pré-termo foram divididos em dois grupos: tempo de ventilação pulmonar mecânica <5 dias e ventilação pulmonar mecânica =5 dias. Os resultados foram analisados pelo teste Friedman e pos-teste de Dunn de múltiplas comparações ($p<0,05$ significante).	Observou-se no grupo ventilação pulmonar mecânica <5 redução significativa da resistência média de vias aéreas no 10o minuto após a intervenção ($p<0,05$), sem alterações significativas na complacência dinâmica. No grupo ventilação pulmonar mecânica =5 dias a resistência média de vias aéreas reduziu no10o($p<0,001$), 40o($p<0,05$) e 70o($p<0,05$) minutos após a intervenção. A complacência dinâmica melhorou significativamente no 10o minuto ($p<0,05$).	As técnicas para aumento do transporte de secreção traqueobrônquica utilizadas beneficiaram a resistência média de vias aéreas e complacência dinâmica dos neonatos estudados em ventilação pulmonar mecânica =5 dias, com melhores respostas na resistência média de vias aéreas.
Antunes LCO et al, 2006	Comparar os efeitos da fisioterapia respiratória convencional (FRC) versus aumento do fluxo expiratório (AFE), na saturação de O2 (SpO2), frequência cardíaca (FC) e na frequência respiratória (FR) em prematuros no período pós-extubação.	Ensaio clínico randomizado realizado na UTI Neonatal do Hospital das Clínicas de Botucatu–UNESP, comparando duas técnicas fisioterapêuticas, aplicadas em recém-nascidos prematuros, nas primeiras 48 horas pós-extubação. Para a análise estatística foram utilizados o teste t Student, MannWhitney, Qui-quadrado e o teste exato de Fisher, com nível de significância em 5%	Os dois grupos de estudo: Grupo FRC (n= 20) e grupo AFE (n= 20), não diferiram quanto à idade gestacional (média de 28 semanas) e peso de nascimento (média de 1100 gramas). Em ambos os grupos a síndrome do desconforto respiratório (SDR) foi o principal diagnóstico. A mediana da idade no início da fisioterapia foi de sete dias no grupo AFE e 11 dias na FRC. Ambas as técnicas produziram aumento significativo da SpO2 aos 10 e 30 minutos, sem alterações na FR. A FC aumentou significativamente após a FRC e não se alterou após o AFE.	Os resultados sugerem que o AFE é menos estressante que a FRC e pode ser aplicado em prematuros no período pós-extubação. Nestes recém-nascidos o AFE parece ser seguro e benéfico a curto prazo.

DISCUSSÃO

Conforme os autores Leal e Xavier et al[6], a prática fisioterapêutica e parte da assistência multidisciplinar aos recém-nascidos pré-termo sob cuidados intensivos tem como objetivo prevenir e minimizar as complicações respiratórias decorrentes da própria prematuridade e da ventilação pulmonar mecânica, além de aperfeiçoar a função pulmonar de modo a facilitar as trocas gasosas, e assim, promover uma evolução clínica favorável.

Já Martins et al[7], ressalta que os recém-nascidos internados em unidades de terapia intensiva neonatal estão expostos a diversos estímulos nocivos, como luz e ruídos intensos, temperatura instável e frequentemente procedimentos invasivos e dolorosos. Por isso várias estratégias de humanização no atendimento têm sido propostas com o objetivo de tornar a permanência dos RN em ambiente de UTIN menos estressante e dolorosa. Sendo assim, a assistência fisioterapêutica contribui com os cuidados a esses pacientes durante a permanência na UTIN.

Os estudiosos Lanza e Kim et al[8], afirmam que os prematuros apresentam frequentemente doenças respiratórias e a abordagem fisioterapêutica faz parte do tratamento proposto nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatais. Quando necessária à remoção de secreção do trato respiratório inferior, podem ser utilizadas técnicas de higiene brônquica, como a vibração, a drenagem postural e a aspiração. A ênfase é direcionada às técnicas passivas ou de posicionamento para preservar a estrutura respiratória, evitando ou minimizando a dor e a manipulação excessiva.

Dessa forma Santos et al[9], aborda a importância das técnicas de desobstrução brônquica que são objetos de trabalho da fisioterapia respiratória, sendo definidas como a aplicação externa de uma combinação de forças para aumentar o transporte do muco nas vias aéreas em recém- nascidos. E essas técnicas de vibração mecânica e da percussão, são associadas à drenagem postural, para fluidificar e deslocar a secreção pulmonar de neonatos em VPM. Desde então estudos dos efeitos da fisioterapia respiratória em neonatos de alto risco tem sido realizados.

De acordo com Silva et al[10], o acompanhamento fisioterapêutico destes RN de risco proporciona uma estabilidade de variáveis hemodinâmicas, como frequência cardíaca (FC), manutenção funcional da circulação cerebral e de forma secundaria mantem as vias aéreas com fluxo menos turbulento possível com o mínimo de secreção. Pois, estes procedimentos permitem um aumento na permeabilidade e redução do número de fatores intrínsecos das vias aéreas e minimizam as complicações a que estes bebês estão susceptíveis a apresentar durante o período de internação.

Segundo Antunes et al[11], os avanços tecnológicos aumentaram a sobrevida de recém-nascidos de alto risco, com pesos de nascimento e idades gestacionais cada vez menores, os quais evoluem com elevada morbidade neonatal requerendo assistência multiprofissional. Para ele, diante desse quadro, a fisioterapia tem adquirido papel de destaque em várias situações, dentre elas o relaxamento muscular, posicionamento, manutenção de boa postura, promoção da auto-organização e o auxílio na ventilação pulmonar do neonato.

Mediante a implementação da fisioterapia nas UTIs, as técnicas respiratória vem sendo adaptadas à nossa atualidade, sendo estas tanto manobras re-expansivas quanto de higiene brônquica. Atualmente existem diversos cursos pelo Brasil que formam fisioterapeutas para atuar nessa área. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou em 2010, no diário oficial, a obrigatoriedade de especialização em neonatologia e pediatria para atuação de fisioterapeutas nas respectivas áreas hospitalares. Essa evolução na qualificação dos fisioterapeutas contribuiu para a segurança dos pacientes em unidades de terapia intensiva (UTI) pediátrica e neonatal[12].

Já para Guimarães et al[13], por ser o tratamento neonatal algo complexo, deve ser realizado precocemente e com uma equipe multidisciplinar, incluindo o atendimento fisioterapêutico. Sendo assim, necessita de maior organização e melhora na estrutura das atividades oferecidas por esse profissional. Por ser notória a importância da fisioterapia nas UTIN’s na melhoria no desenvolvimento desses RN, essa atuação do fisioterapeuta deve ser continua e uniforme para garantir melhores resultados e eficiência durante o tratamento.

CONCLUSÃO

Sabe-se que a atuação da Fisioterapia nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal é bastante importante, pois complementa a reversão do quadro no qual o paciente se encontra, já que existe uma equipe trabalhando para que isso aconteça. A Fisioterapia Neonatal demonstrou ser uma especialidade terapêutica benéfica a esses pacientes, tendo relevância na reversão dessas complicações e minimização de sequelas. O fisioterapeuta que trabalha nessa área, tem que ter um grau de conhecimento elevado, capacidade de atuar de forma responsável e competente.

Portanto, com base no estudo, pode-se concluir que a atuação da fisioterapia na UTI causa uma interferência positiva no tratamento dos recém-nascidos, com menor índice de mortalidade. Sendo essa atuação mais ampla, com necessidade da elaboração continuada de outras recomendações para orientação de sua prática clínica, com finalidade de melhorar a segurança ao usuário na UTIN e tendo repercussões benéficas.

REFERÊNCIAS

1. Vasconcelos GAR, Almeida RCA, Bezerra AL. Repercussões da fisioterapia na unidade de terapia intensiva neonatal Fisioterapia Mov. 2011 jan./mar;24(1):65-73.

2. Rodrigues JLV, Araújo MVM. Abordagem dos fisioterapeutas das unidades de terapia intensiva neonatais sobre o uso da ventilação não invasiva. An da Jor de Fisioterapia da UFC. Fortaleza, 2010; 1(1): 37-38.

3. Selestrin CC, Oliveira AG, Ferreira C, Siqueira AAF, Abreu LC, Murad N. Avaliação dos parâmetros fisiológicos em recém-nascidos pré-termo em ventilação mecânica após procedimentos de fisioterapia neonatal. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano 2007; 17(1): 146-155.

4. Liberali J, Davidson J, Santos AMN. Disponibilidade de assistência fisioterapêutica em unidades de terapia intensiva neonatal na cidade de São Paulo. Revista Brasileira Ter Intensiva. 2014; 26(1): 57-64.

5. Nicolau CM, Falcão MC. Efeitos da fisioterapia respiratória em recém-nascidos: análise crítica da literatura. Revista Paul Pediatria 2007; 25(1): 72-5.

6. Seania SL et al, Xavier L, Sousa CM, Sousa ECC, Rocha CM, Souza GS, Lelis APM, Dourado EM, Edite M et al. Avaliação da dor durante a aspiração endotraqueal pós-fisioterapia respiratória em recém-nascido pré-termo ConScientiae Saúde, vol. 9, núm. 3, 2010, pp. 413-422.

7. Martins R, Silva MEM, Honório GJS, Paulin E, Schivinski CIS. Técnicas de fisioterapia respiratória: efeito nos parâmetros cardiorrespiratórios e na dor do neonato estável em UTIN. Revista Brasileira Saúde Maternidade Infantil, Recife, 13 (4): 317-327 out. / dez., 2013.

8. Steidl EMS, Gerzson LR, Antunes VP, Ferreira VP. Fisioterapia Neonatal: Histórico e Evolução. Promovendo Saúde na Contemporaneidade: desafios de pesquisa, ensino e extensão Santa Maria, RS, 08 a 11 de junho de 2010.

9. Theis RCSR , Gerzson LR, Carla, Almeida CS. A atuação do profissional fisioterapeuta em unidades de terapia intensiva neonatal. Cinergis, Santa Cruz do Sul, 17(2):168-176, abr./jun. 2016 ISSN: 2177-4005.

10. Lanza FC, Kim AHK, Silva JL, Vasconcelos A, Tsopanoglou SP. A vibração torácica na fisioterapia respiratória de recém-nascidos causa dor? Revista Paul Pediatria 2010; 28(1): 10-4.

11. Santos MLM, Souza LA, Batiston AP, Palhares DB. Efeitos de técnicas de desobstrução brônquica na mecânica respiratória de neonatos prematuros em ventilação pulmonar mecânica. Revista Brasileira Ter Intensiva. 2009; 21(2):183-189.

12. Silva APP, Formiga CKMR. Perfil e Características do Trabalho dos Fisioterapeutas Atuantes em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal na cidade de Goiânia – GO. Revista Movimenta; Vol. 3, N 2 (2010).

13. Antunes LCO, Silva EG, Bocardo P, Daher DR, Faggiotto RD, Rugolo LMSS. Efeitos da fisioterapia respiratória convencional versus aumento do fluxo expiratório na saturação de o2, frequência cardíaca e frequência respiratória, em prematuros no período pós-extubação. Rev. bras. Fisioterapia. Vol.10, No. 1 (2006), 97-103.

14. Johnston C, Zanetti NM, Comaru T, Ribeiro SNS, Andrade LB, Santos SLL. I Recomendação brasileira de fisioterapia respiratória em unidade de terapia intensiva pediátrica e neonatal. Revista Brasileira Ter Intensiva. 2012; 24(2): 119-129.

15. Guimarães ISS, Pereira AS. Atuação do fisioterapeuta em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal nos hospitais da rede pública do Distrito Federal. RESC, vol. 02, N 02, ano 2012.

16. Presto B, Luciana D. Fisioterapia na UTI. 2a Ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2009.

17. Nozawa E, Sarmento GJV, Vega JM, Costa D, Silva JEP, Feltrim MIZ. Perfil de fisioterapeutas brasileiros que atuam em unidades de terapia intensiva. Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, v.15, n.2, p.177-82, abr./jun. 2008.

O EFEITO DO ESTÁGIO MATURACIONAL E APTIDÃO FÍSICA NO CONTROLE COGNITIVO EM CRIANÇAS

THE EFFECT OF MATURATIONAL STAGE AND PHYSICAL FITNESS IN COGNITIVE CONTROL IN CHILDREN

EL EFECTO DE LA ETAPA DE MADURACIÓN Y LA APTITUD FÍSICA SOBRE EL CONTROL COGNITIVO EN NIÑOS

Kaline Brito dos SANTOS[24]
Jebson Ferreira da SILVA[25]
Weslley Quirino Alves da SILVA[26]

RESUMO

A inatividade física na infância vem crescendo nos últimos anos, esse comportamento pode levar a prevalência de doenças crônicas como também influenciar o declínio da capacidade cognitiva e desempenho escolar. Estudos afirmam associação positiva da capacidade cognitiva com a prática de atividade física regular em crianças e adolescentes. No entanto, a melhora da cognição parece sofrer influência de outros fatores, como exemplo a maturação. OBJETIVO**:** Verificar a associação entre capacidade cognitiva, aptidão física e estágio maturacional. MÉTODO: 27 crianças de ambos os sexos (10,6 ± 0,6 anos; 139,9 ± 8,6 estatura; 33,5 ± 6,9 peso; 16,9 ± 2,3 IMC; 26,7 ± 6,7 % de gordura), realizaram os testes de maturação pelo pico de velocidade do crescimento (PVC), Léger para avaliar a aptidão física(VO2max) e o teste de Stroop para avaliar a capacidade cognitiva. Para o registro do teste Stroop foram adotados o tempo de reação (TR) e o números de erros (NE). Foi utilizado a correlação Pearson para relacionar o TR e NE com aptidão físico (VO2max) e estágio maturacional. RESULTADOS: Foi encontrado relação positiva do NE do teste Stroop com VO2max (r=0,39; p=0,04) e negativa do NE com o PVC (r=-0,42; p=0,03). Enquanto, o TR do teste Stroop, não houve

[24] Discente de Educação Física pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: kalinebrito@ymail.com).
[25] Discente de Educação Física pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: jebsonsilva@outlook.com).
[26] Mestrado em Educação Física - UFRN/2016, Graduado em Educação Física Bacharelado - UNP/2011, Bolsista CNPq e Pesquisador do Grupo de Estudo em Atividade Física, Cognição e Comportamento (NEUROex/UFRN), Professor Universitário do Curso de Educação Física do UNICEUNA, (E-mail: weslleyquirino@gmail.com).

correlação com o VO2max e PVC (p>0,05). CONCLUSÃO: O desempenho cognitivo foi inversamente proporcional à aptidão física. No entanto, o avanço do estágio maturacional foi associado ao desempenho cognitivo. Esses resultados demonstram a importância de monitorar o estágio maturacional quando associar a aptidão física e o desempenho cognitivo.

Palavras-chave: Função executiva; Condicionamento físico; Pico de velocidade do crescimento

ABSTRACT

Physical inactivity in childhood has been increasing in recent years, this behavior can lead to the prevalence of some chronic diseases as also to influence the decline of the cognitive capacity, thus compromising the school performance. Studies affirm that positive association of cognitive ability is associated with the practice of regular physical activity in children and adolescents. However, cognition improvement seems to be influenced by other factors, such as maturation. OBJECTIVE**:** To verify the association between cognitive ability, physical fitness and maturational stage. METHOD: Twenty-seven children of both sexes (10.6 ± 0.6 years, 139.9 ± 8.6 height, 33.5 ± 6.9 weight, 16.9 ± 2.3 BMI, 26.7 ± 6.7% fat), performed maturity tests for peak growth velocity (PVC), Léger to assess physical fitness for VO2max and Stroop test to assess cognitive ability. For the Stroop test, the reaction time (TR) and error numbers (NE) were adopted. Pearson correlation was used to correlate TR and NE with physical fitness (VO2max) and maturational stage. RESULTS: A positive correlation was found for the NE of the Stroop test with VO2max (r = 0.39, p = 0.04) and negative for the NE with PVC (r = -0.42, p = 0.03). While the TR of the Stroop test, there was no correlation with VO2max and PVC (p> 0.05). CONCLUSION: Cognitive performance was inversely proportional to physical fitness. However, the advancement of the maturational stage was associated with cognitive performance. These results demonstrate the importance of monitoring the maturational stage when associating physical fitness and cognitive performance.

Keywords: Executive function; Physical fitness; Peak growth velocity

RESUMEN

La inactividad física en la infancia ha ido en aumento en los últimos años, este comportamiento puede conducir a la prevalencia de enfermedades crónicas, así como influir en la disminución de la capacidad cognitiva y el rendimiento escolar. Los estudios afirman una asociación positiva de

la capacidad cognitiva con la práctica de actividad física regular en niños y adolescentes. Sin embargo, la mejora en la cognición parece estar influenciada por otros factores, como la maduración. OBJETIVO: Verificar la asociación entre capacidad cognitiva, aptitud física y etapa de maduración. MÉTODO: 27 niños de ambos sexos (10,6 ± 0,6 años; 139,9 ± 8,6 altura; 33,5 ± 6,9 peso; 16,9 ± 2,3 IMC; 26,7 ± 6, 7% de grasa), realizaron las pruebas de maduración para la velocidad máxima de crecimiento (PVC), Léger para evaluar la condición física (VO2max) y la prueba de Stroop para evaluar la capacidad cognitiva. Para el registro de la prueba de Stroop se adoptó el tiempo de reacción (TR) y el número de errores (NE). Se utilizó la correlación de Pearson para correlacionar la RT y la NE con la aptitud física (VO2max) y la etapa de maduración. RESULTADOS: Se encontró una relación positiva entre el NE de la prueba de Stroop y el VO2máx (r = 0,39; p = 0,04) y una relación negativa entre el NE y el PVC (r = -0,42; p = 0,03). Mientras que el TR de la prueba de Stroop, no hubo correlación con el VO2max y PVC (p> 0.05). CONCLUSIÓN: El rendimiento cognitivo fue inversamente proporcional a la aptitud física. Sin embargo, el avance de la etapa de maduración se asoció con el rendimiento cognitivo. Estos resultados demuestran la importancia de monitorear la etapa de maduración al asociar la aptitud física y el rendimiento cognitivo.

Palabra clave: Función ejecutiva; Aptitud física; Velocidad máxima de crecimiento.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento cognitivo infantil inadequado é um problema de saúde pública mundial, uns dos principais fatores que podem influenciar os processos cognitivos de evolução da memória, linguagem, percepção e pensamento nessas condições são a alimentação, nível socioeconômico, obesidade e comportamento sedentário, (World Health Organization, 2013). A inatividade física em crianças e adolescentes vem aumentando nos últimos anos, levando a prevalência de doenças metabólicas, como a obesidade, hipertensão, diabetes (GUIMARÃES, 2013; REILLY et al., 2016). Evidências apresentam que o comportamento sedentário e aumento do índice de massa corporal (IMC) podem influenciar no declínio da função cognitiva, comprometendo assim o desempenho escolar (SONG et al., 2016). Portanto, são necessários estudos que verifiquem esta relação entre cognição, aptidão física e estágio maturacional.

Estudos relatam que a melhora da capacidade cognitiva está associada à prática de atividade física regular em crianças e adolescentes (HILLMAN et al., 2009). Principalmente no desempenho de tarefas que envolvem leitura e matemática, no qual parece estar relacionada com a aptidão física (HILLMAN et al., 2008). Dessa forma, a atividade física parece atuar também na prevenção e no tratamento de déficits cognitivos (HILLMAN et al., 2008). No entanto, não está claro os mecanismos da cognição associados ao nível de condicionamento.

Outra linha de evidências apresenta que o estágio maturacional pode influenciar o controle cognitivo (MALINA et al., 2004). Estudos relatam que analisar o estágio maturacional no contexto de classificação de crescimento e desenvolvimento é importante para entender diversos mecanismos relacionados ao amadurecimento do indivíduo (MIRWALD et al., 2002). Principalmente em relação à cognição, no qual, o córtex pré-frontal (CPF) está associado ao desenvolvimento das funções executivas como: controle inibitório, tomada de decisão, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva. Umas das áreas do cérebro com uma menor atividade cerebral (CPF) podem ocasionar prejuízos no controle inibitório em obesos, isso pode estar relacionado ao fator de não conseguir inibir desejos pelos alimentos, uma vez que esse fator pode influenciar no comportamento sedentário consequentemente menor aptidão física e diminuição desempenho cognitivo (CASEY et al., 2008).

Uma das formas de mensurar o desempenho cognitivo é pelo teste Stroop, no qual um software de palavras conhecida para avaliar as funções cognitivas, obtendo confusão e conflito nas respostas pela oposição de palavras e cores (SCHACK et al., 1999). Outro teste bastante conhecido para avaliar a função cognitiva é o Flanker, utilizado para avaliar a flexibilidade cognitiva em crianças e adolescentes (cogtestplc, london) (ERIKSEN, 1974). Essa é uma ferramenta que pode ser útil para avaliarmos a capacidade de resposta em relação à velocidade e processamento atenção/informação, memória e controle cognitivo.

Enquanto para avaliar o nível maturacional, pode ser utilizado alguns métodos como: maturação óssea, maturação dental, maturação somática ou Pico de velocidade do crescimento (PVC), (MALINA et al., 2004). Os principais achados são que

capacidade cognitiva está relacionado ao estágio maturacional do indivíduo. Estudo de Romine&Reynods (2005), relata que função executiva se desenvolver desde infância ao longo da adolescência até a vida adulta que no decorrer dos anos há amadurecimento nas funções frontais do cérebro (córtex pré-frontal) de acordo com idade cronológica do indivíduo.

Desta forma, avaliar o efeito do controle cognitivo das crianças em nosso estudo será importante para verificar o efeito da aptidão física e o pico de velocidade do crescimento (PVC) estão relacionados com as funções cognitivas. Sendo assim o objetivo do nosso estudo é verificar o efeito da aptidão física e estágio maturacional no controle cognitivo em crianças.

JUSTIFICATIVA

Embora esteja bem claro na literatura científica a relação entre aptidão cardiorrespiratória e desempenho de diversos subdomínios da capacidade cognitiva em crianças, esta relação está limitada quando avaliamos o estágio maturacional. Além disso, nenhum dos estudos supracitados investigou a relação entre aptidão cardiorrespiratória, maturação e controle cognitivo. É importante destacar que, o nível maturacional da criança pode influenciar no seu desenvolvimento cognitivo, talvez seja umas das explicações para entender os mecanismos do declínio cognitivo. Portanto, torna-se essencial investigar e estabelecer a relação entre maturação, aptidão cardiorrespiratória e capacidade cognitiva em crianças.

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

Estudo do tipo transversal com o controle cognitivo como variável independente, enquanto as respostas do condicionamento físico e o estágio maturacional variável dependente.

População e Amostra

Foram selecionadas 27 crianças de ambos os gêneros com idade entre 9 e 11 anos, 13 meninos e 14 meninas para participar do presente estudo. Foi realizado o convite em escola e particular da região de Natal para participarem do processo de avaliação.

Instrumentos / Procedimentos de Coleta de Dados

Todos os sujeitos receberam esclarecimentos individuais a respeito dos objetivos, procedimentos utilizados, possíveis benefícios e riscos atrelados à execução do estudo, e condicionará sua participação de modo voluntário mediante assinatura dos responsáveis ao termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) conforme as normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisa envolvendo seres humanos. O recrutamento deste foi realizado por meio de convite em uma escola privada fundamental dos anos iniciais.

A sessão de triagem inicialmente foi realizada através do questionário PAR-Q para avaliar as crianças antes de iniciar a praticar atividade física durante o teste. Sendo como principal objetivo desde questionário identificar possíveis limitações e restrições existentes na saúde das pessoas que pretendem praticar exercício físico.

Em seguida os participantes foram submetidos à avaliação antropométrica conduzida por um único avaliador. As avaliações antropométricas foram realizadas em um ambiente reservado, localizada no laboratório do grupo de estudos e pesquisa em cognição, comportamento e exercício físico NEURO ex na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A estatura em metros (m), para a massa corporal (em kg) será utilizada uma balança digital.

Os participantes foram conduzidos para uma simulação de teste, onde foi realizado a familiarização com o teste Stroop onde analisamos o tempo de reação (TR) e número de erros (NE). Em seguida realizaram o teste Lérger no ginásio poliesportivo localizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para avaliar aptidão física dos participantes.

Desenho experimental prático

1º Momento	2º Momento	3º Momento
AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA	TESTE CONTROLE	TESTE LÉGER

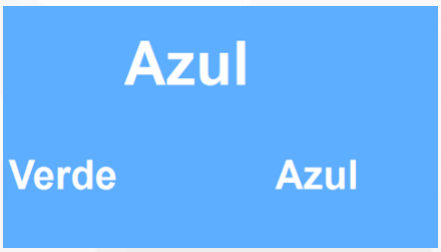
Ferramentas de medidas que serão avaliados

Teste Stroop

Um software de palavras conhecido como para avaliar capacidade cognitiva sobre tento de reação (TR) e números de erros (NE) obtendo conflito e confusão nas respostas pela oposição de palavras e cores seguindo protocolo Córdova et al. (2008). O teste possui três etapas, duas congruentes e uma incongruente, deve-se apertar sempre as setas direita (→) ou esquerda (←). Inicialmente é explicado como funciona o teste e avisado quando a escolha for errada. Na segunda é permitido que o voluntário tire dúvida. Na terceira vez ele realiza sem explicação e retirada de dúvida.

- 1ª etapa no centro do monitor os retângulos de cor verde, azul, vermelho e preto irá apresentar individualmente. De acordo com a cor que se encontrar no quadrado.

- 2ª etapa tantos os estímulos quantos as respostas foram exibidas nas cores das palavras, ou seja, nesta etapa deverá escolher a seta para direita ou esquerda de acordo com a palavra acima.



- 3ª etapa identificar a cor que a palavra está escrita e não o significado da palavra. Está etapa é aquela que causa o efeito Stroop. Todos os voluntários realizarão três vezes a sequência de tarefas das três etapas como forma de aprendizagem.

Maturação

A idade no pico de velocidade do crescimento (PVC) e a predição da estatura adulta constituem indicadores da maturação somática. O primeiro permite conhecer a idade em que ocorre o ponto de crescimento máximo e a velocidade de crescimento. Bem como, a idade do início do salto de crescimento, determina-se subtraindo a idade do PVC à idade cronológica atual. Utilizando assim as variáveis: estatura, o comprimento do membro inferior e a altura sentado (MIRWALD ET AL., 2002).

Teste Lérger

Multistage 20-m shuttle run. Proposto por Léger (1984), utilizado pela literatura cientifica para verificar o nível de aptidão física progressivo em crianças (BATISTA et al., 2013; MAYORGA-VEJA et al. 2015). O Teste é feito em uma quadra ou espaço plano, os números de participantes para grupos é de 6 a 10 pessoas.

O avaliado deslocar-se de um cone a outro compreendendo uma distância de 20m, invertendo o sentido do percurso e retornando ao cone oposto. O ritmo de deslocamento ocorrer em concordância com sinais sonoros (bips) emitidos por um áudio gravado especificamente para a execução do teste.

A velocidade inicial do teste de 8,0 km/h, com um aumento progressivo de 0,5 km/h a cada minuto, com exceção do primeiro minuto. À medida que a velocidade do teste aumentar, o intervalo entre os sinais sonoros diminuirá. Ao término de um estágio é sinalizado com 2 bips consecutivos e com uma voz avisando o número do estágio concluído. A duração do teste de acordo com o nível de aptidão cardiorrespiratória de

cada pessoa, sendo máximo e progressivo, menos intenso no início e se tornando mais intenso no final, perfazendo um total possível de 21 minutos.

Critérios de inclusão e exclusão

Para critérios de inclusão crianças entre 9 e 11 anos, de ambos os gêneros, praticantes ou não de atividade física. Foram ainda incluídas apenas as crianças que apresentarem o termo de consentimento e assentimento devidamente assinado por seus responsáveis e por si, respectivamente. Para critérios de exclusão caso alguma criança sinta-se mal em alguns dos procedimentos, seja ele físico ou mental, (neurológico, cardiovascular, limitação articulares, respiratórios), ou se responder (sim) em algumas das alternativas do questionário PAR-Q, ou por alguma outra razão, não complete as sessões de avaliação, será excluída da amostra.

Procedimentos Estatísticos

Para análise de normalidade dos dados foi utilizado o teste de Shapiro-wilk. Os dados paramétricos representados com média e desvio-padrão (DP) e com mediana e DP para dados não paramétricos. Para testar a associação entre desempenho cognitivo, maturação e aptidão física, foi utilizada a correlação de Pearson para dados os paramétricos, e Spearman para dados não paramétricos. Foram considerados valores significativos com o $p<0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1. Caracterização da amostra (n = 27)

Variáveis	Média ± DP
Idade (anos)	10,6 ± 0,6
Peso (kg)	33,5 ± 6,9
Estatura (cm)	139,9 ± 8,6
IMC (kg/m²)	16,9 ± 2,3
Gordura (%)	26,7 ± 6,7

Ao verificar o teste Stroop houve relação negativa do número de erros (NE) com o Pico Velocidade do crescimento (PVC) (r=-0,42; p=0,03) (**Figura A).** Em relação ao teste Stroop (NR) e teste Léger (Vo2max) foi encontrado relação positiva do número de erros (NE) do teste Stroop com VO2max (r=0,39; p=0,04) (**Figura B**). Enquanto, o TR do teste Stroop, não houve correlação com o VO2max e PVC (p>0,05)**.**

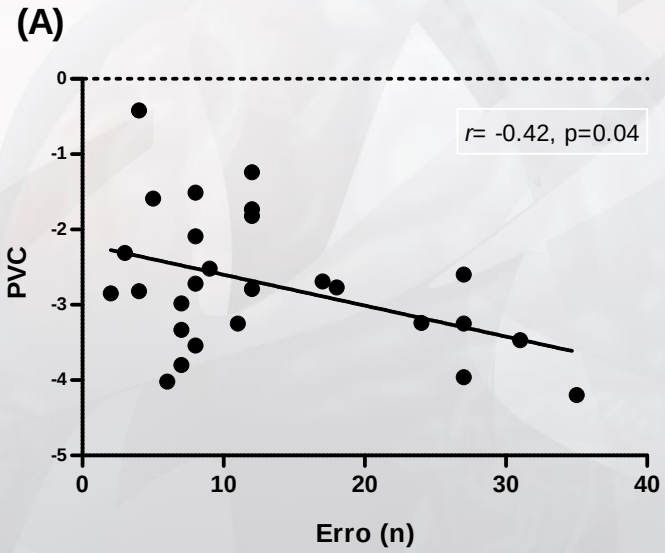


Figura A. Dispersão números de erros (Stroop) e pico de velocidade do crescimento (PVC)

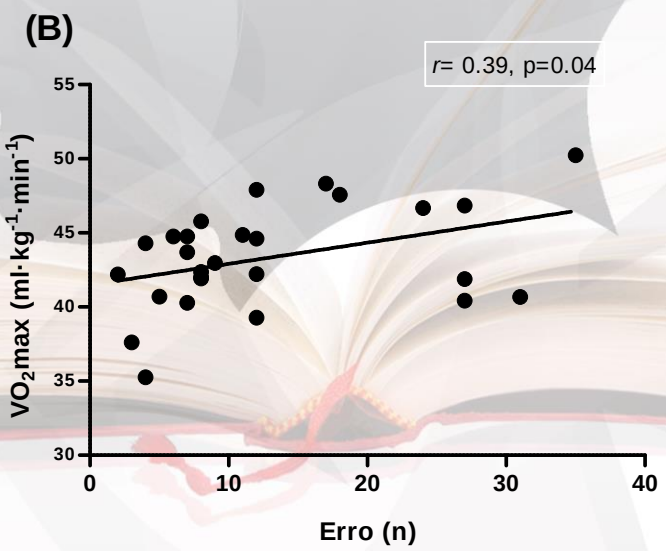


Figura B. Dispersão números de erros (Stroop) entre $VO_{2máx.}$

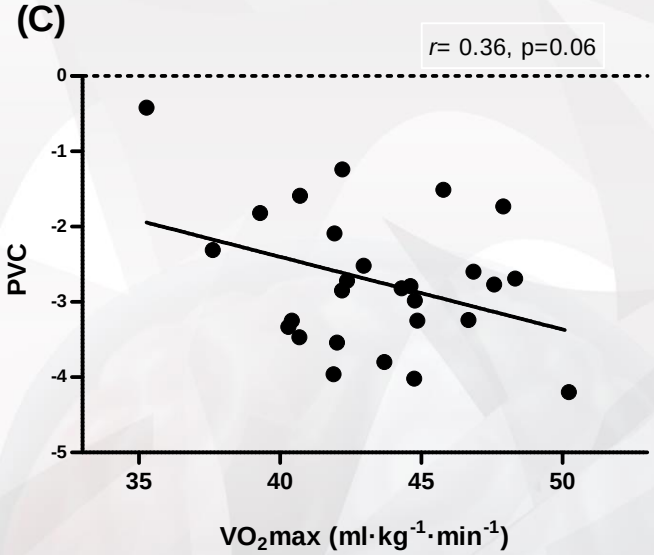


Figura C. dispersão vo2max e pico velocidade do crescimento

DISCUSSÃO

O presente estudo investigou o efeito do estágio maturacional e aptidão física no controle cognitivo. Os principais achados que a aptidão física e pico de velocidade do crescimento pode melhorar o desempenho cognitivo em crianças. No entanto avaliação da tarefa de inibição foi adotado o teste Stroop. Os resultados do nosso estudo foram analisados pelo tempo de reação (TR) e o número de erros dos estímulos incongruentes que são responsáveis pelo controle inibitório.

Muito se discutiu - se o conceito de função executiva como um conjunto de funções cognitivas, localizadas no córtex pré-frontal, e que são responsáveis por direcionar comportamentos para a consecução de metas, avaliando a eficiência desses no controle cognitivo, atenção sustentada e inibição de impulsos (ABERG 2009) Sendo assim, observamos na figura A, a quantidade do número de erros do teste Stroop com o pico de velocidade do crescimento houve uma correlação negativa porém houve significância, ou seja , quanto mais próximo da estagio ideal maturacional as crianças erravam menos durante o teste Stroop.

Evidências cientificas apresentam que o amadurecimento destas regiões frontais permite à criança uma maior capacidade de concentração, autocontrole e atenção devido ao funcionamento adequado do controle inibitório. Estudo relata que a função executiva se desenvolver desde infância ao longo da adolescência até a vida adulta (ROMINE, 2005). Os autores categorizaram as faixas etárias em intervalos de três anos para verificar o tamanho do efeito global e componentes específicos de alterações do desempenho das funções frontal do cérebro idade cronológica. Perceberam que no decorrer dos anos, há desenvolvimento (amadurecimento) do córtex pré-frontal no decorrer da idade cronológica.

Dessa forma, é possível inferir que, nas crianças que ainda não atingiram o PVC, encontra se atrasadas em relação ao desempenho cognitivo as modificações fisiológicas observadas em direção à maturação são importantes para compreender uns dos mecanismos relacionados no desempenho cognitivo em crianças.

Quando analisamos o teste de Stroop (número de erros) com aptidão física (VO_{2max}) na Figura B, percebe-se houve correlação positiva e significância, onde crianças com menor aptidão física obterão melhor desempenho no teste. Dessa forma, o exercício físico pode atuar de forma benéfica na função executiva (Castelli et al. 2011). Assim como a baixa aptidão física mensurada pelo máximo consumo de oxigênio (VO2máx) está associada a um baixo desempenho cognitivo. No entanto para compreensão deste fato, resultamos a necessidade de estudos que analisem estas variáveis. Vários estudos têm associado aptidão física na contribuição do desempenho escolar Castelli e Buck (2005) sugerem que a atividade física pode influenciar no desempenho escolar, através de um conjunto de mecanismos diretos e indiretos, físico, cognitivos, emocionais e de aprendizagem. Sendo assim a atividade física exerce efeitos positivos e importante no desempenho físico, cognitivo e na aquisição de valores sociais.

Em relação ao tempo de reação (TR) em relação ao pico de velocidade do crescimento e vo2max não houve correlação, uma explicação possível e que maiorias das crianças estavam abaixo do pico de velocidade do crescimento assim consideradas atrasadas tiveram menor desempenho cognitivo passavam mais tempo para responder ao

estímulo. Nos resultados de Lagattuta et al. (2011) às diferenças entre os tempo de reação do teste Stroop dos grupos etários estudados (8 a 11 anos e adultos), indicando um declínio constante dos Tempo de Reação ao longo das idades, ou seja, os participantes são mais rápidos ao longo das idades.

Essas diferenças encontradas entre as condições congruentes e principalmente incongruente é bastante robusta na literatura científica na área em diversos estudos evidenciando o efeito Stroop (KULAIF, 2005; HANAUER & BROOKS, 2005; HIPPOLYTE, et al., 2009; LORSBACH & REIMER, 2010; THIBAUT, et al., 2011; LAGATTUTA, et al., 2011). No entanto está claro mecanismos relacionados as seguintes variáveis maturação, cognição e aptidão física. Algumas limitações devem ser consideradas em nosso estudo a sala disponível na escola para realização dos testes, barulho de outras salas, aspectos externos como quadra esportiva não coberta, conseguir as 27 crianças para realização da nossa pesquisa. De qualquer modo uma análise envolvendo maior números de crianças favoreceria, provavelmente, um resultado mais elucidativo.

CONCLUSÃO

O desempenho cognitivo foi inversamente proporcional a aptidão física. No entanto, o avanço do estágio maturacional foi associado ao desempenho cognitivo. Esses resultados demonstram a importância de monitorar o estágio maturacional quando associar o condicionamento físico e o desempenho cognitivo para entender os mecanismos relacionados ao controle cognitivo em crianças.

REFERÊNCIAS

ABERG, M. et al. Cardiovascular fitness is associated with cognition in young adulthood. **ProcNatlAcadSci USA**, v. 106, p. 20906–20911, 2009.

BATISTA, M. B. et al. Validity of equations for estimating V[combining dot above]O2peak from the 20-m shuttle run test in adolescents aged 11-13 years. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 27, n. 10, p. 2774–2781, out. 2013.

BARTAX- JONES, A. D. G.; EISENMANN, J C.; SHERAR, L. B. Controlling for maturation. **Pediatric Exercise Science**, n. 17, p. 18-30, 2005.

BOGIN, B. Patterns of Human Growth. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press; 1999. 472 p

CASEY, B. J.; JONES, R. M.; HARE, T. A. The Adolescent Brain. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1124, p. 111–126, mar. 2008.

Centers for Disease Control and Prevention. The association between school based physical activity, including physical education, and academic performance. Atlanta, GA: U.S. Department of Health and Human Services; 2010.

CHODZKO-ZAJKO, W. J.; MOORE, K. A. Physical fitness and cognitive functioning in aging. **Exerc Sport SciRev**, v. 22, p. 195-220, 1994.

CÓRDOVA, C.; KARNIKOWSKI, M.; PANDOSSIO, J.; NÓBREGA, O. Caracterização de respostas comportamentais para o teste de Stroop computadorizado Testinpacs. **Neurociências**, v. 4, p. 75-79, 2008.

CUMMING, S, P.; STANDAGE, M.; GILLISON, F, B.; DOMPIER, T.; MALIMA, R, M. Biological maturity status, body size, and exercise behavior in British youth: A pilot study. **Journal of Sports Sciences**. v. 27, n. 7. p. 677- 686. 2009.

ELLIS, B. J. Timing of pubertal maturation in girls: An integrated life history approach. Psychological Bulletin, v. 130, n. 6, p. 920- 958, 2004.

ERIKSEN, B. A.; ERIKSEN C. W. Effects of noise letters upon the identification of a target letter in a nonsearch task. **Percept psychology**, v. 16, p. 143-149, 1974.

ERICKSON, K. et al. Exercise training increases size of hippocampus and improves memory**. ProcNatlAcadSci USA**, v. 108, p. 3017–3022, 2011.

FILHO, D. R. M.; LOPES, G. C.; OLIVEIRA-JÚNIOR, A. V. avaliação da maturação em crianças jovens. **Revista hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 12, n. 4, p. 38-46, 2013.

GLANER, M, F. Tendência secular do crescimento físico e índico de massa corporal em escolares. **Revista Mineira de Educação Física**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 59-69, 2002.

GUEDES D. P. et al. Atividade física habitual e aptidão física relacionada à saúde em adolescentes. **Rev. Bras. Ciência. e Movimento**, 2002.

GUEDES, D.P. Implicações associadas ao acompanhamento do desempenho motor de crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.21, p.37-60, 2007.

GUIMARÃES, R. D. E. F. Atividade física, hábitos alimentares e comportamento sedentário: associação com o IMC e o perfil metabólico em adolescentes de Curitiba,

Paraná,Jul. 2013.

HANNA, K.M.; ANTUNES, RUTH, F. S.; RICARDO, C., RONALDO, V.T.S.; ORLANDO, F.A. B.; MARCO, T. M. Exercício físico e função cognitiva: uma revisão: **Revista Brasileira de Medicina Esporte**, v. 12, n 2. p. 108. 2006.

HANAUER, J. B.; BROOKS, P. J. Contributions of response set and semantic relatedness to cross-modal Stroop-like picture–word interference in children and adults. **Journal of Experimental Child Psychology**, 90, pp. 21–47,2005.

HILLMAN, H.; CASTELLI, M.; Buck, M. Aerobic fitness and neurocognitive function in healthy preadolescent children. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 37, p. 1967–1974, 2005.

HILLMAN, C. H.; ERICKSON, K. I.; KRAMER, A. F. Be smart, exercise your heart: exercise effects on brain and cognition. **Nat Rev Neurosci.**, v. 9, n. 1, p. 58–65, 2008.

HILLMAN, C. H. et al. The effect of acute treadmill walking on cognitive control and academic achievement in preadolescent children. **Neuroscience**, v. 159, n. 3, p. 1044–1054, mar. 2009.

HIPPOLYTE, L.; Iglesias, K.; Barisnikov, K. A New emotional Stroop-like task: application to the down syndrome population. **ArchivesofClinicalNeuropsychology**, 24, pp. 293-300, 2009.

KULAIF, T. O teste de cores e palavras de Stroop modificado para analfabetos. 2005. 72 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Neurociências e Comportamento, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LAGATTUTA, K. H.; Sayfan, L.; MONSOUR, M. A new measure for assessing executive function across a wide age range: children and adults find happy-sad more difficult than day-night. **Developmental Science**, v. 14, p 481–489, 2011.

LORSBACH, T. C.; Reimer, J. F. Developmental differences in the use of task goals in a cued version of the Stroop task. **British Journal of Developmental Psychology**, 29, pp. 138-147.2010.

MAYORGA-VEGA, D.; AGUILAR-SOTO, P.; VICIANA, J. Criterion-Related Validity of the 20-M Shuttle Run Test for Estimating Cardiorespiratory Fitness: A Meta-Analysis. **Journal of Sports Science & Medicine**, v. 14, n. 3, p. 536–547, set. 2015.

MALINA R. M.; BOUCHARD, C. Atividade Física do jovem atleta: do crescimento a maturação. 1ªEdição, São Paulo: Rocca; 2002.

MALINA, R.; BOUCHARD, C.; BAR-OR O. Growth, maturation and physical activity. **Champaing, IL: Human Kinetics**; 2.ed. 2004.

MALINA, R. M. Growth and maturation: basic principles and effects of training.

Children and Youth in Organized Sports. Coimbra: Coimbra University Press. p. 137-61. 2004.

MALINA, R. M.; KATZMARZYK, P. T. Physical activity and fitness in international growth standard for preadolescent and adolescent children, Food and nutrition Bulletin, v. 27, n 4 SUPPL. 2006.

MALINA, R.; BOUCHARD, C.; BAR-OR, O. Crescimento maturação e atividade física. **São Paulo: Phort**. 784. 2009.

MIRWALD, R. L. et al. An assessment of maturity from anthropometric measurements. **Medicine & Science in Sports & Exercise,** 34, p. 689-694, 2002.

PATE, R.R. The evolving definition of physical fitness. **Quest, Champaign**, v.40, n.3, p.174-9, 1988.

REILLY, J. J. et al. Results From Scotland's 2016 Report Card on Physical Activity for Children and Youth. **Journal of Physical Activity & Health**, v. 13, n. 11 Suppl 2, p. S251–S255, nov. 2016.

ROMINE, C. B.; REYNODS C. R. A model of the development of frontal lobe functioning: findings from a meta – analysis. **Appl Neuropsychol**, v. 12, p. 190-201. 2005.

SCHACK, B. et al. Instantaneous EEG coherence analysis during the Stroop task. **Clinical Neurophysiology: Official Journal of the International Federation of Clinical Neurophysiology**, v. 110, n. 8, p. 1410–1426, ago. 1999.

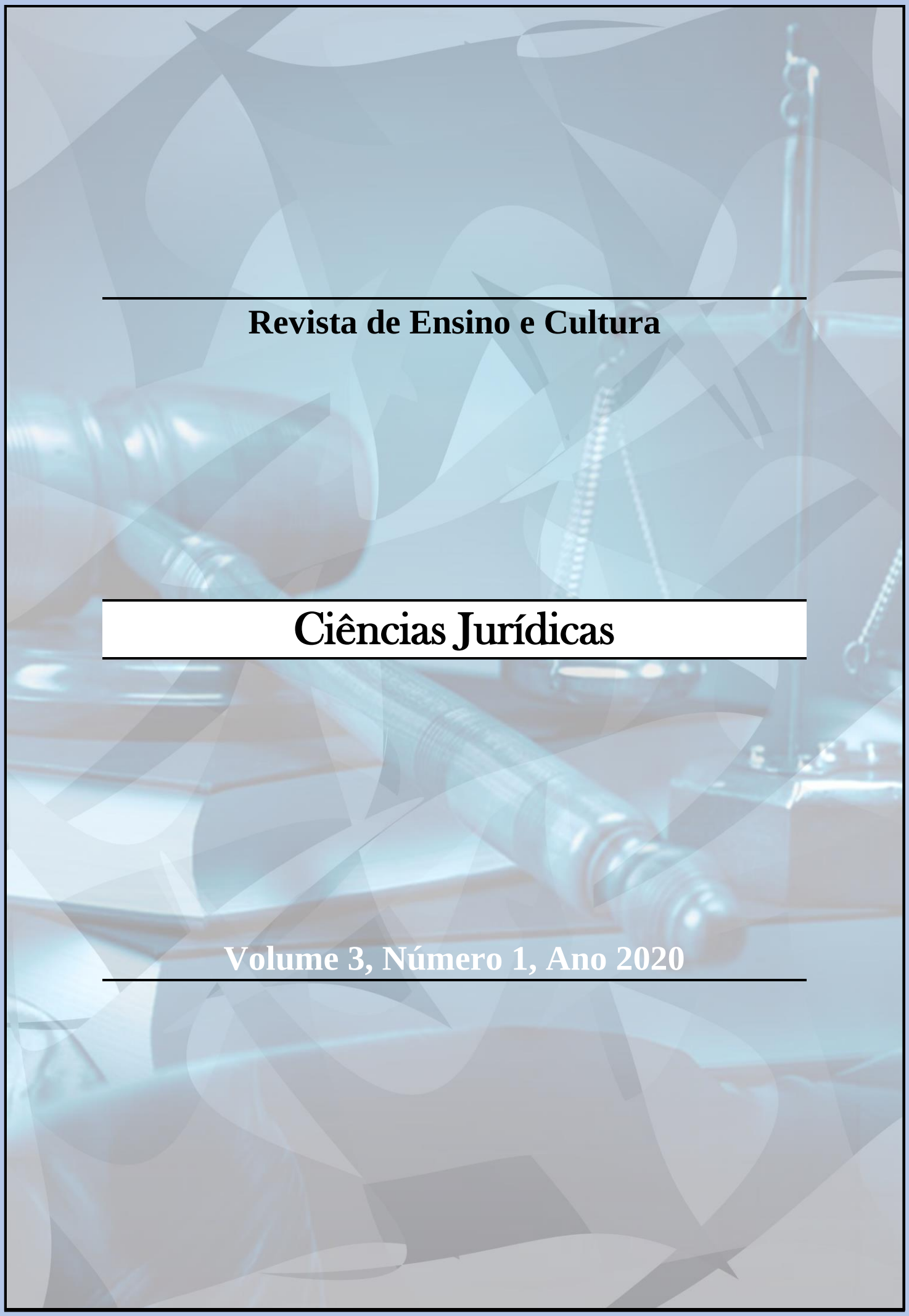
SONG, T.F.; CHI, L; CHU, C.H.; CHEN, F.T., Zhou, C.; CHANG, Y.K. Obesity, Cardiovascular Fitness, and Inhibition Function: An Electrophysiological Study. **Front. Psychol,** v 7, 2016.

SUUTUAMA, T.; RUOPPILA, I. Associations between cognitive functioning and physical activity in two 5-year follow-up studies of older finish persons**. J Aging Phys Act**, v. 6, p. 169-83, 1998.

THIBAUT, J. P.; FRENCH, R.; VEZNEVA, M.; GÉRARD, Y.; GLADY, Y. Semantic Analogies by Young Children: Testing the Role of Inhibition. **European Perspectives on Cognitive Science**, pp. 136-140. 2011.

VICENTE-RODRÍGUEZ, G. How does exercise affect bone development during growth? **Sports medicine**, v. 36, n. 7. p. 561- 569, 2006.

WHO | World Health Organization (2013).



Revista de Ensino e Cultura

Ciências Jurídicas

Volume 3, Número 1, Ano 2020

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA PRÁTICA DE CRIMES COMETIDOS POR MENORES INFRATORES

THE INFLUENCE OF EDUCATION ON THE PRACTICE OF CRIMES COMMITTED BY MINOR OFFENDERS

LA INFLUENCIA DE LA EDUCACIÓN EN LA PRÁCTICA DE LOS DELITOS COMETIDOS POR DELINCUENTES MENORES

Aline Regina Ferreira da SILVA[27]
Weliandra Moreira de ALMEIDA[28]
Alan Dias BARROS[29]

RESUMO

O presente estudo visa fazer uma análise concisa a respeito da prática de crimes cometidos por menores infratores e trazer fundamentos que explicitem a influência que a educação, principalmente a escolar, tem nessa problemática. Inicialmente, foi analisado como os jovens adentram à criminalidade, logo se identifica o papel fundamental de uma educação base para evitar sua inserção nesse meio. Posteriormente, é evidenciado a influência da educação na redução da prática de crimes cometidos pelos menores infratores. Desse modo, foi preciso fazer uso de recursos para elaboração do vigente artigo, como pesquisas bibliográficas, dados estatísticos e notícias de jornais. Nesse contexto, a presente análise busca destacar a relevância de uma boa educação na vida dos adolescentes, bem como esta pode interferir no seu comportamento. Pois, dependendo das condições que a educação é ministrada e muitas vezes até se ela é ministrada, o jovem tende a deturpar seu caminho para a criminalidade. Mediante ao observado durante a pesquisa, constata-se que a educação é algo primordial para evitar a marginalização de jovens e adolescentes. Desse modo, portanto, foi possível consumar a relevância da educação na vida dos menores, pois ela é um dos fatores principais que

[27] Discente de Direito pelo Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte (IESRN), (E-mail: alineregina987@gmail.com).
[28] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: weliandra21@hotmail.com).
[29] Mestre em Direito Constitucional - UFRN/2013, Graduado em Direito - UFRN/1998, Professor Universitário da UNINASSAU, Professor Universitário, Orientador/TCC e Membro do NDE do Curso de Direito do IESRN e do Centro Universitário Natalense, (E-mail: alandbarros@yahoo.com.br).

possibilitam o crescimento dos jovens e oferece a perspectiva de um futuro melhor, funcionando como fator preventivo e redutivo à criminalidade.

Palavras-chave: Menores infratores; Crimes, educação; Jovens, adolescentes.

ABSTRACT

This study aims to make a concise analysis about the practice of crimes committed by juvenile offenders and to bring grounds that explain the influence that education, especially school, has on this issue. Initially, it was analyzed how young people enter crime, and then identifies the fundamental role of a basic education to prevent their insertion in this environment. Subsequently, the influence of education in reducing the practice of crimes committed by juvenile offenders is evidenced. Thus, it was necessary to make use of resources for the elaboration of the current article, such as bibliographic research, statistical data and news from newspapers. In this context, the present analysis seeks to highlight the relevance of a good education in the lives of adolescents, as it may interfere with their behavior. For, depending on the conditions in which education is provided and often even if it is provided, young people tend to misrepresent their path to crime. From what was observed during the research, it is clear that education is essential to avoid the marginalization of young people and adolescents. Thus, it was possible to consummate the relevance of education in the lives of minors, as it is one of the main factors that enable the growth of young people and offers the prospect of a better future, functioning as a preventive and reductive factor to crime.

Keywords: Juvenile offenders; Crimes, education; Youth, adolescents.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo hacer un análisis conciso sobre la práctica de los crímenes cometidos por delincuentes juveniles y presentar argumentos que expliquen la influencia que la educación, especialmente la escuela, tiene sobre este tema. Inicialmente, se analizó cómo los jóvenes ingresan en el crimen y luego identifica el papel fundamental de una educación básica para evitar su inserción en este entorno. Posteriormente, se evidencia la influencia de la educación en la reducción de la práctica de los delitos cometidos por delincuentes juveniles. Por lo tanto, era necesario hacer uso de los recursos para la elaboración del artículo actual, como la investigación bibliográfica, los datos estadísticos y las noticias de los periódicos. En este

contexto, el presente análisis busca resaltar la relevancia de una buena educación en la vida de los adolescentes, ya que puede interferir con su comportamiento. Porque, dependiendo de las condiciones en que se imparte la educación y, a menudo, incluso si se imparte, los jóvenes tienden a tergiversar su camino hacia la delincuencia. Por lo que se observó durante la investigación, está claro que la educación es esencial para evitar la marginación de los jóvenes y adolescentes. Por lo tanto, fue posible consumar la relevancia de la educación en la vida de los menores, ya que es uno de los principales factores que permite el crecimiento de los jóvenes y ofrece la posibilidad de un futuro mejor, funcionando como un factor preventivo y reductor de la delincuencia.

Palabras clave: Delincuentes juveniles; Delitos; educación; Jóvenes; Adolescentes.

INTRODUÇÃO

É sabido o quão importante é discutir a respeito da criminalidade praticada por menores, bem como essa problemática deve ser combatida. Segundo Pedroso (2015) *apud* Almeida e Freitas (2019, p. 83) o número de crimes cometidos por jovens e adolescentes tem aumentado no decorrer dos anos. Além disso, após o surgimento da Proposta de Emenda Constitucional 115 em trâmite no congresso nacional, fica perceptível como as autoridades apelam de primeiramente ao direito penal, antes das demais alternativas.

Diante do exposto e da atual conjuntura social, que demonstra a pertinência desse estudo, o presente artigo enfatiza a importância da educação na redução de crimes cometidos por menores infratores. Além disso, quando se é analisado com calma e benevolência o principal precedente desse problema social, percebe-se que atitudes mais severas e a apelação ao orbe penal são medidas muito drásticas que somente devem ser utilizadas em último caso.

Objetiva-se, assim, por meio dos métodos utilizados para a presente pesquisa, mostrar a importância que a educação tem para evitar/reduzir a prática de infrações por parte de menores e como esta interfere no seu futuro.

Presume-se, portanto, que o problema é caracterizado, principalmente pela omissão do Estado no que se refere a educação, direito fundamental de segunda geração. Sendo até contraditório esse absenteísmo do Estado, pois os direitos de segunda geração são direitos positivos, isto é, caracterizados pela necessidade da atuação estatal para sua concretização no âmbito social.

2 A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA REDUÇÃO DA PRÁTICA DE CRIMES COMETIDOS POR MENORES

É sabido que a educação tem autonomia e aptidão para transformar o indivíduo. No caso dos menores infratores ela tem o poder de restituí-los e trazê-los de volta ao âmbito social, contudo há aqueles que estão excluídos socialmente, à margem da sociedade, estando suscetíveis a deturpar seus caminhos. Nesse caso, um dos fatores cruciais para o início dos jovens na vida do crime é a carência familiar e a exclusão social (ALMEIDA; FREITAS, 2019) e, portanto, a educação mais uma vez tem papel fundamental para mudar esse cenário e evitar essa inserção dos jovens à delinquência.

Nesse contexto, a escola é capaz de proporcionar um ambiente amplo onde crianças e adolescentes iniciam suas fases da vida. Desse modo, percebe-se ainda mais a necessidade de uma educação de responsabilidade e de fácil acesso, para que os jovens, ao invés, de estarem nas ruas sem qualquer expectativa de futuro, estejam no ambiente educacional, em busca de aprendizado e um bom futuro, contudo mais [de] 60% sequer concluíram o ensino fundamental, pois trocaram as salas de aula pelas ruas por volta do quinto ou sexto ano. É justamente nessa fase da vida, aos 12, 13 anos de idade, que os adolescentes podem encontrar no crime a identificação e o acolhimento que deveriam ter sido proporcionados pela escola (GALLISA, 2017).

Diante do exposto, segundo Oliveira Martins (1992) citado por Vasconcelos (2007, p. 111) a escola é uma ferramenta de desenvolvimento e fator de mudança, esta não deve ser vista tão somente como um potenciador de recursos, mas, além disso, como um ambiente de preito, responsabilidade de todas as partes, disciplina, e, sobretudo, amparo. É entendido a necessidade de tais características, uma vez que a

escola é o fator de destaque que auxiliará as crianças e adolescentes a formarem um pensamento, a opinarem sobre uma temática e, mais do que tudo, a pensarem e, assim, terem o livro arbítrio para escolherem os caminhos que querem traçar.

Leão reforça a necessidade da educação escolar na vida dos jovens, proferindo que o direito à matrícula escolar reflete a visão da escola como contexto favorecedor de processos abrangentes de aprendizagem e desenvolvimento, essenciais para a reorganização da conduta do adolescente, visando levá-lo a novos posicionamentos, possíveis trajetórias de futuro e afastá-lo das atividades relacionadas ao universo infracional (LEÃO, 2014).

Entretanto, quando o menor pratica uma conduta ilícita, este estará sujeito às medidas socioeducativas descritas em lei especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). De acordo com o artigo 112 do ECA, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990), quando verificado a presença de ato infracional, a autoridade competente está apta para aplicar ao jovem medidas socioeducativas (Brasil, 1990). As quais estão descritas no inciso I ao VII do artigo 112 do desse estatuto.

Sendo assim, de acordo com o artigo 103 página 40 do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990): “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Além disso, “é inimputável penalizar menores de 18 anos” (ECA, art. 104, p.40). Todavia, há uma proposta em trâmite no Brasil, a respeito da redução da maioridade penal.

De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição N° 115, de 2015 (PEC-115/2015) a qual está em tramitação, cuja autoria provém da Câmera dos Deputados, “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial, ressalvados os maiores de dezesseis anos, observando-se o cumprimento da pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito e dos menores inimputáveis, em casos de crimes hediondos, homicídio e lesão corporal seguida de morte.” (BRASIL, 2015). É possível verificar o trâmite da PEC-115/2015 no site do Senado Federal, além disso, qualquer pessoa, desde que possuindo o login, pode opinar se é a favor ou contra essa proposta de Emenda. É possível verificar, até então, uma diferença de 444 votos da população a favor da PEC-115/2015.

À vista disso, verifica-se a tendência política e social de intervir sobre a problemática. Na maioria das vezes, os intervencionistas enganam-se em pensar que a esfera penal deve ser o primeiro orbe a ser observado na busca da solução de um impasse.

Desse modo, a negligência em investigar afundo qual o fator precípuo da prática de crimes cometidos pelos menores, é um agente que auxilia na continuidade da criminalidade, fazendo com que as pessoas acreditem que o caminho mais fácil, apesar de mais rígido, é o mais eficiente.

Todavia, é possível perceber, por meio de um estudo publicado pelo Jornal de Lei Criminal e Criminologia da Universidade de North western, em Chicago, que a busca de medidas mais severas na tentativa de solucionar a crescente criminalidade não é tão eficaz quanto se pensa. O estudo relatou a opinião de 67 relevantes pesquisadores americanos a respeito da eficácia da pena de morte na redução da criminalidade, destacando que 88,2% deles acreditam que não há impacto algum nas estatísticas de práticas de ilicitudes.

Ademais, nesse contexto, é relevante ressaltar a pesquisa realizada pelo TCE-RS, a qual afirma que a taxa de mortalidade por homicídio em cidades com baixo índice de escolaridade é alta. Sendo assim, mais uma vez, é possível verificar a importância, mais do que tudo, de uma educação de qualidade.

Desse modo, além de funcionar como fator redutivo, a escola também funciona como preventivo contra o crime. Seabra e Oliveira dissertam a respeito da relevância desta o ambiente educacional representa, juntamente com a família, um contexto de fundamental importância para a promoção de trajetórias saudáveis de desenvolvimento humano (SEABRA; OLIVEIRA, 2017).

Entretanto, aqueles adolescentes que cometeram delitos o desenvolvimento escolar tende a ser baseado em abdicações, insucessos e rupturas (SEABRA; OLIVEIRA, 2017). E, infelizmente ainda vivemos em uma sociedade um tanto preconceituosa e coberta de estigmas, sendo assim quando o jovem tenta retornar ao ambiente educacional, acaba por se tornar um processo mais complexo e delicado.

Portanto, segundo Aquino (2000, np) citado por Seabra e Oliveira (2017) a escola tem papel fundamental para acabar com essa noção precipitada que acaba por gerar a exclusão social dos menores infratores os quais estão tentando uma reinserção escolar.

Nesse contexto, é importante ressalvar o que foi dito por Silva e Sales: "Para que os adolescentes consigam permanecer na escola após possuir um trajeto escolar baseado em desistências, frustrações, revés e dificuldades de modo geral, é necessário a intervenção do estado, trazendo políticas educacionais, além de estratégias pedagógicas bem direcionadas" (SILVA; SALES, 2011).

Em relação a frequência e acesso à escola de jovens e adolescentes que estão sob Medida Socioeducativa de Meio Aberto (MSE-MA), a companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), no ano de 2013, elaborou uma pesquisa no ambiente escolar. Desse modo, o estudo citado em Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2015, np) *apud* Seabra e Oliveira (2017), realizado em 2013 demonstrou que os jovens que estavam em Liberdade Assistida (LA), 49,1% afirmaram não estar matriculados, enquanto apenas 7,6% possuíam matrículas, entretanto não chegaram a frequentar a escola e 61,6% não possuía instrução ou ensino fundamental completo. Além disso, 46,5% dos jovens que estavam cumprindo Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), não estavam matriculados em nenhuma escola. Ademais, cerca 63,6% eles não tiveram instrução ou não completaram sequer os três últimos anos de escolaridade obrigatória. Ademais 9,1% dos que declaram estar matriculados não possuíam sequer frequência na escola.

Desse modo, é possível perceber que a escolarização é encarada, sobretudo, como um desafio para o adolescente que cometeu delito em algum momento de sua vida. A tentativa de retornar ou ingressar no ambiente escolar é cheia de obstáculos que necessitam ser enfrentados.

Nesse contexto, os adolescentes não podem enfrentar sozinhos, é preciso a ausência de um Estado abstencionista. Contudo, atualmente é possível identificar que existe, aparentemente, um incomodo dos nossos governantes a respeito de uma

sociedade educada, com capacidade suficiente para pensar e ter competência para identificar os problemas no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto até aqui, é possível chegar a algumas considerações. Conclui-se que o menor infrator muitas vezes é vítima de uma sociedade cheia de estigmas e preconceitos, dificultando assim, sua inserção na escola e consequentemente sua reinserção no meio social. Ademais, estamos diante de um governo omisso, uma vez que não existem políticas educacionais efetivas para mudar o atual cenário brasileiro, as quais foquem em encorajar o jovem marginalizado a adentrar no ambiente educacional e visem a inclusão deste.

Além disso, é preciso que as autoridades competentes busquem tornar a escola, sobretudo, um ambiente de aprendizado sobre moralidade e civilidade, desenvolvimento, conhecimento e acolhimento.

Desse modo, a recorrência para o orbe penal, na tentativa de reduzir a criminalidade, não é a medida mais sensata uma vez que, diante dos dados expostos no presente artigo, sequer foi tentado, de modo efetivo, implementar a educação como meio redutivo e preventivo de infrações.

Contudo, é importante ressaltar que não existe uma fórmula mágica para garantir um país sem criminalidade, todavia há meios para reduzir os índices, sem a necessidade de apelar para medidas mais severas, pois a máxima de que “violência gera violência” é comprovada historicamente.

Sendo assim, diante do exposto, a educação pode ser considerada um fator influente para que os jovens e adolescentes não deturpem seus caminhos para a criminalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nágila Aparecida Santos de; FREITAS, Maria Cecilia Martínez Amaro. A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MENORES INFRATORES SOB A ÓTICA DO PROFESSOR. **Portal de Anais Eletrônicos UniEVANGÉLICA**, Anápolis, v. 4, n. 1, p.80-91, 28 jun. 2019. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/4502/2750>. Acesso em: 02 nov. 2019

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional nº 115, de 2015**. Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. [S. l], Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122817>. Acesso em: 23 out. 2019.

GALLISA, Cristine. **Pesquisas apontam educação como 'escudo' contra criminalidade**. Porto Alegre, 07 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/pesquisas-apontam-educacao-como-escudo-contra-criminalidade.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2019.

LEÃO, Nara Cristina. **A DESISTÊNCIA DA CONDUTA INFRACIONAL EM ADOLESCENTES.** 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1875/1/Nara%20Cristina%20Leao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

SEABRA, Raissa Costa Faria de Farias; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Adolescentes em Atendimento Socioeducativo e Escolarização: Desafios Apontados por Orientadores Educacionais. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 21, n. 3, p.639-647, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/>10.1590/2175-353920170213111144.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2015). **Levantamento Anual Sinase 2013**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SILVA, Ivani Ruela de Oliveira; SALLES, Leila Maria Ferreira. Adolescente em liberdade assistida e a escola. **Estudos de Psicologia (campinas)**, [s.l.], v. 28, n. 3, p.353-362, set. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/>10.1590/s0103-166x2011000300007.

VASCONCELOS, T. A importância da educação na construção da cidadania. **Saber (e) Educar**, n.12, p.109-17, 2007.

UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE

AN ANALYSIS OF THE POSSIBILITY OF CUMULATION OF ADDITIONAL HEALTHCARE AND HAZARDOUS ADDITIONALS

UNA ANÁLISIS DE LA POSIBILIDAD DE CUMULACIÓN DE SALUD ADICIONAL Y ADICIONALES PELIGROSOS

Brenda dos Santos de OLIVEIRA[30]
Diego Sidrim Gomes de MELO[31]
Geilza Gomes de LIMA[32]
Ilanna Arquilino da Silva SOUSA[33]
Israel Rocha de MORAIS[34]
Jonathan de SOUZA[35]

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto analisar a possibilidade de cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade nas relações empregatícias. A metodologia consiste em pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, com objetivo descritivo e de propor avaliação formativa, tendo o estudo sido realizado com base em pesquisas doutrinárias e jurisprudências relacionadas ao tema, bem como os direitos e garantias fundamentais expressos na Carta Maior e dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas. Constata-se que há divergência jurisprudencial sobre a matéria, inclusive no próprio Tribunal Superior do Trabalho, entre suas turmas, algumas entendendo ser possível a cumulação, mesmo

[30] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: oliveira_breenda@hotmail.com).
[31] Especialista em Direito Penal, Processual Penal e Criminologia - UNP/2007, Graduado em Direito - UNP/2005, Professor Universitário, Orientador/TCC e Coordenador e Supervisor de Estágio do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte - IESRN e do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA, (E-mail: diego-sidrim@hotmail.com).
[32] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: geilzaglima@gmail.com).
[33] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: ilannakendilly@gmail.com).
[34] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: moraisrael66@gmail.com).
[35] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: jonathassouza881@gmail.com).

contra letra expressa da lei, enquanto outras seguem corrente legalista. Busca-se neste trabalho, ainda, compreender e expor os motivos de ambos os entendimentos.

Palavras–chave: Insalubridade; Periculosidade; Cumulação.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the possibility of accumulation of hazardous and unhealthy work additional in employment relationships. The methodology consists of applied research, with a hypothetical-deductive and qualitative approach, with a descriptive objective and to propose formative evaluation. The study was conducted based on doctrinal research and jurisprudence related to the theme, as well as the fundamental rights and guarantees expressed. Major Charter and provisions of the Consolidation of Labor Laws. It is noted that there is jurisprudential divergence on the matter, including the Superior Labor Court itself, among its classes, some understanding that it is possible to cumulate, even against the express letter of the law, while others follow legalistic current. This paper also seeks to understand and explain the reasons for both understandings.

Keywords: Unhealthy; Dangerousness; Cumulation.

RESUMEN

El propósito de este documento es analizar la posibilidad de acumulación de complementos laborales peligrosos y no saludables en las relaciones laborales. La metodología consiste en investigación aplicada, con un enfoque hipotético-deductivo y cualitativo, con un objetivo descriptivo y para proponer una evaluación formativa. Carta principal y disposiciones de la consolidación de las leyes laborales. Cabe señalar que existe una divergencia jurisprudencial en el asunto, incluido el propio Tribunal Superior del Trabajo, entre sus clases, algunos entienden que es posible acumular, incluso en contra de la letra expresa de la ley, mientras que otros siguen la corriente legalista. Este documento también busca comprender y explicar las razones de ambos entendimientos.

Palabras clave: Insalubridad; Peligrosidad; Acumulación.

INTRODUÇÃO

É notável a evolução dos direitos sociais no decorrer das décadas principalmente em relação aos direitos e garantias do trabalhador. Pode-se observar como prova de tal desenvolvimento os direitos expressos no artigo 7° da Constituição Federal de 1988 (CF/88), na qual é visível a preocupação do legislador a respeito da proteção ao trabalhador. Este dispositivo é diretamente relacionado à dignidade da pessoa humana, princípio de maior carga axiológica do ordenamento jurídico brasileiro; também inerente aos direitos e garantias individuais, que é clausula pétrea, ou seja, não pode ser alterada se vier a abolir ou restringir direitos garantidos.

No inciso XXIII do artigo 7° da CF/88 está expresso sobre os adicionais de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, mas trata do assunto de forma geral. A regulamentação desses adicionais está prevista em Lei infraconstitucional, ou seja, na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Os artigos que tratam da insalubridade e da periculosidade são respectivamente os artigos 189 e 193 do diploma mencionado.

Partindo da premissa em que o ambiente de trabalho é considerado o lugar em que o trabalhador passa a maioria do seu tempo, este, deve prestar segurança e conforto para os empregadores. Além disso, o ambiente de trabalho não pode prejudicar a saúde do trabalhador, de modo que, os direitos fundamentais devem estar em primeiro lugar.

A CLT permite em casos de empregos que habitualmente prejudiquem a saúde do empregado, ou quando este trabalhe em condições de risco com explosivos, energia elétrica, qualquer outro material inflamável, atividades que tragam risco à sua vida como a de segurança pessoal ou patrimonial, bem como quem trabalha fazendo uso de motocicletas, que este opte pelo adicional de insalubridade ou periculosidade e essas atividades devem ser permanentes para que se garanta este direito.

No dado momento, a CLT não permite o acúmulo de dois adicionais, mas já existe jurisprudência neste sentido, reconhecida pela 7ª turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Portanto, o presente trabalho visa abordar a diferença dos adicionais e

a hipótese do acúmulo destes levando em consideração o relatório do Ministro Cláudio Brandão, do TST.

Dado o exposto, utilizou-se de método bibliográfico acerca dos adicionais supracitados, bem como em que situações os adicionais de periculosidade e insalubridade podem ser cumulados, e o posicionamento jurisprudencial em relação ao assunto.

1. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo do trabalho em fazer uma pesquisa sobre os adicionais de periculosidade e insalubridade e a possível cumulação destes, utilizou-se como metodologia a pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa de estudos bibliográficos de autores renomados no Direito do Trabalho, a Constituição Federal e Jurisprudência acerca da temática.

2. DOS DIREITOS E GARANTIAS DO TRABALHADOR

As primeiras constituições tratavam apenas do Estado e da forma de governo, mas não abordavam especificadamente sobre Direito do Trabalho, no entanto, as novas Constituições, a partir do governo de Getúlio Vargas, passaram a abordar este direito, até ser criada uma Justiça específica do Trabalho na Constituição Federal de 1934, porém à época, a Justiça do Trabalho fazia parte do Poder Executivo, tendo sido regulamentada em 1941 e, com a Constituição Federal de 1946, passou a ser órgão do Poder Judiciário.

Antes dos Direitos Trabalhistas, os trabalhadores prestavam serviços de qualquer forma, sem que houvesse o mínimo de preocupação com a sua saúde. Como vê-se, de acordo com Martins (2012, p.36)

> O trabalhador prestava serviços em condições insalubres, sujeito a incêndios, explosões, intoxicação por gases, inundações, desmoronamentos, prestando serviços por baixos salários e sujeito a várias horas de trabalho, além de oito.

> Ocorriam muitos acidentes do trabalho, além de várias doenças decorrentes dos gases, da poeira, do trabalho em local encharcado, principalmente a tuberculose, a asma e a pneumonia.

Em contrapartida, atualmente, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), do artigo 7º ao 11 e a Consolidação das Leis trabalhistas (CLT), dispõem sobre os direitos inerentes ao trabalhador, visando protegê-lo e garantir a sua isonomia, garantindo a dignidade da pessoa humana.

Além dos adicionais de periculosidade e insalubridade, foram conquistados outros direitos, como ajuda de custo, comissões, diárias, adicional por tempo de serviço, gratificação, décimo terceiro salário, aviso prévio, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e muitos outros, todos em prol de uma melhor qualidade de vida para o empregado.

Se faz necessário que se cumpra com todos os direitos e garantias dos trabalhadores, uma vez que, não há progresso empresarial sem os empregados.

3. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O adicional de periculosidade, nada mais é, do que um valor pago ao empregado que presta serviços em contato direto e permanente com elementos inflamáveis, explosivos, energia elétrica, serviços esses que causam riscos acentuados para a vida do empregado, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério de Trabalho e Serviço, como quem trabalha com segurança pessoal ou patrimonial, bem como fazendo uso em serviço de motocicleta.

Este adicional tem previsão legal no artigo 7º, inciso XXIII da CF/88, que diz:

> Artigo 7º. *Omissis*
>
> XXIII - Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

Além da Constituição de 1988 o adicional de periculosidade também é tratado na Consolidação das Leis Trabalhistas a partir do artigo 193, veja-se:

> Art. 193 - São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.
>
> § 1º - O trabalho em condições de Periculosidade assegura ao empregado um Adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.
>
> § 2º - O empregado poderá optar pelo Adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

Observando os artigos acima expostos, podemos perceber que o trabalhador somente terá direito ao recebimento do adicional de periculosidade, se preenchida algumas condições estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, ou seja, se as atividades desempenhadas o expõem ao contato permanente em atividades perigosas, que ponham em risco a sua vida.

Pode-se citar a título de exemplo de atividade perigosa, a desempenhada pelos frentistas de postos de combustíveis. Trata-se de uma atividade de extremo risco, pois os empregados encontram-se permanentemente em contato com materiais extremamente inflamáveis.

Ainda é importante ressaltar, que recentemente foram incluídas na legislação outras funções que geram riscos, dando direito ao adicional de periculosidade aos trabalhadores que a desempenham, são elas as funções de: vigilantes, seguranças e motociclistas.

O adicional de periculosidade só gera direitos ao trabalhador enquanto este estiver exposto às atividades perigosas, se o risco deixar de existir ou ele mudar de função para uma que não mais apresente riscos, ele não receberá mais o adicional de periculosidade, pois como a própria legislação deixa claro, o empregado precisa estar exposto permanentemente.

4. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Previsto no artigo 7°, inciso XXIII da Constituição Federal de 1988 e no artigo 189 da Consolidação das Leis Trabalhistas, o adicional de insalubridade é garantido em casos em que o empregador esteja submetido a atividades prejudiciais à sua saúde. Apesar das empresas fornecerem equipamentos de proteção individual (EPIs), estes podem não são suficientes para anularem o direito ao adicional de insalubridade.

Na visão de Cairo Júnior, "nem todas as atividades empresariais podem ser desenvolvidas em ambientes totalmente hígidos. Por conta disso, como forma de compensar o labor em ambientes insalubres foi instituído o adicional de insalubridade. " (2017, p.515)

As atividades insalubres estão previstas na NR-15 do Ministério do Trabalho, a qual descreve todas as situações físicas, químicas e biológicas prejudiciais à saúde do trabalhador. Tem-se como exemplos de atividades insalubres todo trabalho em condição de umidade, frio excessivo, calor excessivo, contato com produtos inflamáveis, eletricidade e explosivos. Para Martins, "insalubre é o prejudicial à saúde, que dá causa a doença" (2012, p. 257).

Ainda para Martins (2012, p. 257)

> Para a caracterização da insalubridade é preciso: (a) exposição a agentes nocivos à saúde do trabalhador; (b) que essa exposição seja acima dos limites de tolerância fixados em razão de natureza de intensidade do agente e do tempo de exposição, pois se a exposição estiver nos limites de tolerância, não há este adicional.

É importante trazer à baila quando há atividade insalubre o valor a ser acrescido na remuneração, leva em consideração os três graus de risco da profissão. Atividades com grau mínimo, o valor é acrescido em 10%, grau médio em 20% e o grau máximo em 40% sobre o salário-mínimo ou salário-mínimo profissional.

O artigo 189 da CLT define as atividades insalubres como sendo:

> Art. 189. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza ou condições ou métodos de trabalho, exponham os

> empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Se faz necessária a realização de perícia técnica para o perito avaliar se realmente aquela atividade pode prejudicar a saúde do trabalhador. Além disso, o perito também avalia os equipamentos de proteção e define se estes são capazes de diminuir a insalubridade do ambiente. Em casos em que a insalubridade seja eliminada com o uso dos EPIs, o adicional não é acrescido da remuneração.

Na atualidade, muito se confunde acerca da diferença do adicional de insalubridade e periculosidade, e existe atividades nas quais poderia ser adicionado os dois, no entanto, as empresas optem por um ou outro, respaldados pela CLT.

5. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

Apesar dessa matéria ainda não ser pacificada no ordenamento jurídico pátrio, existem decisões acerca da cumulação do adicional de periculosidade e insalubridade. A princípio, a CLT não prevê a hipótese de o trabalhador acumular os dois adicionais. Presente no artigo 193 o parágrafo 2º da CLT, enfatiza que “o empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que por ventura lhe for devido”.

No tocante a este artigo, fica claro que não há a possibilidade de cumulação dos dois adicionais, mesmo quando a atividade for periculosa e insalubre ao mesmo tempo.

Os adicionais são uma forma de contraprestação devido a um risco maior que o empregado venha a enfrentar devido a seu trabalho, esse adicional é acrescido a remuneração do empregado.

De outro modo, a 7ª turma do TST considerou o acúmulo dos dois adicionais em um caso especifico onde o trabalhador mantinha contato com hidrocarbonetos.

> **RECURSO DE REVISTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - CUMULAÇÃO - POSSIBILIDADE - PREVALÊNCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E SUPRALEGAIS SOBRE A CLT - JURISPRUDÊNCIA DO STF - OBSERVÂNCIA DAS CONVENÇÕES** N.º 148 E 155 DA OIT. No julgamento do RR-1072- 72.2011.5.02.0384, de relatoria do Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, esta Turma firmou entendimento de que a norma contida no art. 193, § 2º, da CLT não foi recepcionada pela Constituição Federal, que, em seu art. 7º, XXIII, garantiu o direito dos trabalhadores ao percebimento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, sem ressalva acerca da cumulação. A possibilidade de recebimento cumulado dos mencionados adicionais se justifica em face de os fatos geradores dos direitos serem diversos. Além disso, a inclusão no sistema jurídico interno das Convenções Internacionais n.º 148 e 155, com a qualidade de normas materialmente constitucionais ou supralegais, como decidido pelo STF, determina a atualização contínua da legislação acerca das condições nocivas de labor e a consideração dos riscos para a saúde do trabalhador oriundos da exposição simultânea a várias substâncias insalubres e agentes perigosos. Assim, não se aplica mais a mencionada norma da CLT, sendo possível o pagamento conjunto dos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Recurso de revista desprovido.

Ao possibilitar a cumulação dos adicionais ao trabalhador estaria garantindo o princípio mais importante da Constituição Federal, sendo este o princípio da dignidade da pessoa humana. Ora, se o empregado estiver exposto à atividade ao mesmo tempo insalubre e periculosa, nada mais justo que acumular os dois adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o artigo em tela, primeiramente, trouxe as definições dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, apontando aquilo que é estabelecido como conceito de atividade perigosa (aquela que traz riscos à vida do trabalhador) e o que se pode ser definido como atividade insalubre (que em resumo é aquela atividade cujo trabalhador encontra-se exposto aos agentes nocivos à sua saúde). Conceitos estes definidos em lei a fim de que se estabeleça criteriosamente o direito do trabalhador sobre os exercícios de tais atividades laborais.

De semelhante modo é suscitada a dimensão da importância deles, uma vez que ambos além de diretamente ligados aos direitos e garantias do trabalhador, têm sua

previsão legal presente na Carta Magna no seu artigo 7º, inciso XXIII. Explicando assim, a relevância do efetivo cumprimento destes fatores no âmbito trabalhista.

Portanto, tomando por base os demais elementos apresentados no presente artigo, resta evidente a discordância no que se refere a possibilidade de cumulação do adicional de periculosidade e o adicional de insalubridade, tornando-se perceptível na esfera jurisprudencial bem como na doutrinária. Como, já evidenciado no artigo, não há expressamente nenhuma interdição constitucional que enseje a não possibilidade de cumulação de ambos adicionais, tendo em vista que os mesmos são caracterizados como direitos inerentes ao trabalhador, desta maneira, a questão prejudicial devido a não cumulação é facilmente perceptível, tomando por início o desrespeito a pelo menos um dos dois direitos aqui discutido, julgando por aqueles trabalhadores que laboram em ambiente insalubre e sincronicamente perigoso à sua vida.

O entendimento da 7ª Turma do TST quanto à possibilidade de cumular ambos os adicionais quando os fatos geradores forem diferentes é uma primeira análise da matéria tendo em vista o princípio da dignidade da pessoa humana para aquele que é o hipossuficiente na relação trabalhista, porém, necessário ao empregador, que necessita da empregabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18. Novem.2019.

BRASIL. **Lei N° 13.467**, de 13 de julho de 2017. Dispõe sobre e Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 14. Novem.2019.

TST. RECURSO DE REVISTA: REsp 190543608. RR 1072- 72.2011.5.02.0384. Relator: Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão. DJ: 22/05/2015. Jusbrasil, 2015.

Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/190543608/recurso-de-revista-rr-7761220115040411/inteiro-teor-190543647>. Acesso em: 15. Novem.2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 28. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

JÚNIOR, José Cairo. Direito do Trabalho. **Direito individual e coletivo do trabalho.** 13. Ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

CONFLITOS DE LEIS PENAIS MILITARES NO TEMPO: A EXECUÇÃO DA PENA DE MORTE EM TEMPO DE PAZ.

CONFLICTS OF MILITARY CRIMINAL LAWS IN TIME: THE EXECUTION OF THE DEATH PENALTY IN PEACE TIME.

CONFLICTOS DE LEYES PENALES MILITARES EN EL TIEMPO: LA EJECUCIÓN DE LA PENA DE MUERTE EN TIEMPO DE PAZ.

Claudio Henrique Bezerra de MELO[36]
Josimar Salviano Freire da SILVA[37]
Manoel Fernandes BRAGA[38]
Pedro Vitor DANTAS[39]
Richard Araújo MACHADO[40]
Waldson José Campos de SOUZA[41]

RESUMO

O Presente artigo faz uma abordagem geral sobre um tema bastante discutido em tempos atuais que vive a sociedade, em todas as suas instancias devido as intolerância das várias categorias da sociedade, dentro do panorama social iremos discorrer sobre os conflitos gerados pelas leis penais militares e a sua aplicabilidade no tempo, faremos uma interpretação das execuções sobre as penas de morte em tempo de paz e suas nuances, em momentos atuais que verificamos crise mundiais atrelados a intolerâncias dos povos contemporâneos, visando uma abordagem simplificada para o entendimento e a desmistificação das leis penais militares na qual sua aplicação em termos muito identificada com o código civil penal tendo com fator principal a sua

[36] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: claudio1512@bol.com.br).
[37] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: josalviano@hotmail.com).
[38] Mestre em Estudos Urbanos e Regionais - UFRN/2014, Graduado em Direito – UNI-RN/2009, Membro ligado a UNICEUNA no Projeto de investigação acadêmica mantido pelo Ministério de Ueducación da República Argentina, Orientador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Direito (GEPED) do UNICEUNA e do IESRN, Membro do Núcleo de Pesquisa dos Observadores do Direito (NUPOD/CCJ/UEPB), Coord. Geral do NPJ, Coordenador, Orientador/TCC e Docente do Curso de Direito do UNICEUNA/IESRN, (E-mail: fernandes_direito@yahoo.com.br).
[39] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: pedrodantasv@hotmail.com).
[40] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: richard.araujo789@gmail.com).
[41] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: waldson.campos92@gmail.com).

aplicabilidade a instancia militar e aos seus pares. Devemos ressaltar, contudo, o sentimento crítico mundial e a reação indignada da maioria contra a sentença de morte decretada por governos que pregam o terror e usam as vidas de prisioneiros e de minorias étnicas/religiosas como instrumento de propaganda e fortalecimento do poder. Faremos uma análise da problemática de alguns juristas que justificam soluções particulares para as relações da validade da lei penal no tempo, sobre a ótica do término da guerra, a lei penal militar que a declarou deixa de surtir efeitos, sobrevindo a lei penal militar de tempo de paz, que retroagira em favor do acusado. O Objetivo descrito foi de apresentar melhor entendimento do código penal militar e seus artigos específicos para suas retroatividades e ultratividades dando-lhes suas devidas interpretações de casos, além de explora-nos o universo das execuções penais. A Metodologia apresentada no artigo foi realizada através de pesquisas em livros de autores renomados do meio jurídico sobre o referido assunto, também foi utilizado pesquisa na internet em artigos que contribuíram para interpretação do presente artigo. Como resultado observamos a necessidade de uma interação com o leitor na forma simples de enxergarem as instituições militares com seus regramento e leis sem que haja um desconhecimento da sociedade na sua forma de condução de seus julgamentos, observando uma equidade aos da sociedade civil. As conclusões geradas pelo artigo para ensino fazem o aluno refletir sobre as leis penais militares aliados a execução da pena de morte em tempo de paz nas suas mais variadas reflexões.

Palavras-chave: Temporalidade da Lei; Execução das Tipicidades; Pena de Morte.

ABSTRACT

The present article makes a general approach on a topic well discussed in current times that society lives in all its instances due to the intolerance of the various categories of society, within the social panorama we will discuss the conflicts generated by military criminal laws and its applicability in time, we will make an interpretation of the executions about the death sentences in peace time and their nuances, in current moments that we verify world crises tied to the intolerances of the contemporary people, aiming at a simplified approach for the understanding and the demystification of the penal laws military in which its application in terms highly identified with the civil penal code having as main factor its applicability to military and peer instance. We must emphasize, however, the world's critical sentiment and the indignant reaction of the majority against the death sentence decreed by governments that preach terror and use the lives of prisoners and ethnic / religious minorities as an instrument of propaganda and strengthening of power. We will analyze the problematic of some jurists who justify particular

solutions to the relations of the validity of the penal law in time, on the point of view of the end of the war, the military criminal law that declared it ceases to have effects, of peace, which backdated in favor of the accused. The objective was to present a better understanding of the military penal code and its specific articles for its retroactivities and ultrativities, giving them their due interpretation of cases, and explores the universe of criminal executions. The Methodology presented in the article was carried out through research in books of renowned authors of the juridical environment on the said subject, Internet research was also used in articles that contributed to the interpretation of this article. As a result, we observe the need for an interaction with the reader in the simple way of seeing military institutions with their rules and laws without there being an ignorance of the society in their way of conducting their judgments, observing a fairness to those of civil society. The conclusions generated by the article for teaching make the student reflect on the military criminal laws allied with the execution of the death penalty in peace time in its most varied reflections.

Keywords: Temporality of law; Execution of typicity's; Death penalty.

RESUMEN

El presente artículo hace un enfoque general sobre un tema bastante discutido en tiempos actuales que vive la sociedad, en todas sus instancias debido a las intolerancia de las diversas categorías de la sociedad, dentro del panorama social vamos a discurrir sobre los conflictos generados por las leyes penales militares y la su aplicabilidad en el tiempo, haremos una interpretación de las ejecuciones sobre las penas de muerte en tiempo de paz y sus matices, en momentos actuales que verificamos crisis mundiales vinculados a intolerancias de los pueblos contemporáneos, buscando un enfoque simplificado para el entendimiento y la desmitificación de las leyes penales militares en la que su aplicación en términos muy identificada con el código civil penal tiene con factor principal su aplicabilidad a la instancia militar ya sus pares. Debemos resaltar, sin embargo, el sentimiento crítico mundial y la reacción indignada de la mayoría contra la sentencia de muerte decretada por gobiernos que predican el terror y usan las vidas de prisioneros y de minorías étnicas / religiosas como instrumento de propaganda y fortalecimiento del poder. Haremos un análisis de la problemática de algunos juristas que justifican soluciones particulares para las relaciones de la validez de la ley penal en el tiempo, sobre la óptica del término de la guerra, la ley penal militar que la declaró deja de surtí efectos, sobreviniendo la ley penal militar de tiempo de paz, que retrocedió a favor del acusado. El Objetivo descrito fue de presentar mejor entendimiento del código penal militar y sus artículos

específicos para sus retroactividad y ultra-efectivas dándoles sus debidas interpretaciones de casos, además de explotarnos el universo de las ejecuciones penales. La Metodología presentada en el artículo fue realizada a través de investigaciones en libros de autores renombrados del medio jurídico sobre el referido asunto, también se utilizó investigación en internet en artículos que contribuyeron a la interpretación del presente artículo. Como resultado observamos la necesidad de una interacción con el lector en la forma simple de ver las instituciones militares con su regla y leyes sin que haya un desconocimiento de la sociedad en su forma de conducción de sus juicios, observando una equidad a los de la sociedad civil. Las conclusiones generadas por el artículo para la enseñanza hacen que el alumno reflexione sobre las leyes penales militares aliados à la ejecución de la pena de muerte en tiempo de paz en sus más variadas reflexiones.

Palabras-claves: Temporalidad de la ley; Ejecución de las tipicidades; Pena de muerte.

INTRODUÇÃO

Faremos uma abordagem sobre o comportamento das leis penais no “tempo de guerra”, onde nada mais é que um período de circunstâncias transitórias especiais, sendo que para a solução de conflito de leis penais militares no tempo, poderíamos adotar para a hipótese a previsão do artigo 4º, do Código Penal Militar, de idêntica redação ao artigo 3º, do Código Penal, que igualmente acolheu o princípio da ultratividade da lei excepcional ou temporária, ao estabelecer: “a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessada as circunstâncias que determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência”. Contudo, em matéria de lei penal excepcional ou temporária, seguindo as diversas legislações penais pelo mundo, o Brasil adotou a aplicação do denominado princípio da ultratividade, a exemplo do Código penal Alemão.

> “Onde cita que “uma lei, que deve vigorar somente até determinado tempo, tenha deixado de vigorar” (artigo 2º, parágrafo quarto, do Strafgesetzbuch). ”

Vozes na doutrina entendem que estas regras seriam inconstitucionais, por violarem o princípio da irretroatividade da lei penal, porém a doutrina majoritária

sustenta a necessidade desta exceção ao princípio da retroatividade da lei penal mais benigna, como se nota:

> "O caráter excepcional da lei, editada em períodos anormais, de convulsão social ou de calamidade pública" justifica a solução adotada. Como tal lei é promulgada para vigorar por tempo predeterminado, seria totalmente ineficaz se não fosse ultra ativa. Assim, ainda quando mais severa, a lei temporária, por sua natureza, será sempre aplicável aos fatos cometidos durante sua vigência. E isso não fere, segundo se tem entendido, o princípio da retroatividade da lei posterior mais benigna" (TOLEDO, 1991).

Tratando de conflitos de leis penais no tempo, temos um princípio basilar que deriva do princípio da legalidade ou reserva legal. A problemática da aplicação da pena de morte no ordenamento jurídico brasileiro, como forma de reduzir os índices de criminalidade. Pode-se observar que em tempos de guerra no Brasil, tal medida é aplicada de forma severa com relação aos crimes que caiba esse tipo de pena. A partir desta ótica que em tempos de guerra a pena de morte tem sua aplicabilidade aceita na constituição federal de 1988 e nos tempos de paz chega a ser um tanto quanto horrendo. Para uma melhor compreensão a respeito da exclusão da pena de morte, é necessário falar dos impedimentos constitucionais. Conforme Art. 5º, caput da constituição de 1988, todos são iguais perante a lei garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade a vida, liberdade, igualdade, segurança e a propriedade e estão distribuídos pelos 78 incisos.

Dentre eles está o direito à vida, que é o direito de defender a própria vida e de existir dignamente, sem qualquer violação degradante ou desumana. Sendo assim a constituição garante a vida contra qualquer tipo de interrupção artificial do processo natural da vida humana.

2 DESENVOLVIMENTO

Diante de toda análise apresentada sobre a temporalidade das leis penais militares, observamos uma relação muito direta com a lei penal. A regra da irretroatividade da lei penal ou da retroatividade da lei mais benigna (art. 2º, do Código

Penal Militar), erigida a princípio constitucional estabelece a consagrada fórmula de que: “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu” (artigo 5º, inciso XL, da Constituição Federal). No preciso magistério de Aníbal Bruno depreendemos que: “A regra de não retroatividade, porém, governa a matéria penal, somente em relação à lei mais severa. Condições próprias desse ramo do Direito, bases tradicionalistas em vigor, justificam soluções particulares. Há de fato dois princípios em relação à validade da lei penal no tempo” (Direito Penal 5ª ed., 2003). Assim, após o término da guerra, alei penal militar que a declarou deixa de surtir efeitos, sobrevindo a lei penal militar de tempo de paz, que retroagira em favor do acusado.

Más como entender esses crimes para se chegar a suas temporalidades, uma vez definido aquilo que se considera crime militar segundo o ordenamento jurídico nacional, necessário beber na fonte da Constituição Federal novamente, pois, além dela estabelecer que os crimes militares são os definidos em lei (artigos 124 e 125), também estabelece que compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes militares. Logo, tanto a Justiça Militar da União como as dos Estados, reflexamente, tiveram suas competências ampliadas pela Lei nº 13.491/2017, porquanto, agora, os delitos previstos na legislação penal comum podem, também, ser considerados crimes impropriamente militares, se praticados nas circunstâncias do inciso II do artigo 9º do CPM. E, em sendo considerados crimes militares, dadas as circunstâncias do caso concreto, a exemplo de ser praticada por militar da ativa durante o serviço, devem as condutas tipificadas na legislação penal comum ser processados e julgados pela Justiça Militar, da União ou dos Estados, conforme o caso. É fundamental compreender que o crime militar está previsto constitucionalmente nos artigos 124 (para os militares federais) e 125 (para os militares estaduais). A lei que estabelece os crimes militares não é, portanto, uma lei de exceção, estando em perfeita consonância com o Estado Democrático de Direito consolidado na Constituição Federal de 1988. A regra aplicada pelo CPM é a mesma do Direito Penal comum. Conforme o artigo 4º, “a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência”. Para melhor entendimento sobre a aplicação das duas leis, Gonçalves cita os crimes militares estabelecidos pelo CPM para períodos de paz e de guerra. Se o Brasil declarar guerra, esse dispositivo será acionado.

Assim, a lei é excepcional porque entra em vigor a partir do início da guerra, mas não tem uma data específica para o fim. Pode durar, meses, anos e décadas.

Com relação à lei temporária, um exemplo foi a regulamentação criada para a Copa do Mundo sediada no país em 2014. Havia data prevista para entrada em vigor da lei e seu término. Seu objetivo era tipificar condutas que violam as regras da Federação Internacional de Futebol (Fifa) durante os jogos. à primeira vista, o problema poderia ser resolvido com os princípios e regras que regulam a sucessão de leis penais no tempo, ou seja, pelos métodos de solução de conflitos penais no tempo. A proposito como dizia:

> GIUSEPPE BETTIOL: "nenhuma manifestação de vida se subtrai a ação inevitável do tempo. Também a lei penal nasce, vive e morre".

Entretanto, sem retirar os méritos de validade e utilidade dos princípios que acabamos de analisar, a solução mais justa para o problema se encontra na investigação sobre a natureza da pena de morte e da lei penal militar em tempo de guerra. Acreditamos que o tema discutido merece enfoque mais profundo do que o ponto de vista meramente formal, até mesmo porque estamos lidando com o direito à vida.

A carta magna protege o indivíduo da pena capital conforme o Art. 5º, XLVII, a, porém na parte final da alínea, assegura que em caso de guerra declara a pena de morte poderá ser aplicada nos termos do Art. 84, XIX da CF88.

Tal pena foi abolida pelo código penal de 1890 e pela constituição de 1981, permanecendo essa ressalva que poderia ser efetivada em caso de guerra conforme diplomas legais.

Art. 5º, XLVII, a e Art. 84, XIX da constituição federal de 1988;

"Art. 5º, XLVII a – não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX".

"Art. 84, XIX - Compete privativamente ao Presidente da República: declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo congresso nacional ou

referendado por ele, qual ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar total ou parcialmente a mobilização nacional. ”

Em 6 de novembro de 1992, foi promulgado entre nós pelo decreto 678 O PACTO DE SAN JOSE DA COSTA RICA que se trata da convenção americana sobre os Direitos Humanos. É um tratado celebrado pelos integrantes da Organização de Estados Americanos (OEA), adotada e aberta à assinatura durante a Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José da Costa Rica. Ao falar dos direitos civis e políticos, especificamente sobre o direito à vida, o pacto dispõe em seu Art. 4ª O Direito a Vida.

1- Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

2- Nos países que não houverem abolido a pena de morte, está só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com a lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido. Tampouco se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique atualmente.

3- Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

Conforme o entendimento do professor Luiz Flavio Gomes, a atual constituição brasileira por força do princípio da proibição de regresso, nem em uma possibilidade mínima permite a pena de morte ou qualquer pena de caráter perpetuo. Tais normas não poderem regredir em matéria relacionada a direitos humanos tem como nomenclatura o “efeito clique”. Clique é um instrumento usado por alpinistas que somente permite ao praticante que suba e não desça. Sendo assim, ao aderir ao pacto de San Jose da costa rica, O Brasil, não poderá voltar a ter esse instituto, não poderá mais aderir à pena de morte como sendo uma pena máxima para crimes comuns em qualquer tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas situações, o estado e a sociedade têm como única preocupação à defesa do território nacional. As tropas não podem e não devem sofrer qualquer tipo de interferência, ou perturbação, seja no teatro de operações, ou mesmo em sua preparação para enfrentamentos das tropas inimigas. A temporalidade das leis penais foi e será sempre discutida de acordo com sua gravidade de cometimento, mas sempre haverá o intuito a proteção à vida e benevolência pró-réu.

A vida é muito mais importante do que uma punição de alto grau. A pena é sim para punir, porém tem um caráter de reabilitação, castiga o sujeito, mas dar condições para que ele seja reintegrado na sociedade e que não venha a cometer mais crimes. Com a pena de morte fica longe dessa política de reabilitação e o maior direito fundamental do ser humano que é a vida, fica banalizada e a critérios artificias para que ala seja mantida ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRUNO, Aníbal. Direito penal 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense,2003, tomo I.

TOLEDO, Francisco de Assis, Princípios Básicos de Direito Penal, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1991.

BETTIOL, Giuseppe. Direito Penal, trad. Paulo José da Costa Junior e Alberto Silva Franco, 2ª, ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1977, v. 1, p. 173.

GOMES, Luiz Flavio e MAZZUOLI, Valério de Souza. Comentários à Convenção Americana de Direitos Humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ABNT. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica cientifica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 5 p.

ABNT. **NBR6023**: informação e documentação: elaboração: referências. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64237/lei-n-13-491-2017-nova-definicao-decrime-militar-e-seus-reflexos>. Acesso em: 26 nov. 2018

Disponível em: <https://www.lfg.com.br/conteudos/artigos/geral/como-e-a-aplicacao-da-lei-penal-militar>. Acesso em: 26 nov. 2018

Disponível: <https://www.tccmonografiaseartigos.com.br/regras-normas-formatacao-tcc-monografias-artigos-abnt>. Acesso em 27 nov. 2018

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

Código Penal Alemão: Direito comparado. trad. Lauro de Almeida. 1ª ed., São Paulo: ED. Universidade de São Paulo, 1974.

GLOSSÁRIO

Basilar: Fundamental; que pode ser utilizado como base ou nela tem origem.

Benigna: é o feminino de benigno. O mesmo que: caridosa, humana, benévola, generosa, misericordiosa, piedosa

Discorrer: Falar ou expressar suas ideias através do discurso oral ou escrito.

Nuances: Diferenças imperceptíveis entre coisas, quando comparadas.

Atrelado: Ligado; que está preso por alguma coisa.

Sobrevindo: Que sobreveio, que ocorreu após alguma coisa, que aconteceu ou chegou de surpresa.

Retroagira: vem do verbo retroagir. O mesmo que: retrocedera. Ter ou causar efeitos sobre algo (circunstâncias, ações ou fatos).

Ultratividade: Fenômeno previsto no Código Civil para os casos em que a lei produz efeitos posteriores, após o término da sua vigência; opõe se à retroatividade, em que a lei retroage (volta no tempo) para os casos anteriores à sua vigência.

Lei excepcional: Regra necessária ou obrigatória: submeter-se a uma lei. Jurídico. Ato de autoridade soberana, que regula, ordena, autoriza.

Promulgada: Diz-se da lei ou decreto que teve seu conteúdo divulgado: lei promulgada em 2012 entrará em vigor este ano.

Horrendo: Que provoca horror; que causa pavor; horripilante; excessivamente feio; que tende a ser horrível; que é monstruoso.

Irretroatividade: Qualidade do que não é ou não tem efeito retroativo.

ANÁLISE DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS E SUAS PECULIARIDADES PROCEDIMENTAIS

ANALYSIS OF THE ACTION FOR ACCOUNTING AND THEIR PROCEDURAL PECULITIES

ANÁLISIS DE ACCIÓN PARA LA CONTABILIDAD Y SUS PROCEDIMIENTOS DE PROCEDIMIENTO

Eduarda Karoline de Lima BEZERRA[42]
Thays Cruz CARNEIRO[43]
Kaliane Keilly Brito Ramos da SILVA[44]
Brenda Rayana Souza de MEDEIROS[45]
Itamara Diniz de FIGUEIREDO[46]
Viviane Santos de Sá e SOUZA[47]

RESUMO

Este trabalho traz como tema central o Direito Processual Civil, abordando mais precisamente a figura dos Procedimentos Especiais, elencados no título III do CPC/2015. O cerne da pesquisa está concentrado na Ação de Exigir Contas, disposta no art. 550 ao art. 553 do Código de Processo Civil. A metodologia utilizada baseou-se em uma pesquisa da legislação – tanto o código de 73 quanto o atual, bibliográfica, cujo objeto de análises foram as doutrinas de autores de grande renome do Direito Processual Civil, como Humberto Theodoro Júnior e Daniel Amorim Assumpção Neves. Os resultados deste trabalho revelaram que a Ação de Exigir Contas presente no NCPC sofreu algumas alterações no que concerne a legitimidade, prazos e procedimento.

[42] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: bzerraduda@gmail.com**)**.
[43] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: thaysepfane11@gmail.com**)**.
[44] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: kalianekeilly@hotmail.com**)**.
[45] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: brendarayana_@hotmail.com**)**.
[46] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: itamaraf70@gmail.com**)**.
[47] Mestre em Sociedade Democrática, Estado e Direito, UPV/2019, Espanha, Graduada em Direito - UFRN/2000, Docente e Membro do Colegiado do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte e do Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: vivianesantosdesa@globo.com**)**.

Palavras-Chaves: Ação de Exigir Contas; Legitimidade; Procedimentos Especiais.

ABSTRACT

This work has as its central theme the Civil Procedural Law, addressing more precisely the figure of Special Procedures, listed in Title III of CPC / 2015. The core of the research is concentrated in the Demanding Accounts Action, provided in art. 550 to art. 553 of the Code of Civil Procedure. The methodology used was based on a research of the legislation - both the 73 and the current bibliographic code, whose object of analysis were the doctrines of renowned authors of Civil Procedural Law, such as Humberto Theodoro Júnior and Daniel Amorim Assumpção Neves. The results of this work revealed that the Demanding Accounts Action present in the NCPC has undergone some changes regarding legitimacy, deadlines and procedure.

Keywords: Demanding Accounts Action; Legitimacy; Special Procedures.

RESUMEN

Este trabajo tiene como tema central la Ley de Procedimiento Civil, abordando con mayor precisión la figura de los Procedimientos Especiales, enumerados en el Título III de CPC / 2015. El núcleo de la investigación se concentra en la Acción de Cuentas Exigentes, prevista en el art. 550 al art. 553 del Código de Procedimiento Civil. La metodología utilizada se basó en una investigación de la legislación, tanto el código bibliográfico 73 como el actual, cuyo objeto de análisis fueron las doctrinas de reconocidos autores de Derecho Procesal Civil, como Humberto Theodoro Júnior y Daniel Amorim Assumpção Neves. Los resultados de este trabajo revelaron que la Acción de Cuentas Exigentes presente en el NCPC ha sufrido algunos cambios con respecto a la legitimidad, los plazos y el procedimiento.

Palabras-Clave: Acción de cuentas exigentes; Legitimidad; Procedimientos especiales.

1. INTRODUÇÃO

O direito processual é o instrumento de exaurimento dos direitos materiais, estes mecanismos se conceituam “Procedimentos” que, em regra, ditam os ritos processuais

existentes. No ordenamento jurídico brasileiro há a divisão entre o procedimento comum e os procedimentos especiais que, com intuito de amparar e tutelar processualmente os direitos das mais variadas naturezas, almejam a eficiência e adequação da tutela jurisdicional prestada pelo Estado.

Nas codificações processuais civis brasileiras encontram-se ritos específicos e diferenciados, que garantem uma tutela em regra satisfativa e eficiente, por isso os códigos processuais brasileiros de 1973 (revogado) e o atual – 2015, trataram de diferenciar e separar os procedimentos com a finalidade de que estes possam abarcar suficientemente a natureza dos direitos tutelados, surgindo assim as diversas ações jurídicas, que hoje recebem a nomenclatura de "Procedimentos Especiais", encontradas no título II do CPC de 2015. E, dentro desse título, encontra-se a ação de exigir contas que é o nosso objeto de estudos nesse trabalho.

A ação de exigir contas é um procedimento especial por meio da qual uma parte exige a prestação de conta de outrem, com a qual teve relação jurídica, oriunda de um contrato, atos jurídicos ou qualquer outro meio que surta feitos no mundo jurídico. (Artigos 550 a 553 do CPC)

No Código de Processo Civil de 1973 existia, também, na parte de procedimento especiais, dois procedimentos distintos; um para dar contas outro para exigir contas, os quais estavam elencados nos artigos 914 a 919. No entanto, com a promulgação do novo Código de Processo Civil, passou a ser previsto como uma espécie de procedimento especial nos artigos 550 e seguintes somente a "ação de exigir contas", ficando a ação de dar contas processada pelo rito comum nos artigos 318 a 512, por isso hoje pouco se conhece e utiliza esse procedimento célere, eficiente e de suma importância as relações jurídicas da atualidade.

Portanto, nesse estudo procura-se explicar como se procede essa ação, quais foram as mudanças sofridas com a promulgação do novo Código de Processo Civil e suas características.

2. DA LEGITIMIDADE E DO CABIMENTO

A priori, vale identificar quem são os legitimados para figurarem os polos processuais deste rito e qual o juízo competente para julgar essa ação. De acordo com o CPC/1973, a ação de prestação de contas – *nomen iuris* utilizado pelo Código Buzaid – poderia ser proposta por dois legitimados: (a) por quem tivesse o direito de exigir as contas; (b) por quem tivesse a obrigação de prestá-las. Conforme o novo CPC, só terá legitimidade para propor essa demanda quem tem o direito de exigir as contas, não havendo, portanto, mais duplicidade da legitimação ativa (art. 550, *caput*).

Ter-se-á interesse na propositura da ação de exigir contas sempre que houver recusa ou mora por parte de quem tem a obrigação de prestá-las, ou quando ocorra discordância sobre as verbas que deverão integrar o acerto de contas.

Entre aqueles que possuem interesse em ajuizar essa ação, merece destaque o correntista bancário (Súmula nº 259 do STJ). O envio regular de extratos bancários não retira do titular da conta o interesse em ajuizar ação contra a instituição financeira para obter pronunciamento judicial acerca da regularidade e correção dos lançamentos unilateralmente efetivados pelo banco.

O STJ firmou o seguinte entendimento em sede de recurso repetitivo: "*Nos contratos de mútuo e financiamento, o devedor não possui interesse de agir para a ação de prestação de contas" (REsp 1.293.558/PR, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, julgado em 11.03.2015)*. Assim, diferentemente da situação descrita na Súmula nº 259, em que o correntista mantém seu dinheiro na instituição financeira e ela o administra, no caso de contrato de mútuo (empréstimo), não há interesse de agir para a ação de exigir contas justamente porque o mutuário recebe o dinheiro para utilizá-lo como bem entender, sem qualquer possibilidade de gestão por parte da instituição financeira. Para que se possa admitir a legitimidade para essa demanda, é fundamental a existência, entre autor e réu, de relação jurídica de direito material em que um deles administre bens, direitos ou interesses alheios. Sem essa relação, inexiste o dever de prestar contas e, por conseguinte, a possibilidade de exigi-las.

De acordo com o Novo Código de Processo Civil, tem legitimidade ativa para propor a ação de exigir contas aquele que afirmar ter seus bens, valores ou interesses administrados (art. 550 do Novo CPC).

No CPC/1973[48] tinha disposição não só a ação de exigir contas, mas, também, a ação de prestar contas onde o administrador ou o administrado tinham legitimidade ativa para propor a ação.

Como podemos observar, a legitimidade para esta demanda nos dias de hoje, difere um pouco do exposto no CPC/1973, tendo em vista que havia duas possibilidades distintas, tendo a autoria da ação quem ingressasse primeiro no Poder Judiciário e, atualmente, o NCPC só traz uma possibilidade.

Quanto ao cabimento segue a regra geral, destarte, será competente para a ação o foro do local em que se deu a gestão ou administração (art. 53, IV, *b*, do CPC). Trata-se de competência territorial, logo, relativa.

Havendo no contrato celebrado entre as partes cláusula de eleição de foro, este prevalecerá, exceto se abusiva, hipótese em que poderá ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz (art. 63, § 3º, do CPC).

No caso de prestação de contas envolvendo administradores judiciais (inventariante, tutor, curador, depositário), será competente para julgar as contas o órgão perante o qual tramitou ou tramita o processo no qual foi nomeado o administrador (art. 553 do CPC). A competência, aqui, é funcional e, portanto, absoluta.

3. DA NATUREZA DÚPLICE

A natureza dúplice é uma característica peculiar na ação de exigir contas. Esta ação faz parte dos procedimentos especiais e está disposta do art. 550 ao art. 553, CPC/15.

[48] Art. 914. A ação de prestação de contas competirá a quem tiver:
I - o direito de exigi-las;
II - a obrigação de prestá-las.

Mas, o que seria está "natureza dúplice" prevista na ação de exigir contas? Em virtude da impossibilidade de definição quanto a legitimidade ao direito material discutido na demanda, praticamente esta característica diz respeito a possibilidade de o réu ser beneficiário – se assim podemos dizer – com o resultado da sentença prolatada, mesmo que não tenha sido ele o provocador desta ação.

Tendo em vista que o objeto da ação visa a prestação de contas e, em caso de saldo, a determinação do pagamento desse valor que restar pendente em favor de um dos atores processuais – seja o autor, o qual procurou o Poder Judiciário inicialmente ou até mesmo o próprio réu, se constatado, após a análise das contas, que o credor da ação seria ele e não quem ingressou com a demanda.

Logo, diz-se que a natureza dúplice da ação de exigir contas (prevista no art. 550 e SS, CPC/15) tem a ver com a dispensa de pedido – por parte do réu – em desfavor do autor, exigindo que ele pague valores que eventualmente tenha a favor do réu. Este efeito é automático.

Dessa forma, corroborando com os argumentos aqui expedidos, é o entendimento do ilustríssimo doutrinador processual Daniel Assumpção quanto a definição da natureza dúplice:

> "[...] sempre que inexistir essa predeterminação das legitimações, de forma que qualquer dos sujeitos envolvidos na relação jurídica material conflituosa possa ser o autor da demanda judicial, a ação será dúplice. A conclusão é que na ação dúplice não existe qualquer necessidade de o réu formular expressamente pedido contra o autor [...]." (P. 937, MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Volume Único – Daniel Amorim Assumpção Neves)

4. DO PROCEDIMENTO

O procedimento de exigir contas é um dos mais autênticos do novo Código de Processo Civil, e essa autenticidade nasce do modo singular de como se procede esta ação, que possui duas fases distintas e conexas, perfazendo-se com prazos diferentes dos habituais despojados no procedimento comum.

Por isso, importa relembramos que a ação desta natureza está codificada na parte especial do CPC e configura um modelo de procedimento especial contido nos artigos 550 e seguintes. Por isso, ao estudarmos os diversos procedimentos é importante sabermos que há diferenças entre eles, que pode ser observada da instrução das peças até os prazos processuais para os atos das partes e do juiz. Sobre esse procedimento aduz, Humberto Theodoro júnior:

> *"...* o objetivo da ação, *in casu*, é liquidar dito relacionamento jurídico existente entre as partes no seu aspecto econômico, de tal modo que, afinal, se determine, com exatidão, a existência ou não de um saldo, fixando no caso positivo, o seu montante com efeito de condenação judicial contra a parte que se qualifica como devedora..." (p.72, CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL, Volume II.)

Na ação de exigir contas existe uma divisão no objeto procedimental, a primeira fase visa tão somente saber se há ou não a relação jurídica material entre autor e réu, por isso faz-se mister que a petição inicial esteja devidamente instruída com documentos probatórios que demonstrem ao magistrado a obrigação do réu de apresentar as contas em juízo, se o juízo entender que não existe uma obrigação jurídica de fazer por parte do réu indeferirá a inicial e proferirá uma decisão terminativa quanto daquela lide. Para muitos doutrinadores, como Humberto Theodoro Júnior, o legislador foi cauteloso ao preferir na espécie de tratar com uma decisão e não como uma sentença, pois a diferença entre esses dois atos pode mudar o rumo recursal de um processo.

Isso porque, se a petição for indeferida nessas hipóteses, o processo não prosseguirá para a segunda fase e a parte autora poderá interpor recurso de apelação conforme o artigo 1.009 CPC, porém se ela for deferida caberá a parte ré interpor agravo de instrumento nas disposições do 1.015 CPC, vez que a decisão será interlocutória e concluirá apenas a primeira fase, encaminhado a ação nos trâmites regularmente previstos no rito especial. Já na segunda fase, o processo muda seu objeto e volta-se exclusivamente as contas apresentadas pelo autor ou pelo réu, o juízo manterá os atos processuais voltados a identificar a veracidade e legalidade das contas apresentadas em juízo, para posteriormente apurar e decidir o saldo negativo ou positivo que resultou da lide, para que através de uma sentença definitiva de mérito coloque fim a ação e assim formando um título executivo judicial para a parte vencedora.

Contudo, pode ocorrer que o réu citado não possua o interesse em seguir o disposto no próprio procedimento especial e deseje discutir ou encaminhar a lide ao procedimento comum, ou seja, ele poderá tomar atitudes processuais relevantes ao mérito e a discussão propriamente dita, vez que lhe cabe contestar ação, negar a obrigação, contestação sem negar a obrigação, manter revel e dentre outras opções, o que importa saber é que qualquer atitude do réu que não seja a de apresentar as contas no momento da adequado de 15 dias, contados da citação encaminhará a lide a aplicação do procedimento comum.

5. CONCLUSÃO

Portanto, a ação de exigir contas é um rito procedimental de suma importância na conjuntura comercial e empresarial brasileira atual, vez que garante o direito de esclarecimento da administração, prestação ou aplicação de bens, serviço e valores, isso porque, aquele que tem o direito material de receber a devida prestação de contas oriundas das diversas relações jurídicas pode garantir o seu esclarecimento judicialmente de forma célere e eficiente.

Logo, esse procedimento visa tão somente adaptar-se ao direito dos tutelados e evitar uma prestação jurisdicional insuficiente e tardia, além disso é sabido que com o advento do novo Código de Processo Civil os procedimentos visaram se adequar ainda mais à natureza dos direitos materiais de forma que estes pudessem exaurir uma tutela eficiente e adequada a cada lide. Isso se observa na própria ação de exigir contas que busca liquidar determinado relacionamento jurídico e definir a quem e quanto é devido.

Desta forma, as peculiaridades desse rito como os seus prazos, atos das partes e do magistrado, o seu cabimento e os legitimados, visam a discussão judicial regular e legal a todos que necessitarem fazer uso desse instrumento para alcançar seus direitos. Pois, o legislador ao codificar tal procedimento quis amparar da melhor forma a pretensão dos litigantes e prestar-lhes uma tutela justa e suficiente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Flávio Olímpio. Novo Código de Processo Civil Comentado. Disponível em: <https://www.direitocom.com/novo-cpc-comentado/capitulo-ii-da-acao-de-exigir-contas>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRANDÃO, Adriele Santos. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/49837/acao-de-exigir-contas-no-novo-codigo-de-processo-civil>. Acesso em: 15 nov. 2019.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil, Volume II, edição 52**. Ed. Gen, 2018.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processo Civil, Vol. Único.** 10. ed. – Salvador: Ed. Juspodivm, 2018.

MONROE, Marcel Reis. A AÇÃO DE EXIGIR CONTAS NO NOVO CPC. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59305/a-acao-de-exigir-contas-no-novo-cpc>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____BRASIL. Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869impressao.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____BRASIL. Lei N° 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.

OS CRITÉRIOS DE MISERABILIDADE NO BENEFÍCIO ASSISTÊNCIAL E SUA RESPONSABILIDADE

THE MISERABILITY CRITERIA FOR ASSISTANCE BENEFIT AND RESPONSIBILITY

LOS CRITERIOS DE MISERABILIDAD PARA BENEFICIOS DE ASISTENCIA Y RESPONSABILIDAD

Alan Dias BARROS[49]

Diego Sidrim Gomes de MELO[50]

Janne Clésia Macedo Irineu Cunha BEZERRA[51]

Júlio Derik Silva de AZEVEDO[52]

Richard Araújo MACHADO[53]

Rogério Carlos de SOUZA[54]

Vanessa Pereira Carmona dos SANTOS[55]

RESUMO

O presente artigo aborda sobre os principais pontos acerca do benefício assistencial ao idoso com mais de 65 anos de idade e ao portador de deficiência, previsto na Lei Federal nº 8.742/93. O benefício tem como objetivo garantir condições mínimas de vida para as pessoas idosas e deficientes em condição de miserabilidade. Os beneficiários devem se encontrar em situação de miserabilidade O objetivo é analisar os critérios sociais e econômicos para avaliar se o requerente do benefício está em situação de risco social. A essência do artigo é analisar a

[49] Mestre em Direito Constitucional - UFRN/2013, Graduado em Direito - UFRN/1998, Docente da UNINASSAU, Professor Universitário, Orientador/TCC e Membro do NDE do Curso de Direito do IESRN e do UNICEUNA, (E-mail: alandbarros@yahoo.com.br).

[50] Especialista em Direito Penal, Processual Penal e Criminologia - UNP/2007, Graduado em Direito - UNP/2005, Professor Universitário, Orientador/TCC e Coordenador e Supervisor de Estágio do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte - IESRN e do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA, (E-mail: diego-sidrim@hotmail.com).

[51] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: janne.clesia10@gmail.com).

[52] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: derikazevedo2013@hotmail.com).

[53] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: richard_araujo78@hotmail.com).

[54] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: rcdsnet@yahoo.com.br).

[55] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: vpcdireito@gmail.com).

efetividade ao benefício de prestação continuada, isso é, ao sistema da Assistência Social, por meio da análise de cada caso concreto individualizado sob a ótica constitucional, especialmente os princípios da dignidade da pessoa humana, evitando a proliferação de soluções injustas e, consequentemente, a insegurança jurídica. A metodologia consiste em pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, com objetivo descritivo e de propor avaliação formativa. A conclusão a que se chega é de que os critérios objetivos fixados não são os melhores critérios a serem adotados para a análise do benefício, começando a entender assim os tribunais pátrios.

Palavras-chave: Benefício de prestação continuada; Miserabilidade; Assistência Social.

ABSTRACT

This article deals with the main points about the welfare benefit to the elderly over 65 years old and to the handicapped person, foreseen in the Federal Law nº 8.742 / 93. The benefit aims to ensure minimum living conditions for the elderly and disabled in miserable condition. Beneficiaries must be in a situation of misery the objective is to analyze the social and economic criteria to assess whether the beneficiary of the benefit is at social risk. The essence of the article is to analyze the effectiveness to the benefit of continued benefit, that is, to the Social Assistance system, through the analysis of each individual case individualized from the constitutional point of view, especially the principles of human dignity, avoiding the proliferation of unfair solutions and, consequently, legal uncertainty. The methodology consists of applied research, with hypothetical-deductive and qualitative approach, with descriptive objective and to propose formative evaluation. The conclusion is that the objective criteria set are not the best criteria to be adopted for the benefit analysis, thus beginning to understand the national courts.

Keywords: Continued benefit; Miserability; Social Assistance.

RESUMEN

Este artículo aborda los puntos principales sobre el beneficio de bienestar para las personas mayores de 65 años y para las personas discapacitadas, previsto en la Ley Federal nº 8.742 / 93. El beneficio tiene como objetivo garantizar condiciones mínimas de vida para las personas mayores y discapacitadas en condiciones miserables. Los beneficiarios deben estar en una

situación de miseria. El objetivo es analizar los criterios sociales y económicos para evaluar si el solicitante del beneficio está en riesgo social. La esencia del artículo es analizar la efectividad en beneficio del beneficio continuo, es decir, para el sistema de Asistencia Social, a través del análisis de cada caso individualizado desde el punto de vista constitucional, especialmente los principios de dignidad humana, evitando la proliferación de soluciones injustas y, en consecuencia, inseguridad jurídica. La metodología consiste en investigación aplicada, con enfoque hipotético-deductivo y cualitativo, con objetivo descriptivo y para proponer evaluación formativa. La conclusión es que el conjunto de criterios objetivos no son los mejores criterios que se adoptarán para el análisis de beneficios, por lo que comienzan a comprender los tribunales nacionales.

Palabras clave: beneficio continuo beneficio; Miserabilidad; Assistencial Social.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os critérios utilizados na esfera administrativa e judicial para a concessão do benefício de prestação continuada, bem como a divergência de posicionamento nas duas esferas.

Os direitos fundamentais são de importância singular para a consagração de uma sociedade baseada no Estado de Direito. A Seguridade Social através do pilar da Assistência Social é um dos meios utilizados pelo Estado para que determinadas pessoas tenham o mínimo de dignidade.

A Lei federal nº 8.742/93 instituiu um critério objetivo de renda, que foi aos poucos desconstituído pela jurisprudência, até chegar ao supremo tribunal federal (STF) onde finalmente foi pacificado o entendimento que o critério da renda per capita não pode ser o único meio para se auferir a miserabilidade, mas deve ser avaliada a situação concreta de cada requerente.

Através da jurisprudência o conceito de miserabilidade foi ampliado, instituindo outros meios de avaliação da necessidade do benefício assistencial, impondo ao INSS a análise com base nas suas decisões.

2. CRITÉRIO DE MISERABILIDADE DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL NO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS) E SUA RESPONSABILIDADE

O benefício assistencial é um dos pilares importantes da seguridade social, e teve seu alicerce na defesa dos direitos sociais com a sua origem no seio familiar romana de acordo com Martins (2014). Nesse período ensina o autor que: "a família romana, tinha a obrigação de prestar assistência aos servos e clientes, em uma forma de solidarização, mediante a contribuição de seus membros, de modo a ajudar os mais necessitados" E, portanto, igualar a necessidade daqueles mais velhos, idosos, doentes, filhos e por que não incapacitados, sendo atendidos e mantidos por seus semelhantes: a própria família.

Embora houvesse essa responsabilidade, não eram todas as pessoas que recebiam essa proteção na esfera familiar, e, especialmente, nas vezes que recebia, a precariedade era iminente. Depois disto, surgiu a necessidade de que terceiros participassem dessa questão na alusão de preencher essa ausência protetiva. Como deixa bem colocado Ibrahim (2015, pág. 01), quando o auxílio externo veio da igreja, somente no ano de 1601 na Inglaterra, teve-se o início normas de atendimento àquelas pessoas que por alguma razão não podiam se manter, instituindo-se a Lei dos Pobres. O estado reconheceu que o cabia essa proteção aos mais necessitados, embora importante, a contribuição para concessão do (BPC) era muito custosa para o estado, então fixou um imposto para ajudar no financiamento do benefício. Ressaltando à lei dos pobres, ela explicita:

> O indigente tinha direito de ser auxiliado pela paróquia. Os juízes da Comarca tinham o poder de lançar um imposto de caridade, que seria pago por todos os ocupantes e usuários de terras, e nomear inspetores em cada uma das paróquias, visando a receber e aplicar o imposto arrecadado.

Diante destes acontecimentos, alguns países europeus também adotaram normas protetivas, no que toca o caráter previdenciário, o primeiro país foi a Alemanha. No ano de 1883, Otto Von Bismarck editou a primeira lei que versava sobre o seguro-doença. Conquanto, a primeira previsão constitucional acerca desse tema foi apresentada pelo

México, em 1917, posteriormente a Constituição Alemã de Weimar, em 1919, também consolidou essa questão (KERTZMAN, 2015, pág. 43).

No Brasil império, o país começou a engatinhar no que se refere a preocupação com a proteção e seguro social, quando em 1824 (Art. 179, XXXI), criou-se uma lei que assegurava os socorros públicos aos necessitados. Essa preocupação foi aumentando a cada passo que o tempo seguia, e em 1891 dispôs sobre a aposentadoria por invalidez para os servidores públicos daquela época. Contudo, apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) a expressão Seguridade Social foi positivada abraçando a Saúde, a Assistência Social e a Previdência Social

A seguridade social encontra-se positivada na CF/88 no Título VIII, Da Ordem Social. O art. 194, caput dispõe: A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A criação da seguridade social, pode-se dizer que foi criada com o intuito de proteger e satisfazer os interesses sociais.

> Entende-se por regime previdenciário aquele que abrange vários indivíduos ligados entre si, por meio de uma relação jurídica previdenciária, em razão do trabalho ou vínculo profissional que estão sujeitos, assegurando-os benefícios de proteção a eventualidades, a exemplo de auxílios, aposentadorias e pensões. O principal regime de previdência social da ordem interna é o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que abrange todos os trabalhadores privados (CASTRO; LAZZARI, 2016, pág. 115).
>
> O RGPS é gerenciado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social. A autarquia tem a função conceder e manter os benefícios e serviços previdenciários, dirigir os recursos do Fundo Geral de Previdência Social e orçar o montante das contribuições que incidem sobre as remunerações e demais rendimentos (CASTRO; LAZZARI, 2016, pág. 116).

2.1 Critério de miserabilidade do benéfico de prestação continuada e sua responsabilidade (BPC)

O benefício de prestação continuada foi calcado já na criação da constituição federal de 1988 (CF/88), remontado no Art. 203, V, na intenção de prestar mais dignidade à pessoa, erradicar a pobreza, e atingir a igualdade social, em especial,

aquelas pessoas que vivem em condições de invalidez por deficiência física, ou por idade avançada com 65 anos ou mais. Os dois pontos em questão, devem se encontrar em condição de plena miséria para objetivar o benefício.

É bom dizer que o benefício da prestação continuada possui uma terminologia mais correta: benefício assistencial. Muitos autores o chamam de 'benefício do amparo social.

Há de se ressaltar também que o benefício é elástico, e em 2006 uma tentativa de se alargar a abrangência do benefício assistencial. A Defensoria Pública da União (DPU) apresentou ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome proposta para melhor atuação em conjunto pela promoção do (BPC), para que se pudesse incluir os indigentes no âmbito de destinação deste benefício. É interessante explicitar que ele atinge também o indígena não amparado por nenhum sistema de previdência social; e o estrangeiro naturalizado e domiciliado no Brasil, que não receba pensão ou aposentadoria de seu país de origem e até mesmo o indigente.

Este benefício em especial destinado àqueles que vivem na condição de miséria de marginalização e invalidez, devem de forma objetiva demonstrar a necessidade ou miserabilidade, constituir requisito para que seja concedido o benefício assistencial do amparo social. Auferido renda mensal bruta familiar assim entendida, como a soma dos rendimentos brutos composta por salários, proventos, pensões, benefícios de previdência pública ou privada, e então, não ultrapassar o limiar determinado pelo INSS, Há de esclarecer que é destinado ao garantidor do benefício, jus de um valor de um salário mínimo, sem direito a décimo terceiro, e não cumulativo com outro benefício. O destinatário invalido que busca o benefício, deve também constatar a sua deficiência mediante apresentação de Laudo de Avaliação, devidamente elaborado ou por peritos do INSS, ou por peritos do sistema único de saúde (SUS), ou até mesmo por peritos de algumas entidades de reconhecida técnica como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Ressalta se, contudo, a contrariedade, que o valor mínimo estipulado pela LOAS é insuficiente para avaliação dessas pessoas pois, , visto que há indivíduos vivendo em condições deploráveis e, mesmo assim não tem o direito

consolidado. Isso porque o seu rendimento mensal ultrapassa o valor estipulado na Lei nº 8.742/93, qual seja: de até ¼ do salário-mínimo por pessoa.

O benefício em si possui caráter provisório, sendo sua concessão revisada a cada dois anos, devendo ser cancelado caso seu titular venha a superar a situação de deficiência ou vulnerabilidade social em que se encontra.

O inflexível posicionamento do (INSS) em não permitir que o seu critério objetivo seja debatido e relativizado em cada situação, uma delas é que se porventura a pessoa que busca o benefício e se encontra dentro dos seus critérios em um dado momento, e em outra situação possua R$ 2,00 (dois reais) a mais na apresentação inicial, ou no posterior aferimento da última data, ele não poderá mais ser possuidor do benefício. Nesse entendimento opina Santos (2011, pág. 151), sobre o parágrafo 3º, do artigo 20, da LOAS ao comentar que ele é manifestamente inconstitucional. Vale transcrever suas lições sobre o tema:

> Não se pode perder de vista que o BPC é aquela parcela de proteção social que se consubstancia em benefício. E a CF quer que esse benefício seja a garantia da manutenção da pessoa com deficiência ou idosa que não tenha ninguém por si. E o fixou em um salário-mínimo. O bem-estar social está qualificado e quantificado na CF: qualificado porque se efetiva com a implementação dos direitos sociais; quantificado porque a CF fixou em um salário-mínimo a remuneração mínima e o valor dos benefícios previdenciários, demonstrando que ninguém pode ter seu sustento provido com valor inferior.
>
> Ao fixar em ¼ do salário-mínimo o fato discriminante para a aferição da necessidade, o legislador elegeu *discrimen* inconstitucional porque deu aos necessitados conceito diferente de bem-estar social, presumindo que a renda *per capita* superior a ¼ do mínimo seria a necessária e suficiente para a sua manutenção, ou seja, quanto menos têm, menos precisam ter!
>
> Quantificar o bem-estar social em valor inferior ao salário-mínimo é o mesmo que "voltar para trás" em termos de direitos sociais. A ordem jurídica constitucional e infraconstitucional não pode "voltar para trás" em termos de direitos fundamentais, sob pena de ofensa ao *princípio do não retrocesso social* [...]

Diante desse argumento, e tomando conhecimento da problemática e conflitos jurídicos, a justiça calçando caminhos mais humanos, foi de contra ponto ao que o (INSS) apresenta como sendo justa em sua visão obtusa e estreita, e sobre estes acontecimentos discutidos, alguns juízes e desembargadores, têm concedido o benefício

assistencial para as pessoas realmente necessitadas, mesmo que elas não se adequem aos critérios rigorosos da lei 8.742/93 no tocante ao limite de renda nela versado e entendem que o critério da renda per capita de ¼ do salário mínimo, mesmo o STF tendo o reputado constitucional mediante o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 1.232 (Relator Nelson Jobim), não condiz com o 'espírito' da lei 8.742/93, qual seja propiciar dignidade às pessoas que não conseguem ter o sustento provido por si só ou pela família. o benefício assistencial possui critérios demasiadamente rígidos para que seja concedido. Neste sentido, tem-se que o STJ vem pacificando o entendimento de que o critério da renda per capita não pode ser absoluto. Tem de se analisar outros meios de prova para, em cada caso concreto, aferir-se a questão da miserabilidade.

Aí o vislumbre da responsabilização do Estado em reparar o dano causado à pessoa possuidor do direito, e ela por indelicadeza de seu critério objetivo inconstitucional não reparar o seu dano. Como remonta a Roma Antiga, com o advento da "*Lex Aquilia de Damno", ou seja,* Lei Aquilia de Danos, que desponta um princípio geral da reparação do dano. O estado nesse caso em especial, com sua responsabilização clara de proteção social não garante o direito e de nada faz para reparar o dano causado. Vale destacar, ainda, que a exigência da culpa para a configuração da responsabilidade é regra, todavia o parágrafo único do art.927 prevê:

> **Parágrafo único**. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Toda via, na intenção da reparação do dano causado pelo estado , foi desenvolvido na França uma teoria, a partir de um onde se entendeu que a responsabilidade subjetiva para o Estado era insuficiente e passou a ser aplicada a teoria que ficou conhecida como Teoria da Culpa Administrativa ou Culpa Anônima, significando que o Estado deve ser responsabilizado toda vez que se provasse a falha no serviço público, ou seja, que o serviço funcionou mal, não funcionou ou funcional atrasado, independente da conduta imprudente, imperita ou negligente do funcionário

Também chamada de *faute du service* ou falta do serviço, tal teoria teve a primazia de distanciar o total subjetivismo, passando o Estado a ter uma culpa dita especial, a Culpa Anônima.

Tal culpa não é a utilizada atualmente, todavia, ainda tem aplicação em determinadas situações, como, por exemplo, no julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

> Reparação de danos materiais omissão do município **ocorrência da falta do serviço (*faute du service*)** administração que deixou de executar serviço essencial à coletividade danos patrimoniais que devem ser reparados ante o nexo de causalidade entre a omissão e o prejuízo da autora. recurso improvido.

Logo, no desempenho de suas funções o INSS possui responsabilidades perante os seus agentes, é a chamada Responsabilidade Civil do Estado. E que é debatida pela (CF/88), no artigo 37 parágrafo sexto. Ela tem de indenizar/reparar lesões ou danos, ou omissão, que vierem provocar em cidadãos ou terceiros, seja este um dano moral ou patrimonial. Por isso, tendo culpa o Estado em dado evento, este é o titular da obrigação de indenizar. Como bem salienta Wânia Alice Ferreira Lima Campos (2011, p.84)

> (...) não se podem banalizar as práticas ilícitas reiteradamente praticadas pelo INSS como se fossem do cotidiano, como o caso de atraso injustificado na concessão de benefícios previdenciários, a não concessão do reajuste nos proventos e a não concessão injustificada ou o atraso injustificado na concessão de benefício previdenciário, pois o costume antijurídico deve ser coibido e não incentivado.
>
> Não menos importante é perceber que a integridade emocional do segurado ou dependente é extremamente sensível a uma negativa ou demora de concessão de benefício previdenciário, por vícios ocorridos no processo administrativo ou no ato administrativo de concessão dos mesmos, pois se trata de um direito de caráter fundamental e essencial para a sobrevivência da pessoa, bem como da manutenção de sua higidez física e mental, principalmente nos momentos difíceis da vida da pessoa, que estará diante de várias contingências.". (CAMPOS, Wânia Alice Ferreira Campos. Dano moral no direito previdenciário. Curitiba: Juruá, 2011. P. 84)

Nesse tocante, é fácil a constatação da falta de responsabilidade utilizada pelo (INSS) diante dos segurados que buscam a garantia do seu direito, e são negados pela inflexível avaliação objetiva do benefício, e sua falta de sensibilidade em enxergar cada

situação, bem como, de sua avaliação contábil nada humana e errônea. É importante mostrar que o estado por seus representantes, tem o dever de reparar seus danos por omissão e incompetência de imperícia de seus terceiros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O benefício assistencial é um benefício que visa garantir a mínima subsistência a aquelas pessoas que em razão da deficiência, impedimento de longo prazo ou idade não possuam condições de prover seu sustento nem o ter provido por sua família.

O benefício assistencial possui previsão na Constituição Federal e integra a Seguridade Social. Aquele que postula seus benefícios não pede favor, mas sim um direito reconhecidamente devido às pessoas em condições de miserabilidade.

Desse modo, concluiu-se que o critério objetivo da renda não é o meio mais justo, devendo a situação de miserabilidade ser obtida por outros meios de prova e principalmente pela análise do caso concreto.

Assim, fez-se necessária a flexibilização legislativa e jurisprudencial a fim de aplicar a equidade entre os requerentes e alcançar o principal objetivo do benefício de prestação continuada, ou seja, a dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.>.Acesso: 28 de outubro 2019

CAMPOS, Wânia Alice Ferreira Campos. **Dano moral no direito previdenciário**. Curitiba: Juruá, 2011

CASTRO, Carlos Alberto pereira; LAZZARI, João Batista. ***Manual do direito previdenciário***. 2016

Código civil, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm.> Acesso: 28 de outubro 2019

Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/740504/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-1232-df.> Acesso: 28 de outubro 2019

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm.> Acesso: 28 de outubro 2019

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **CURSO DE *DIREITO, PREVIDENCIARIO*** 20ª edição, revista e atualizada Niterói, RJ *2015*.

KERTZMAN, Ivan Kertzman. **Curso prático de direito previdenciário**. São Paulo: Saraiva, 2015

MARTINS, Sergio Pinto. **Fundamentos de direito da seguridade social**. 15 ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, São Paulo, 2014.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário esquematizado.** São Paulo: Saraiva, 2011

SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. DECLARAÇÃO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

a) Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

2. CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word; O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista; As instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

3. DIRETRIZES PARA AUTORES

a) Estrutura do texto:

- **Título do Artigo –** Centralizado e tamanho da fonte Times New Roman 1**4** em negrito, em português, inglês e em espanhol;
- **Resumo e palavras-chaves –** Justificado em português, inglês e em espanhol, e tamanho da fonte Times New Roman 11, com exceção das palavras **RESUMO**, **ABSTRACT** e **RESUMEN**, que devem ser fonte 12 e negrito (o resumo deve conter objetivo, metodologia, resultados e conclusão do estudo); as **palavras-chave**, **Keywords, Palabras-Clave**, devem ser separadas por ponto e vírgula e ser no mínimo três e no máximo cinco.
- Utilizar como Referência as normas da ABNT.

b) Layout: Formato Word (.doc); Escrito em espaço 1,5 para o texto e 1,0 para citações longas, utilizando Times New Roman fonte 14 para o título que deve ser centralizado, 12 para o texto e 10 para as citações ou notas de rodapés, em formato A4 e as margens do texto deverão ser inferior, superior, direita e esquerda de 3,0 cm.; texto justificado com paragrafo de 1,25, Os artigos científicos devem ter mais de 5 páginas.

c) Figuras: O uso de imagens, tabelas e as ilustrações deve seguir o bom senso e, preferencialmente, a ética e axiologia da comunidade científica que discute os temas do manuscrito.

d) Autoria: Todos os autores precisam ser incluídos nos metadados e na versão final do artigo (após análise dos pareceristas da revista).

- **Autor(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação Identificação do autor, com e-mail, incluindo titulação, instituição, outra informação de interesse (máximo três linhas);
- **Orientador(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação do orientador com e-mail, incluindo filiação acadêmica, titulação, instituição e outras informações de interesse acadêmico, (máximo quatro linhas).

e) Exemplo de referências em ABNT:

Artigo em periódico:

RIGO, Marciane; BLEIL, Claudecir. Auditoria das Demonstrações Contábeis: um estudo da Evidenciação e Transparência das Informações em uma Cooperativa de

Crédito Rural. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do Ideau**, V. 3, n.7, 2008.

Livro:

JUND, S. **Auditoria**: Conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 550 Questões. Rio de Janeiro: Ímpetos, 2001.

Página da internet:

AMOROSO, Danilo. O que é Web 2.0? Disponível em:
< http://www.tecmundo.com.br/web/183-o-que-e-web-2-0->. Acesso em: 12 mar. 2016.

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos manuscritos é feita por pares, pelo método Double Blind Review, onde cada manuscrito é avaliado por dois pareceristas ad hoc externos, selecionados por especialidade ou afinidade em relação ao conteúdo temático do manuscrito sob apreciação.

Após a submissão o manuscrito é avaliado pelos pareceristas ad hoc, que analisam, sugerem correções e melhorias. Em seguida é feita a análise pelo editor, que analisa os pareceres e decide pela recusa ou aceitação do manuscrito.

Após a análise do editor, o manuscrito é devolvido para os autores para realização das melhorias sugeridas pelos pareceristas.

Por fim, o autor envia a versão final do manuscrito, com o respectivo relatório do software de detecção de similaridades (possivelmente o CopySpider).

5. FOCO E ESCOPO

A Revista de Ensino e Cultura é um periódico vinculado ao Centro Universitário Natalense – UNICEUNA e ao Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte – IESRN, de acesso aberto, com fluxo contínuo de publicação. A revista aceita manuscritos em todas as áreas do conhecimento, em especial sobre Ensino e Cultura.

6. POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta Revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

A Revista não cobra taxas. Assim, não são cobradas taxas para avaliação dos artigos, ou taxas para submissão de artigos.

7. ÉTICA DA PUBLICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA DE PUBLICAÇÃO

E revista dedica-se a cumprir as boas práticas no que diz respeito à conduta moral condizente com a editoração cientifica de periódicos. A prevenção da negligência também é responsabilidade crucial do autor, editor e da equipe editorial: qualquer forma de comportamento antiético, bem como o plágio em qualquer instância, não é aceito. Os autores que enviam artigos para a revista garantem que o trabalho não foi publicado nem está em processo de revisão/avaliação em nenhum outro periódico.

A revista recomenda o uso da lista de verificação e fluxograma do CONSORT 2010 como condição de submissão ao relatar os resultados de um estudo randomizado. Modelos para estes podem ser encontrados no site da CONSORT [www.consort-statement.org] que também descreve várias extensões de lista de verificação CONSORT para diferentes projetos e tipos de dados além de dois testes paralelos de grupo. Os artigos devem relatar o conteúdo abordado por cada item da lista de verificação. O atendimento desses requisitos básicos aumentará as chances de eventual publicação.